

#### Mercado de Capitais

#### Cotação Ação PN 30/06/2019

CLSC4 R\$49,50/ação

#### Variação no 2T19

CLSC4: -5,23%

Ibovespa: 5,82%

#### Valor de Mercado em 30/06/2019

BRL 1.909,0 MM

USD 498,0 MM

Free Float: 75,5%

#### Outros Indicadores em 30/06/2019

Dívida Líq/EBITDA Aj 12M (Grupo):	1,2x
LPA 2T19 (R\$/ação):	1,38
VPA (R\$/ação):	49,94
Cot./VPA:	1,0x

Para maiores informações, acessar o website [www.celesc.com.br/ri](http://www.celesc.com.br/ri) ou entrar em contato com a equipe de Relações com Investidores:

Tel: (55-48) 3231-5100

[ri@celesc.com.br](mailto:ri@celesc.com.br)

Florianópolis – Santa Catarina, 14 de agosto de 2019 – Centrais Elétricas de Santa Catarina SA - Celesc (B3: CLSC3, CLSC4), holding do setor de energia, com atuação nas áreas de geração, transmissão, distribuição de energia elétrica e distribuição de gás natural, anuncia os resultados do **segundo trimestre de 2019 (2T19)**. As informações financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas em milhões de reais (R\$ milhões) de **30 de junho de 2019** e foram preparadas de acordo com as regras contábeis brasileiras decorrentes da aplicação efetiva das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

#### Energia faturada da Celesc Distribuição cresce 2,6% no trimestre e 5,3% no semestre de 2019

**EBITDA Consolidado alcança R\$158 milhões no 2T19 e R\$359,3 milhões no 6M19**

#### Principais Destaques:

- ✓ A energia faturada no trimestre na área de concessão da Celesc Distribuição alcança 6.319 GWh. No semestre de 2019 totaliza 13.142 GWh;
- ✓ Indicadores de qualidade do serviço: DEC somou 5,7 horas e FEC foi de 3,8 vezes;
- ✓ A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção) somou R\$1,65 bilhão no trimestre (redução de 12%) e R\$3,7 bilhões no acumulado do ano (alta de 3,1%);
- ✓ Os gastos não gerenciáveis (custos com energia) reduziram 15,7% no trimestre, contudo no semestre apresentaram elevação de 2,4%;
- ✓ Os gastos gerenciáveis (PMSO) aumentaram R\$69,8 milhões no trimestre e R\$90,1 milhões no acumulado do ano;
- ✓ A Companhia apresentou lucro consolidado de R\$53,2 milhões no trimestre e no semestre de 2019 registrou lucro de R\$119,1 milhões, sendo que a subsidiária Celesc Distribuição somou R\$71,9 milhões e a subsidiária Celesc Geração R\$34,8 milhões no acumulado do ano;
- ✓ O EBITDA Ajustado Consolidado somou R\$168,8 milhões no trimestre (R\$370 milhões no semestre), ao qual a subsidiária Celesc Distribuição somou R\$126,1 milhões no trimestre (R\$300,6 milhões no semestre) e a subsidiária Celesc Geração R\$23,7 milhões trimestre (R\$56,5 milhões no semestre);
- ✓ O Grupo Celesc encerrou o período com Dívida Líquida Consolidada de R\$778,5 milhões, o equivalente a 1,2x o EBITDA Ajustado;
- ✓ Os investimentos realizados no acumulado do ano de 2019 totalizaram R\$259 milhões, sendo R\$258,1 milhões em distribuição e R\$0,9 milhão em geração;
- ✓ As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) variaram positivamente 77,7% nos últimos 12 meses;
- ✓ A Controladora do Grupo Celesc e sua subsidiária Celesc Distribuição tiveram alteração de seus ratings de emissor para Ba2 em escala global e Aa3.br em escala nacional, atribuídos pela Moody's.

Principais Resultados	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018*	2019	Δ	2018*	2019	Δ
<b>Indicadores Operacionais</b>						
Celesc Distribuição - Energia Faturada Total (GWh)	6.159	6.319	2,6%	12.476	13.142	5,3%
Celesc Geração - Energia Faturada (GWh)	176	170	-3,4%	361	364	0,9%
SCGÁS - Volume de Gás Vendido (milhões/m³)	167	180	7,8%	353	342	-3,3%
<b>Indicadores Financeiros - Consolidado (R\$ Milhões)</b>						
Receita Operacional Bruta	3.168,2	2.979,1	-6,0%	6.105,8	6.451,3	5,7%
Receita Operacional Líquida (excluindo Receita de Construção)	1.874,9	1.649,7	-12,0%	3.555,3	3.666,3	3,1%
Custos e Despesas Operacionais	(1.847,9)	(1.699,2)	-8,0%	(3.489,1)	(3.691,8)	5,8%
<b>EBITDA (IFRS)</b>	<b>185,3</b>	<b>158,0</b>	<b>-14,7%</b>	<b>376,8</b>	<b>359,3</b>	<b>-4,6%</b>
<b>Margem EBITDA (IFRS)</b>	<b>9,9%</b>	<b>9,6%</b>		<b>10,6%</b>	<b>9,8%</b>	
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	185,3	168,8	-8,9%	376,8	370,0	-1,8%
Margem EBITDA Ajustado	9,9%	10,2%		10,6%	10,1%	
<b>Lucro Líquido (IFRS)</b>	<b>69,2</b>	<b>53,2</b>	<b>-23,2%</b>	<b>140,2</b>	<b>119,1</b>	<b>-15,0%</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,2%</b>		<b>3,9%</b>	<b>3,2%</b>	
Lucro Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	69,2	60,3	-12,9%	140,2	126,2	-10,0%
Margem Líquida Ajustada	3,7%	3,7%		3,9%	3,4%	
Investimentos Realizados em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	116,9	136,7	16,9%	223,2	259,0	16,1%

\*Reclassificação contábil conforme NE 4.2. ITR 2T19.

**DISCLAIMER**

As informações contidas neste *Release de Resultados* poderão incluir declarações que representem expectativas sobre negócios da Companhia, projeções e metas operacionais e financeiras. Eventuais declarações dessa natureza constituem-se em meras previsões baseadas nas expectativas da administração que poderá não se concretizar e não são garantia do desempenho futuro da Companhia.

As referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais.

Cabe ressaltar ainda que as estimativas e projeções referem-se à data em que foram expressas, sendo que a Companhia não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer destas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores, ressalvadas a regulamentação vigente a que nos submetemos.

Dessa forma, nenhum dos representantes da Companhia, assessores ou partes relacionadas poderá ser responsabilizado por qualquer decisão decorrente da utilização do conteúdo deste documento. As informações constantes do presente material não devem ser interpretadas como oferta, convite ou solicitação de oferta de subscrição ou compra de quaisquer valores mobiliários, nem constituem a base de um contrato ou compromisso de qualquer espécie.

**ÍNDICE**

<b>1. Visão Geral .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Grupo CELESC .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1. Celesc Distribuição S.A. ....</b>	<b>9</b>
2.1.1. Desempenho Operacional.....	9
2.1.2. Desempenho Econômico-Financeiro .....	14
2.1.3. Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A. ....	27
<b>2.2. Celesc Geração.....</b>	<b>35</b>
2.2.1. Desempenho Operacional.....	35
2.2.2. Desempenho Financeiro .....	36
2.2.3. Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A. ....	40
<b>2.3. SCGÁS.....</b>	<b>43</b>
2.3.1. Desempenho Operacional.....	43
2.3.2. Desempenho Econômico-Financeiro .....	44
<b>2.4. Demais Participações (dados financeiros equivalentes a 100% do resultado de cada participada).....</b>	<b>46</b>
<b>2.5. Holding .....</b>	<b>47</b>
2.5.1. Resultado das Participações Societárias na Controladora .....	47
2.5.2. Dividendos .....	47
<b>2.6. Consolidado .....</b>	<b>48</b>
2.6.1. Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.....	48
<b>3. Desempenho no Mercado de Capitais.....</b>	<b>52</b>
<b>4. Reconhecimento.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>55</b>

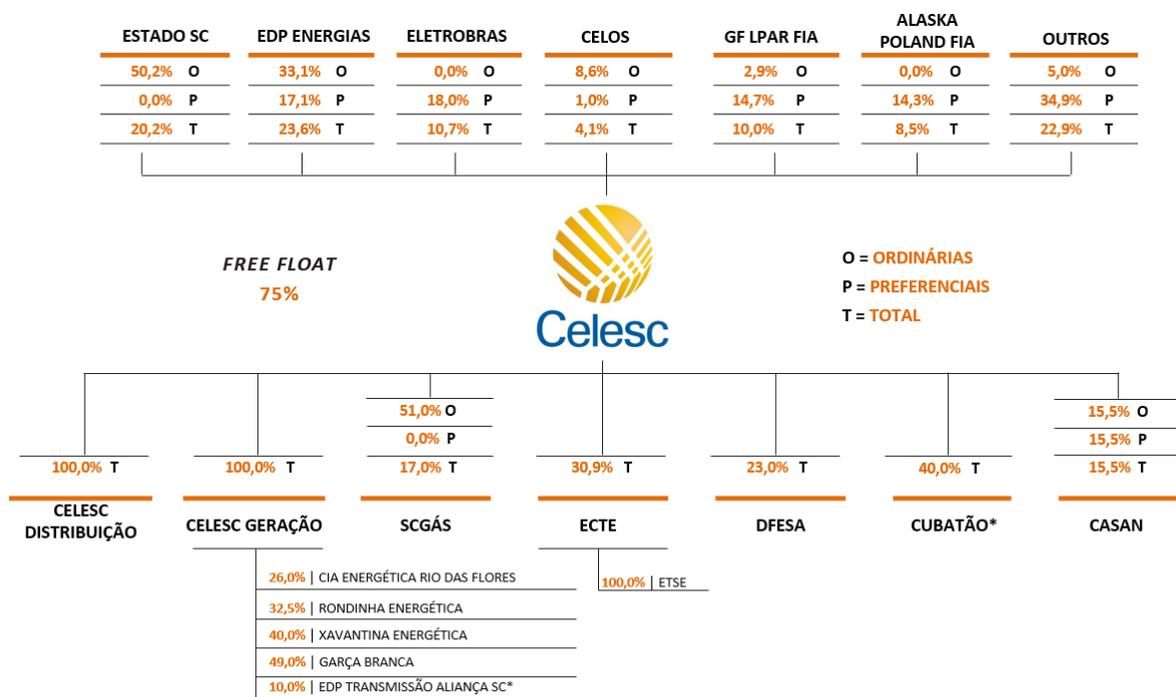
## 1. Visão Geral

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC está entre as maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como Holding em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais - a Celesc Distribuição S.A. e a Celesc Geração S.A. Além disso, detém o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS) e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. (DFESA), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE), Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) e do projeto da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total.

### Estrutura Acionária e Societária da CELESC

Junho – 2019



\*Não operacional / Projeto em desenvolvimento

Conforme [Fato Relevante - Aquisição de Participação Acionária pela EDP](#), publicado pela Companhia em 20 de dezembro de 2017, a EDP - Energias do Brasil S.A adquiriu 33,1% das ações ordinárias e 1,9% das ações preferenciais da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, somando 14,5% do total das ações da Celesc. A operação teve aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e da Superintendência Nacional de Predidência Complementar – PREVIC, sendo concluída em 21 de março de 2017.

Foi divulgado em 27 de março de 2018 o [Edital de Oferta Pública Voluntária](#) (“OPA Voluntária”), nos termos da Lei das S.A. e do artigo 31 da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, para adquirir até 7.374.000 ações PNs de emissão da Companhia em circulação no mercado (“Ações Objeto da OPA”), ao preço de R\$27,00 por ação, que correspondem, a até 32,0% do total das ações PNs de emissão da CELESC.

No leilão da OPA, realizado em 26 de abril de 2018, às 16h, horário de São Paulo, por meio do Sistema Eletrônico de Negociação do Segmento BOVESPA da B3, foram adquiridas 1.990.013 ações PNs pelo preço de R\$27,00 cada, totalizando o valor de R\$53.730.351,00. Após a liquidação das compras realizadas no Leilão, ocorrida em 02 de maio de 2018, a EDP passou a deter 2.427.820 ações PNs, que somadas a 5.140.868 ações ONS, representam 19,62% do capital total da CELESC.

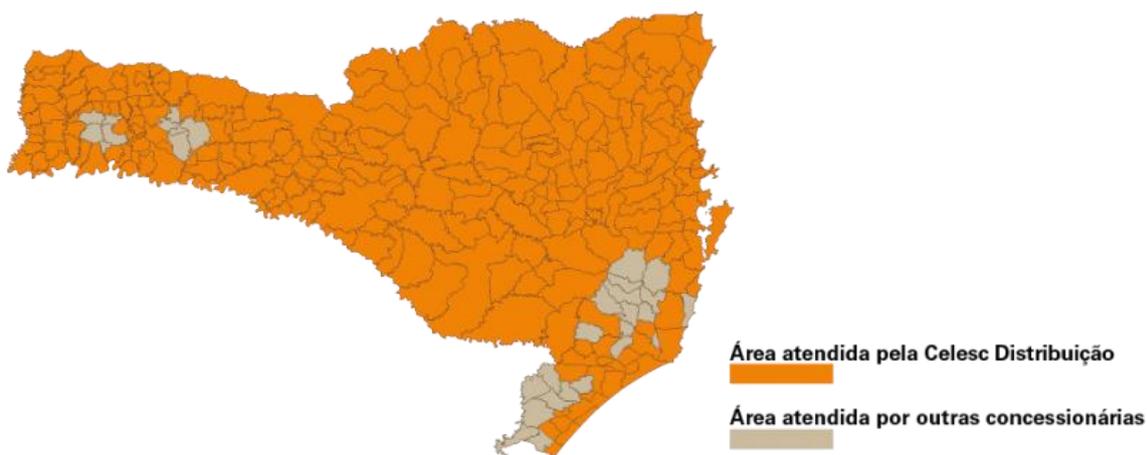
Foi divulgada, em 08 de novembro de 2018, a [Aquisição Relevante de Ações pela EDP Energias do Brasil S.A.](#), sendo adquiridas, ao todo, 1.518.000 ações preferenciais pelo preço médio de R\$41,93 cada, totalizando o valor de R\$63.653.498,00 de ações preferenciais adicionais de emissão da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc. Dessa forma, a EDP Energias do Brasil S.A. passou a deter 3.945.820 ações preferenciais (B3:CLSC4), acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias (B3:CLSC3), que somadas representam 23,56% do capital total da CELESC.

## 1.1. Subsidiárias Integrais

### 1.1.1. Celesc Distribuição S.A.

A empresa leva energia para mais de 3,0 milhões de unidades consumidoras localizadas em 286 municípios catarinenses (92% do território do estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais municípios catarinenses.

A Celesc Distribuição é o maior arrecadador individual de ICMS localizado no estado de Santa Catarina, a 6ª maior distribuidora de energia elétrica brasileira em receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída e a 10ª em número de unidades consumidoras<sup>1</sup>. Mensalmente, a empresa distribui cerca de 2,2 milhões de MWh e seu faturamento bruto anual alcançou a casa de R\$12,3 bilhões em 2018.



### 1.1.2. Celesc Geração S.A.<sup>2</sup>

A Celesc Geração é a subsidiária do Grupo Celesc que atua no segmento de geração de energia elétrica, através da operação, manutenção, comercialização e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de energia em parcerias com investidores privados.

A Empresa possui um parque gerador próprio formado por 12 usinas, sendo 01 Pequena Central Hidrelétrica – PCH, 05 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 06 Usinas Hidrelétricas - UHEs. Ainda no segmento de geração, a empresa detém participação minoritária em mais 06 empreendimentos de geração, desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico - SPE, todos já em operação comercial. No segmento de transmissão, a empresa detinha participação minoritária em uma SPE.

Em 30 de junho de 2019, a capacidade total de geração da Celesc Geração em operação comercial foi de 118,21 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros - já proporcionalizada à

<sup>1</sup> Fonte: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br) (Informações Gerenciais – Março/19).

<sup>2</sup> Maiores detalhamentos dos aspectos regulatórios e jurídicos relevantes que envolvem os empreendimentos da Companhia estão disponíveis no item 2.2.3 deste Release.

participação acionária da Celesc Geração nesses empreendimentos. A tabela a seguir apresenta as principais características das usinas 100% da Celesc Geração:

**Parque Gerador Próprio | 100% da Celesc Geração S.A.**

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	05/01/2046	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	N/A
CGH Pirai	Joinville/SC	*	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	N/A
<b>Total – MW</b>			<b>106,97</b>	<b>67,19</b>	

\* Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei nº 13.360/16).

A empresa participa de Sociedades de Propósito Específico que viabilizam novos empreendimentos na qual a Celesc Geração detém participação minoritária. A seguir estão as principais características dos empreendimentos:

**Empreendimentos em operação | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária**

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata	Bandeirante/SC	*	3,00	1,68	26,1%	0,78	0,44
CGH Belmonte	Belmonte/SC	*	3,60	1,84	26,1%	0,94	0,48
CGH Bandeirante	Bandeirante/SC	*	3,00	1,76	26,1%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
<b>Total – MW</b>			<b>31,78</b>	<b>17,74</b>		<b>11,24</b>	<b>6,26</b>

\* Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei nº 13.360/16).

O Planejamento Estratégico da Companhia prevê a valorização dos ativos atuais, por meio da ampliação de suas usinas. Desta forma, as tabelas abaixo apresentam empreendimentos não operacionais e os respectivos estágios de desenvolvimento. Quanto à garantia física (nova ou incremental), a Companhia busca obter em média 55% de fator de capacidade da usina total após ampliação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares:

**Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém 100%**

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	N/D	Em Obras
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D**	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	10,00	13,83	N/D**	Estudo de Inventário
UHE Cedros Etapa 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	N/D**	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D**	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim**	São José/SC	*	0,00	1,00	1,00	N/D**	Licenciamento Ambiental
<b>Total – MW</b>			<b>48,73</b>	<b>47,55</b>	<b>96,28</b>		

\* Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei nº 13.360/16).

\*\* Depende de trâmites regulatórios.

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos, no qual as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

Além dos projetos supracitados, a Celesc Geração tem participação societária em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

	Origem	Destino	Circuito <sup>3</sup>	Extensão (KM)	Tensão (Kv)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	CS	27,8	230
<b>Total</b>			<b>CS/CD</b>	<b>433,1</b>	<b>525/230</b>
SUBESTAÇÃO	SE 525/230 SIDERÓPOLIS 2		-	-	525/230

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do Estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. O consórcio que disputou o leilão foi convertido em sociedade em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano. O empreendimento tem recebido a Licença Ambiental de Instalação segregada por lotes sendo que final do 2T19 restavam a liberação de quatro dos seis solicitados.

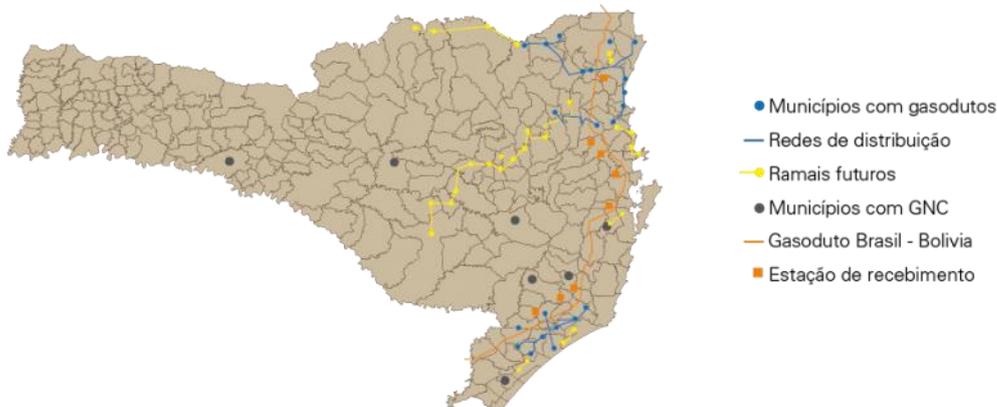
A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Transmissora	Localização	Termo Final da Concessão	Km de linhas	Subestações	Data prevista de entrada em operação
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	Santa Catarina	11/08/2047	433	1	11/08/2022

## 1.2. Controlada

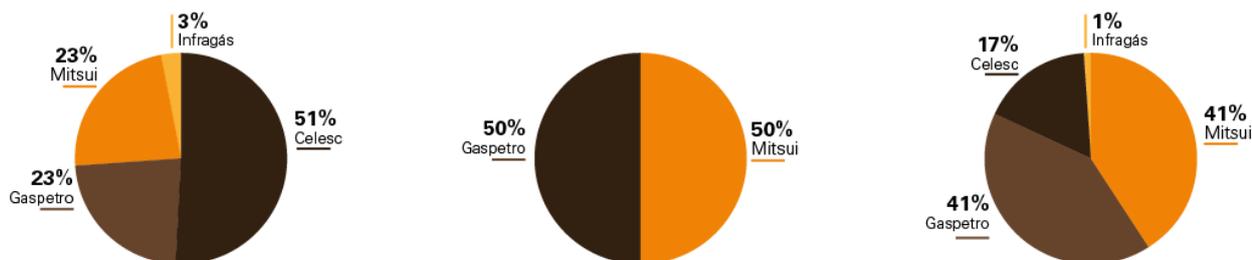
### 1.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS

A SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 4º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.157 quilômetros) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (279), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país (135).



<sup>3</sup> CS: Circuito simples / CD: Circuito Duplo

Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,9 milhão de metros cúbicos de gás natural para cerca de 13,5 mil clientes. A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). Abaixo gráfico da participação da Celesc na SCGÁS, sendo 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total.



Destaca-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e Infragás - Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A., questionando alteração no capital social e o Acordo de Acionistas firmado em 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis.

Em 03 de junho de 2019 foi admitido o recurso especial do Estado de Santa Catarina e das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC, contudo, indeferido o pedido de efeito suspensivo/tutela de urgência em ambos.

Ainda nesta data, não foi admitido o recurso extraordinário e foi indeferido o pedido de efeito suspensivo/tutela de urgência. Dessa decisão, em 28 de junho de 2019, o Estado de Santa Catarina interpôs Agravo que está pendente de julgamento.

No dia 05 de julho de 2019 foram intimados os procuradores dos Agravados para apresentarem contrarrazões a esse recurso de Agravo.

Em 2016, conforme [Comunicado ao Mercado – DECISÃO TCE – DEVOLUÇÃO PARTICIPAÇÃO SCGÁS](#), a Companhia tomou conhecimento da Decisão nº 0129/2016 do Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, onde no seu item 6.7. reza: “Determinar ao Governo do Estado e à CELESC que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Decisão no Diário Oficial Eletrônico desta Corte de Contas – DOTC-e, adotem providências no sentido de retornarem ao Estado de Santa Catarina as 1.827.415 (um milhão, oitocentas e vinte e sete mil e quatrocentas e quinze) ações ordinárias de emissão da SCGÁS vendidas à Celesc em 05 de junho de 2007, nas mesmas condições e valores originalmente transacionados, R\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões), atualizados monetariamente, comprovando o cumprimento dessa Decisão em 30 (trinta) dias a este Tribunal (item 2.3 do Relatório DCE); (.....)”. Diante da proferida Decisão, a Companhia interpôs recurso de reexame da Decisão nº 129/2016 na Corte de Contas, com efeito suspensivo, uma vez que entende que restou devidamente demonstrada regularidade/legalidade da venda das ações por parte do Estado de Santa Catarina à Celesc, constituindo-se a mesma em ato jurídico perfeito e acabado, realizado à luz da legislação vigente à época de sua realização, inexistindo qualquer ofensa aos princípios da motivação do ato administrativo, conflito de interesse ou do interesse público.

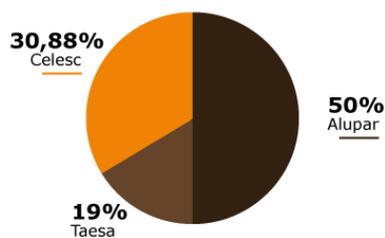
A Celesc apresentou recurso contra decisão proferida em 25 de abril de 2016, sendo examinado pelo TCE/SC mediante processo 16/00303312, que determinou o sobrestamento do processo (paralisação de quaisquer providências) até que ocorra decisão final (trânsito em julgado) das ações judiciais pendentes junto ao STJ, cujo processo ainda se encontra em primeira instância.

### 1.3. Demais Participações

#### 1.3.1. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

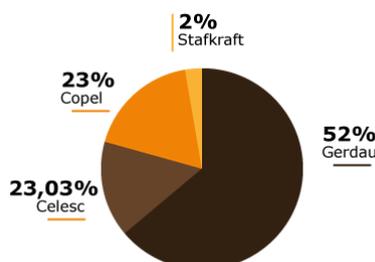
Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. A linha é responsável pelo

transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição. Em dezembro de 2011, ampliando seus negócios, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230kv) e Gaspar (230/138kv), através da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE. Essas linhas foram energizadas em janeiro e março de 2015, respectivamente. A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012, com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social da Empresa, conforme gráfico abaixo:



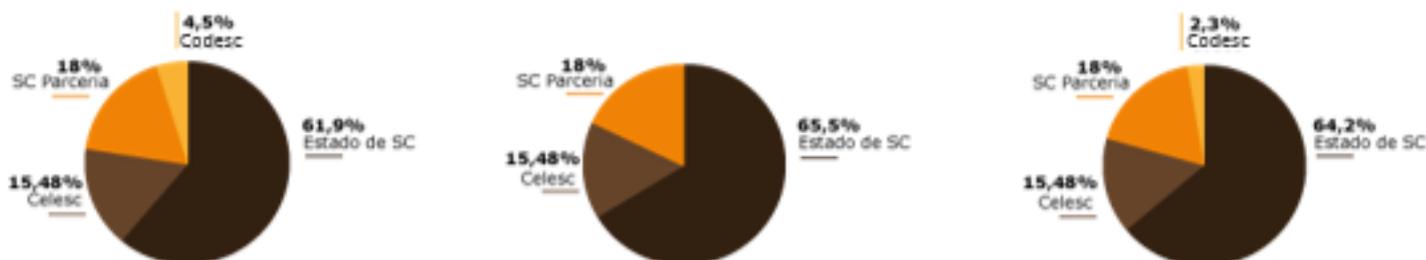
### 1.3.2. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc possui 23,03% do Capital Social da empresa, conforme gráfico abaixo:



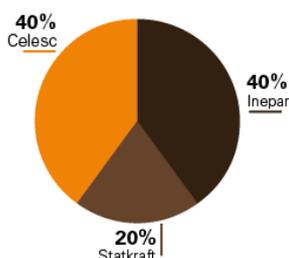
### 1.3.3. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento em suas áreas de concessões (municipal). Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 193 municípios catarinenses e um no Paraná, atendendo uma população de aproximadamente 2,7 milhões de consumidores com água tratada e 650 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social total da Empresa, conforme gráfico a seguir:



### 1.3.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico constituída em 1996 para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, na região de Joinville/SC, com potência instalada de 50MW. Com o histórico dos entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). Foi emitida a Portaria MME nº 310, de 27 de julho de 2018, onde decide extinguir a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica do empreendimento denominado UHE Cubatão. A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, conforme abaixo:



## 2. Grupo CELESC

### 2.1. Celesc Distribuição S.A.

#### 2.1.1. Desempenho Operacional

##### 2.1.1.1. Carga de energia elétrica

	Ano	2T19	6M19
Carga Brasil (GWh)*	2019	145.248	299.477
	2018	141.857	291.450
	Δ	2,4%	2,8%
Carga Sul (GWh)	2019	24.762	52.232
	2018	24.406	50.798
	Δ	1,5%	2,8%
Carga Celesc Distribuição S.A. (GWh)**	2019	6.763	14.363
	2018	6.553	13.646
	Δ	3,2%	5,2%

Fonte: ONS / Celesc D

\* Referente ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

\*\* Energia Injetada no sistema de distribuição da concessionária.

A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga do Mercado Cativo, às perdas do sistema elétrico, à carga de consumidores livres, de unidades de consumo de autoprodutores e de produtores independentes conectados a sua rede.

##### 2.1.1.2. Balanço de Energia Elétrica

Podemos definir o TRC (*Total Required Consumed*) como a carga total (medida), retirando a energia de consumidores livres (medida) e adicionando as perdas totais (interna e rede básica). No segundo trimestre de 2019 foram contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE 63,9% (2.903 GWh) de contratos CCEARs (modalidades quantidade e disponibilidade), 20,34% (923 GWh) Itaipu, 20,3% (923 GWh) Quotas, e 2,4% (111 GWh) outros.

**Celesc Distribuição S.A. | Balanço Energético (GWh)**

ACL			
CCEAR (quantidade)	1.568		
CCEAR (disponibilidade)	1.353		
CCEAR Compulsório	-18		
ANGRA	174	4.540	CONSUMO TOTAL REQUERIDO (TRC)
ITAIPU	923		
PROINFA	92		
LIQUIDAÇÃO CURTO PRAZO	-377		
QUOTAS	824		

De acordo com a regulação do sistema elétrico, as distribuidoras devem ter nível de contratação dentro do limite regulatório (atualmente entre 100% e 105% de sobrecontratação), no qual a contratação dentro desse limite tem repasse tarifário integral, com a contrapartida contabilizada como ativo financeiro setorial. O montante que ficar fora da faixa regulatória, e que seja considerado voluntário pelo regulador, é risco da distribuidora. O nível de contratação da Companhia em 2019 é de 104,5%, dentro, portando, do limite regulatório, garantindo, assim, o repasse integral à tarifa dos custos com energia comprada.

**2.1.1.3. Energia Faturada<sup>4</sup>**
**Celesc Distribuição S.A. | Energia Faturada por Classe de Consumo (em GWh)**

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras**			Consumo (GWh)					
	jun/18	jun/19	Δ	2T18	2T19	Δ	6M18	6M19	Δ
<b>Mercado Cativo</b>	<b>2.939.780</b>	<b>3.012.542</b>	<b>2,5%</b>	<b>3.969</b>	<b>3.965</b>	<b>-0,1%</b>	<b>8.230</b>	<b>8.614</b>	<b>4,7%</b>
Residencial	2.305.464	2.367.190	2,7%	1.407	1.396	-0,8%	2.995	3.234	8,0%
Industrial	105.045	108.324	3,1%	643	632	-1,7%	1.259	1.241	-1,4%
Comercial	267.169	274.874	2,9%	816	815	-0,2%	1.719	1.796	4,5%
Rural	234.603	234.293	-0,1%	337	269	-20,2%	734	613	-16,5%
Suprimento de Energia	28	30	7,1%	393	480	22,2%	779	973	25,0%
Demais Classes	27.471	27.831	1,3%	372	373	0,4%	744	757	1,7%
Poder Público	22.989	23.146	0,7%	116	115	-0,4%	229	238	3,7%
Iluminação Pública	779	815	4,6%	162	163	1,1%	326	327	0,3%
Serviço Público	3.321	3.479	4,8%	90	91	0,6%	182	185	1,5%
Consumo Próprio	382	391	2,4%	4	4	-10,6%	7	8	12,1%
<b>Consumidores Livres</b>	<b>876</b>	<b>1.030</b>	<b>17,6%</b>	<b>2.191</b>	<b>2.354</b>	<b>7,5%</b>	<b>4.246</b>	<b>4.528</b>	<b>6,6%</b>
Industrial	536	603	12,5%	1.897	2.037	7,4%	3.675	3.890	5,9%
Comercial	312	399	27,9%	227	255	12,2%	447	511,3	14,3%
Rural	7	7	0,0%	16	16	1,5%	30	30,1	1,6%
Suprimento*	21	21	0,0%	51	46	-8,4%	94	97,0	3,3%
<b>Mercado Total</b>	<b>2.940.656</b>	<b>3.013.572</b>	<b>2,5%</b>	<b>6.159</b>	<b>6.319</b>	<b>2,6%</b>	<b>12.476</b>	<b>13.142</b>	<b>5,3%</b>
Residencial	2.305.464	2.367.190	2,7%	1.407	1.396	-0,8%	2.995	3.234	8,0%
Industrial	105.581	108.927	3,2%	2.540	2.668	5,1%	4.934	5.131	4,0%
Comercial	267.481	275.273	2,9%	1.043	1.069	2,5%	2.166	2.307	6,5%
Rural	234.610	234.300	-0,1%	353	285	-19,2%	764	643	-15,8%
Suprimento	49	51	4,1%	444	527	18,7%	873	1.070	22,6%
Demais Classes	27.471	27.831	1,3%	372	373	0,4%	744	757	1,7%

\*Passível de recontabilização pela CCEE.

\*\* Número de Unidades Consumidoras (UC) conforme consumo faturado.

<sup>4</sup> A partir do 4T17 a energia distribuída considerada é a faturada, sendo que nos trimestres anteriores era considerada a energia medida.

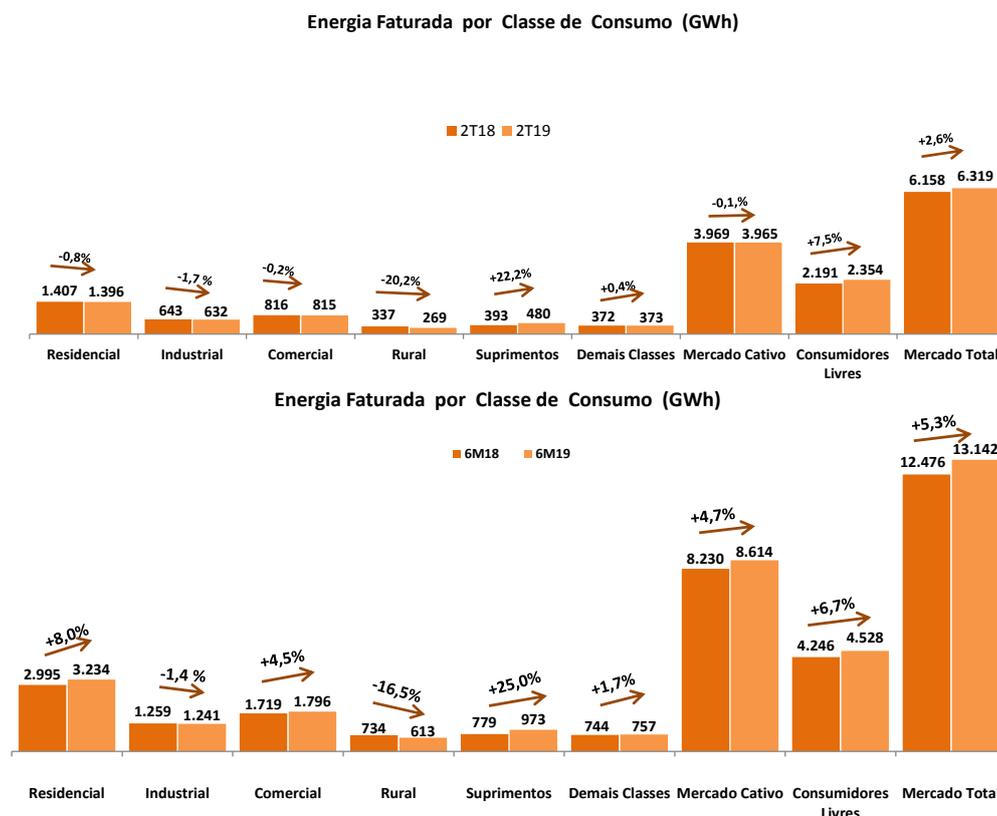
Conforme tabela anterior, a energia faturada fornecida para o mercado cativo se manteve estável, com redução de apenas 0,1% no trimestre relativamente ao segundo trimestre de 2018, atingindo 3.965 GWh. Já no acumulado do ano apresentou crescimento de 4,7% (+384 GWh), totalizando 8.614 GWh. A alta em 2019 se deve ao aumento apresentado no 1T19 (alta de 9,1% em relação 1T18), enquanto que o desempenho do trimestre foi influenciado diretamente pela elevada base de comparação do 2T18 (alta de 6,6% em relação ao 2T17).

O mercado livre<sup>5</sup>, conforme movimento que vem ocorrendo desde 2015, apresentou elevação de 7,5% (+164 GWh) no trimestre, registrando 2.354 GWh no trimestre e 4.528 GWh ano (elevação de 6,6%). Esse movimento decorre fundamentalmente das migrações para o mercado livre, sendo que em junho de 2019 totalizava 1.030 unidades consumidoras, incremento de 154 unidades (aumento de 67 na classe industrial e 87 na classe comercial) em comparação ao mês de junho de 2018, quando totalizou 876 consumidores livres.

Do mercado total atendido pela Celesc Distribuição em 2019, o Mercado cativo representou 66% e os clientes livres representaram 34%. A elevação no mercado livre é resultado da migração de consumidores do mercado cativo, concentrando-se em consumidores de médio porte nas classes industrial e comercial.

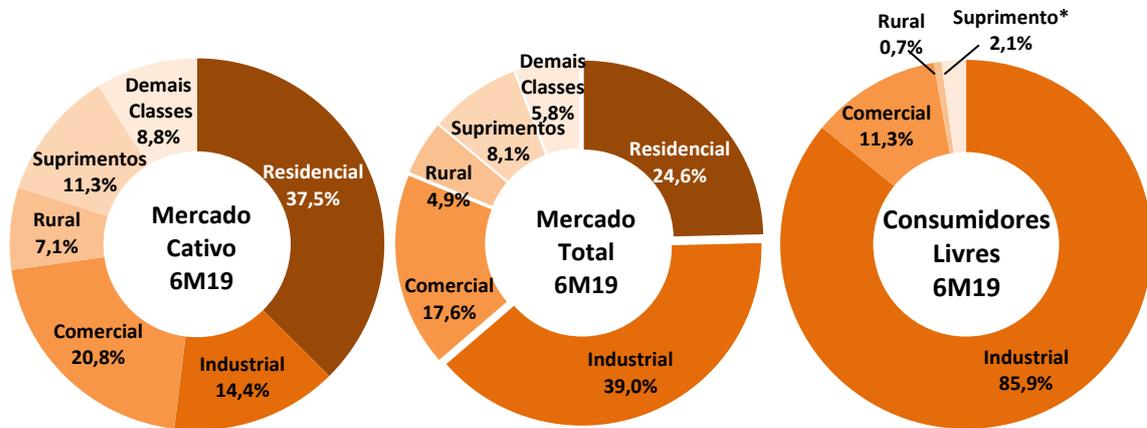
A migração do mercado cativo para o livre é uma liberalidade do consumidor, não impactando economicamente no resultado da distribuidora visto que toda energia migrada é passível de desconstratação ou considerada como sobra involuntária, e a receita da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD permanece inalterada, pois o consumidor continua pagando pelo serviço.

O gráfico a seguir apresenta a participação de cada classe de consumo no mercado cativo, entre os consumidores livres e no mercado total (cativo + livre) no trimestre e no ano:



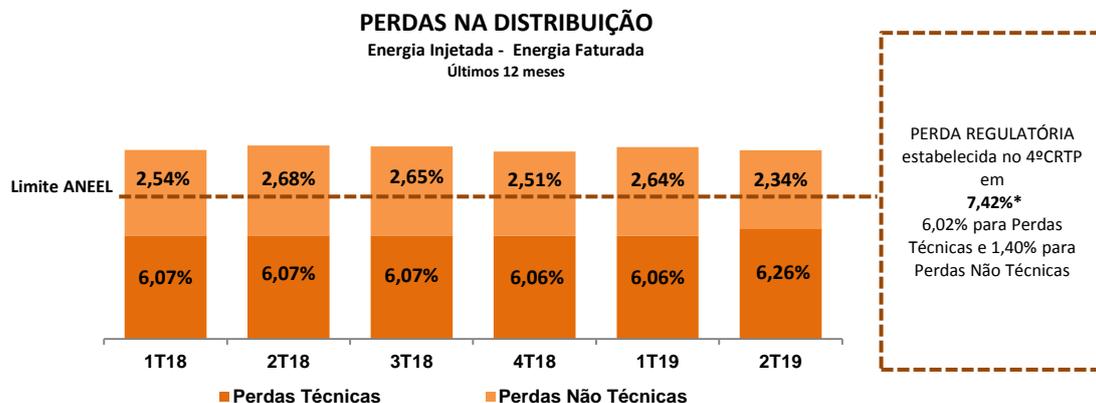
<sup>5</sup> Os atuais critérios de migração para o mercado livre foram estabelecidos em 1998, pela Lei nº 9.648/1998, que criou dois grupos de consumidores aptos a escolher seu fornecedor de energia elétrica. O primeiro grupo é composto pelas unidades consumidoras com carga maior ou igual a 3.000 kW atendidas em tensão maior ou igual a 69 kV – em geral as unidades consumidoras do subgrupo A3, A2 e A1. Também são livres para escolher seu fornecedor novas unidades consumidoras instaladas após 07 de julho de 1995 com demanda maior ou igual a 3.000 kW e atendidas em qualquer tensão. Estes consumidores podem comprar energia de qualquer agente de geração ou comercialização de energia. O segundo grupo, composto pelas unidades consumidoras com demanda maior ou igual que 500 kW atendidos em qualquer tensão, também podem escolher seu fornecedor, mas seu leque de escolha está restrito à energia oriunda das chamadas fontes incentivadas, a saber: Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, Usinas de Biomassa, Usinas Eólicas e Sistemas de Cogeração Qualificada.

O gráfico a seguir apresenta a participação de cada classe de consumo no Mercado Cativo, entre os consumidores livres e no mercado total (cativo + livre):



#### 2.1.1.4. Perdas na Distribuição

De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição (4CRT), a perda regulatória da Celesc Distribuição foi estimada em 7,42% sobre a energia injetada no sistema de distribuição da concessionária. Desse total, 6,02% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,40% de perdas não técnicas. Em 2019 as perdas globais representam 8,60% de energia injetada, sendo 6,26% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7, revisado no início de cada ano, ajustando, assim, a média móvel de 12 meses, e 2,34% correspondem às perdas não técnicas, apurada por diferença. O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Companhia:

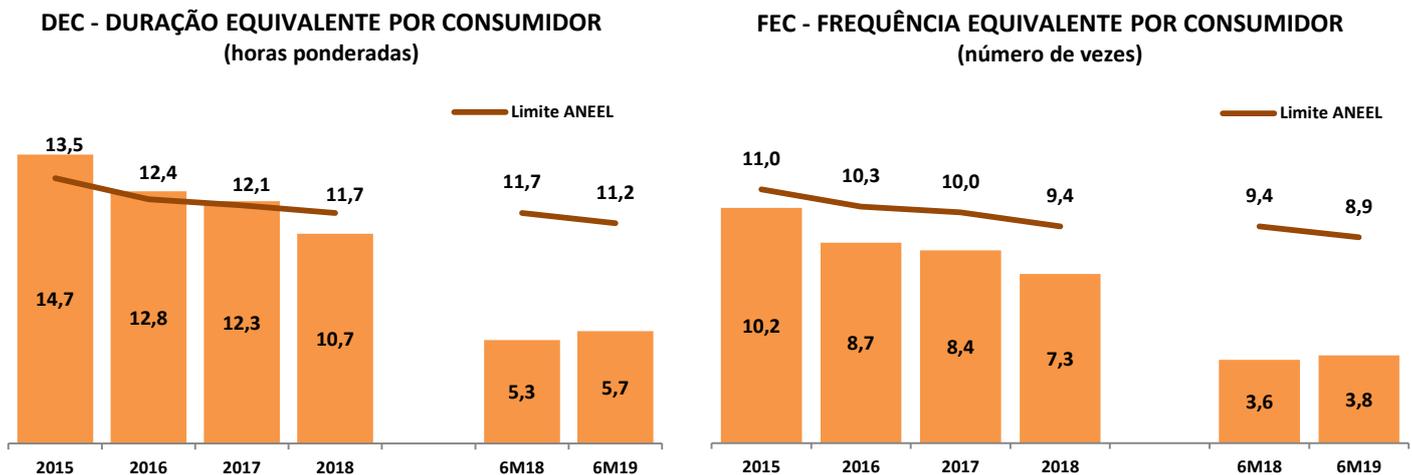


Desta forma, as perdas totais ficaram 1,18% acima do limite coberto pela tarifa, perfazendo um valor estimado sem cobertura tarifária acumulada de janeiro a junho de 2019 no montante de R\$47,7 milhões, sendo R\$19,3 milhões de perdas técnicas, R\$24,0 milhões de perdas não técnicas e R\$4,4 milhões de perdas na rede básica.

A Companhia executa de forma contínua força tarefa no sentido de reduzir e recuperar essas perdas, atuando para sua detecção, identificando os casos de suspeita de irregularidade por meio de algoritmo (verificação *online*), procedimento focado na identificação de casos de fraude e/ou deficiência técnica, além de integração de sistemas corporativos, revisão de processos de trabalho (metas de fiscalização), implantação de sistemas antifurto e regularização das ligações clandestinas. Todas essas medidas visam convergir aos limites regulatórios dentro do atual ciclo tarifário.

### 2.1.1.5. Qualidade da Energia Elétrica

O índice DEC (duração média das interrupções por unidade consumidora) da Celesc Distribuição foi de 5,7 horas em 2019, valor 8,7% acima do verificado no mesmo período de 2018. Neste mesmo período, o FEC (número de interrupções por unidade consumidora) foi de 3,8 interrupções, 5,5% acima do verificado no mesmo período de 2018.



Esses critérios são definidos no [Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST](#), que estabelece todos os anos, para as distribuidoras, limites para os indicadores globais de interrupção (DEC e FEC), no qual a violação dos limites individuais (DIC, FIC e DMIC) gera compensação por parte das distribuidoras aos consumidores afetados, ocorrendo de forma automática via crédito na fatura em até dois meses após o período de apuração.

No segundo trimestre de 2019 a violação dos indicadores de qualidade em sua forma individual gerou créditos ao consumidor no valor de R\$4,6 milhões para a Celesc Distribuição, 18% superior ao registrado no segundo trimestre de 2018, quando assinalou R\$3,9 milhões. No ano o custo incorrido foi de R\$13 milhões, 67% superior ao realizado no primeiro semestre de 2018.

No caso do descumprimento das metas globais anuais do DEC ou FEC por dois anos consecutivos ou três vezes em cinco anos, contados a partir do ano civil subsequente à data de celebração do contrato ou termo aditivo ao contrato de concessão, a concessionária fica proibida de distribuir aos acionistas dividendos ou realizar pagamento de juros sobre o capital próprio – JCP, quando esses valores, isoladamente ou em conjunto, superarem 25% do lucro líquido. A limitação à distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio vigora a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento, permanecendo até que os parâmetros regulatórios sejam performados ([Resolução Normativa nº 747 de 2016](#)). Desta forma, como a Companhia descumpriu as metas globais do DEC nos anos de 2016 e 2017, ficou limitada a distribuição de dividendos e/ou JCP no mínimo legal, 25%.

**2.1.2. Desempenho Econômico-Financeiro**
**Celesc Distribuição S.A. | Principais Indicadores Financeiros (IFRS)**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018*	2019	Δ	6M18*	6M19	Δ
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.128,0</b>	<b>2.944,0</b>	<b>-5,9%</b>	<b>6.028,6</b>	<b>6.371,4</b>	<b>5,7%</b>
Deduções da Receita Operacional	(1.187,2)	(1.193,2)	0,5%	(2.346,2)	(2.529,0)	7,8%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.940,8</b>	<b>1.750,7</b>	<b>-9,8%</b>	<b>3.682,4</b>	<b>3.842,4</b>	<b>4,3%</b>
Custos e Despesas Operacionais	(1.823,8)	(1.690,0)	-7,3%	(3.449,6)	(3.660,7)	6,1%
<i>Custos com Energia Elétrica</i>	<i>(1.474,5)</i>	<i>(1.243,2)</i>	<i>-15,7%</i>	<i>(2.752,7)</i>	<i>(2.819,6)</i>	<i>2,4%</i>
<i>Despesas Operacionais</i>	<i>(349,3)</i>	<i>(446,8)</i>	<i>27,9%</i>	<i>(696,9)</i>	<i>(841,1)</i>	<i>20,7%</i>
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>117,0</b>	<b>60,7</b>	<b>-48,1%</b>	<b>232,8</b>	<b>181,7</b>	<b>-22,0%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>168,7</b>	<b>115,3</b>	<b>-31,6%</b>	<b>335,8</b>	<b>289,9</b>	<b>-13,7%</b>
<i>Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	<i>9,2%</i>	<i>7,1%</i>		<i>9,6%</i>	<i>8,1%</i>	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(29,9)</b>	<b>(29,7)</b>	<b>0,4%</b>	<b>(48,4)</b>	<b>(55,3)</b>	<b>14,2%</b>
<b>LAIR</b>	<b>101,6</b>	<b>31,0</b>	<b>-69,5%</b>	<b>199,4</b>	<b>126,4</b>	<b>-36,6%</b>
IR/CSLL	(39,4)	(11,4)		(79,7)	(54,5)	
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>62,2</b>	<b>19,6</b>	<b>-68,5%</b>	<b>119,6</b>	<b>71,9</b>	<b>-39,9%</b>
<i>Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)</i>	<i>3,4%</i>	<i>1,2%</i>		<i>3,4%</i>	<i>2,0%</i>	

\*Reclassificação contábil de receitas e despesas financeiras das variações cambiais decorrentes da compra de energia oriunda de Itaipu para a rubrica custo de compra de energia, conforme detalhado nas NEs 4.2 e 4.3 do ITR 2T19.

**2.1.2.1. Destaques do Resultado**

Os principais destaques no resultado da Celesc Distribuição no período foram:

- Redução de 5,9% da ROB – Receita Operacional Bruta e 9,8% da ROL – Receita Operacional Líquida no trimestre, resultado, fundamentalmente, do efeito negativo do Ativo Regulatório (Passivo Regulatório) comparativamente ao 2T18;
- Redução de 7,3% no trimestre nos custos e despesas operacionais, tendo os custos com energia (gasto não gerenciável) contraído 15,7% e as despesas operacionais (gasto gerenciável) ampliado 27,9%;
- O EBITDA assinalou contração de 31,6% no trimestre;
- Lucro Líquido de R\$19,6 milhões no trimestre, com retração ao registrado no 2T18, totalizando no acumulado de 2019 R\$71,9 milhões.

Abaixo são apresentados o EBITDA e o Lucro ajustados aos efeitos não recorrentes, que serão detalhados em seus respectivos tópicos.

**Celesc Distribuição S.A. | Resultado Ajustado\***

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	6M18	6M19	Δ
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>168,7</b>	<b>126,1</b>	<b>-25,3%</b>	<b>335,8</b>	<b>300,6</b>	<b>-10,5%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>9,2%</i>	<i>7,8%</i>		<i>9,6%</i>	<i>8,4%</i>	
<b>Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado</b>	<b>62,2</b>	<b>11,7</b>	<b>-81,2%</b>	<b>119,6</b>	<b>64,0</b>	<b>-46,5%</b>
<i>Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>3,4%</i>	<i>0,7%</i>		<i>3,4%</i>	<i>1,8%</i>	

\* IFRS - Itens Não-Recorrentes.

**2.1.2.2. Receita Operacional Bruta**
**Celesc Distribuição S.A. | Receita Operacional Bruta**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	6M18	6M19	Δ
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>3.128,0</b>	<b>2.944,0</b>	<b>-5,9%</b>	<b>6.028,6</b>	<b>6.371,4</b>	<b>5,7%</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	1.603,7	1.584,1	-1,2%	3.291,5	3.536,5	7,4%
Suprimento de Energia	74,0	93,0	25,7%	148,8	200,3	34,6%
Ativo Regulatório	286,9	(163,5)	-157,0%	282,5	(416,7)	-247,5%
Energia Elétrica de Curto Prazo	101,6	87,0	-14,4%	143,1	299,2	109,1%
Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)	758,9	986,3	30,0%	1.573,5	2.096,6	33,2%
Doações e Subvenções*	194,7	217,8	11,9%	382,2	394,8	3,3%
Renda de Prestação de Serviços	0,6	0,8	22,9%	1,2	1,4	15,4%
Serviço Taxado	3,6	4,7	32,1%	6,7	8,6	28,2%
Atualização VNR**	1,7	1,3	-25,3%	2,3	2,6	11,8%
<b>Receita de Construção</b>	<b>102,3</b>	<b>132,5</b>	<b>29,6%</b>	<b>196,7</b>	<b>248,0</b>	<b>26,1%</b>

\*Inclui recebimento de Subsídio CDE referente Decreto Nº 7.891/2013

\*\*Inclui receita com VNR antes do 4T16 contabilizada como Receita Financeira

Abaixo são apresentados os principais fatores que influenciaram o desempenho da ROB<sup>6</sup> nesse trimestre e no acumulado de 2019:

- i. Redução de 1,2% no trimestre na rubrica *Fornecimento de Energia Elétrica*, reflexo da redução das receitas com bandeira tarifária, conforme detalhado a seguir. A receita decorrente do mercado cativo cresceu 5,5% no trimestre (+R\$114,1 milhões) e 14,8% no ano (+R\$638,1 milhões), destacando as classes de consumo: residencial (aumento de 6,5% no trimestre e 20,6% no ano), industrial (elevação 5,3% no trimestre e 8,2% no ano) e comercial (expansão de 6,5% no trimestre e 15% no ano);
- ii. Incremento na receita de bandeiras tarifárias em R\$11,7 milhões no trimestre em decorrência da fixação da bandeira amarela no mês de maio ([Despacho nº 1.228/2019](#)), totalizando R\$11,8 milhões no ano, enquanto que o montante realizado no segundo trimestre de 2018 perfaz R\$35,9 milhões (R\$58,6 milhões no 6M18) devido às bandeiras amarela e vermelha – patamar 2 nos meses de maio e junho, respectivamente;
- iii. Na rubrica *Ativo Regulatório/Passivo Regulatório* houve resultado negativo de R\$163,5 milhões (Passivo Regulatório) no trimestre, decorrente, fundamentalmente, da amortização da CVA no montante de R\$70,8 milhões e da constituição de CVA Passiva no montante R\$75,0 milhões. No ano acumula R\$416,7 milhões negativo (Passivo Regulatório), sendo R\$275,1 milhões de constituição de CVA, destacando-se a CDE (R\$71,6 milhões) e a neutralidade da Parcela A (R\$135,2 milhões), e R\$141,5 milhões de amortização. Esta rubrica registra a movimentação da CVA no período, no qual a sua constituição se dá pela variação do montante realizado dos custos da Parcela A com o estimado no processo de reajuste tarifário pelo órgão regulador e a sua amortização é decorrente da arrecadação dos custos da Parcela A incluídos na tarifa;
- iv. Redução de R\$14,6 milhões no trimestre na Liquidação de Energia de Curto Prazo. No ano acumula incremento de R\$156,1 milhões devido ao aumento do PLD – Preço de Liquidação de Diferenças aliado ao crescimento do volume comercializado;
- v. Elevação na receita registrada a título de *Disponibilização Rede Elétrica (TUSD)* de 30% (+R\$227,4 milhões) no trimestre e 33,2% no ano (+R\$523,1 milhões), destacando-se R\$292,5 milhões no trimestre (R\$573,7 milhões no ano) referente à disponibilização de rede elétrica a consumidores livres industriais e R\$41,1 milhões no trimestre (R\$84,8 milhões no ano) a consumidores livres comerciais. A partir do 1T18 passou a ser contabilizado nesta rubrica, também, a segregação da receita da TUSD de consumidores cativos, antes contabilizado no *Fornecimento de Energia Elétrica*, totalizando no segundo trimestre de 2019 R\$647,7 milhões (R\$1,4 bilhão no ano).

<sup>6</sup> Exclui a Receita de Construção. Em função das normas contábeis IFRS, tem custo correspondente de mesmo valor registrado nas despesas operacionais e, portanto, não afeta o resultado da Companhia.

**2.1.2.3. Deduções da Receita Operacional Bruta**
**Celesc Distribuição S.A. | Deduções da Receita Operacional Bruta**

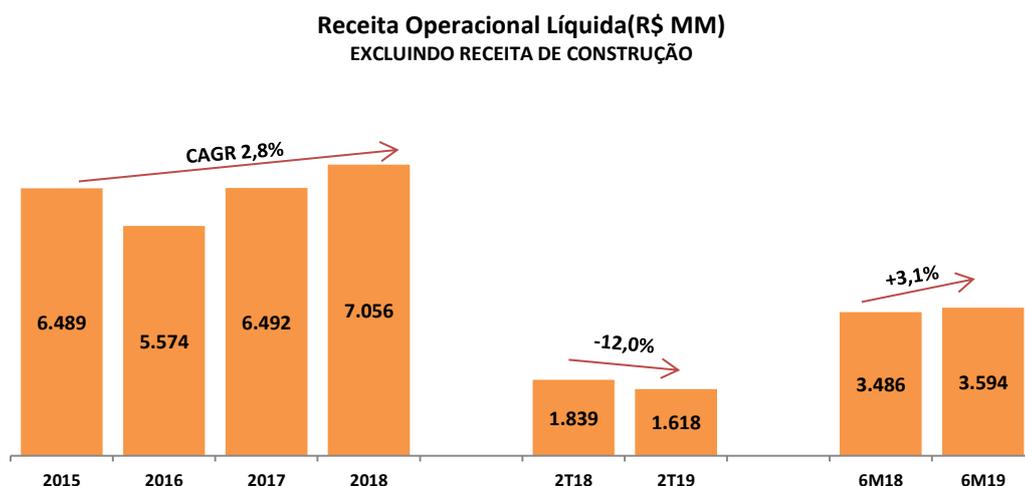
R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	6M18	6M19	Δ
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>(1.187,2)</b>	<b>(1.193,2)</b>	<b>0,5%</b>	<b>(2.346,2)</b>	<b>(2.529,0)</b>	<b>7,8%</b>
ICMS	(506,1)	(541,2)	6,9%	(1.041,3)	(1.211,6)	16,4%
PIS/COFINS	(279,5)	(259,7)	-7,1%	(539,0)	(565,5)	4,9%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(351,7)	(368,0)	4,6%	(696,2)	(712,9)	2,4%
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (0,5% da ROL)	(9,2)	(8,1)	-12,1%	(17,5)	(18,0)	3,3%
Programa de Eficiência Energética - PEE (0,5% da ROL)	(9,2)	(8,1)	-12,1%	(17,5)	(18,0)	3,3%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1,7)	(1,7)	5,1%	(3,3)	(3,5)	5,0%
Outros Encargos	(29,8)	(6,4)	-78,5%	(31,5)	0,6	101,8%

As deduções representam 40,5% da ROB e sua variação, geralmente, segue a variação da ROB. A seguir o detalhamento e os fatores que contribuíram para o aumento no trimestre:

- Aumento de 6,9% (+16,4% no ano) em *ICMS*, atingindo R\$541,2 milhões. Este tributo costuma acompanhar a receita com *Fornecimento de Energia Elétrica* que teve leve queda 1,2% no trimestre (considerando as transferências do Mercado Cativo para o Livre), contudo no ano apresenta elevação de 7,4%;
- Redução de 7,1% em *PIS/COFINS*, registrando R\$259,7 milhões. Esses tributos acompanham a evolução da ROB, sendo que, juntamente com o *ICMS*, representam 67,1% das *Deduções*;
- Elevação na *Conta de Desenvolvimento Energético* (CDE), que somou R\$368,0 milhões no trimestre (4,6% acima do verificado no 2T18) e R\$712,9 milhões no ano (2,4% acima do 6M18). Essas variações são reflexo da variação das cotas de CDE Uso, CDE Energia e Conta ACR, estabelecidas pela ANEEL.
- A rubrica *Outros Encargos* registrou R\$6,4 milhões no trimestre devido à baixa da aplicação das bandeiras tarifárias referente ao *Fornecimento não Faturado*.

**2.1.2.4. Receita Operacional Líquida**

A receita da Celesc Distribuição apresenta evolução média anual de 2,8% nos últimos quatro exercícios, tanto com a receita de construção inclusa quanto desconsiderando a receita de construção, conforme gráfico abaixo:



**2.1.2.5. Custos e Despesas Operacionais**
**Celesc Distribuição S.A. | Custos e Despesas Operacionais**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018*	2019	Δ	2018*	2019	Δ
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.823,8)</b>	<b>(1.690,0)</b>	<b>-7,3%</b>	<b>(3.449,6)</b>	<b>(3.660,7)</b>	<b>6,1%</b>
<b>Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis</b>	<b>(1.474,5)</b>	<b>(1.243,2)</b>	<b>-15,7%</b>	<b>(2.752,7)</b>	<b>(2.819,6)</b>	<b>2,4%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.179,0)	(996,0)	-15,5%	(2.178,4)	(2.310,3)	6,1%
Encargo de Uso da Rede Elétrica	(256,0)	(200,6)	-21,6%	(495,3)	(416,2)	-16,0%
PROINFRA	(39,5)	(46,5)	17,8%	(79,1)	(93,1)	17,8%
<b>PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis</b>	<b>(170,3)</b>	<b>(240,1)</b>	<b>41,0%</b>	<b>(352,0)</b>	<b>(443,3)</b>	<b>25,9%</b>
Pessoal	(134,9)	(177,0)	31,3%	(279,5)	(334,5)	19,7%
Materiais	(3,4)	(4,2)	22,7%	(6,5)	(7,8)	19,7%
Serviços de Terceiros	(47,3)	(56,8)	20,0%	(92,2)	(111,6)	21,1%
Outras Receitas / Despesas	15,3	(2,1)	-113,7%	26,2	10,6	-59,4%
<b>Provisões, líquidas</b>	<b>(25,1)</b>	<b>(19,6)</b>	<b>-21,8%</b>	<b>(45,3)</b>	<b>(41,6)</b>	<b>-8,0%</b>
<b>Depreciação / Amortização</b>	<b>(51,7)</b>	<b>(54,6)</b>	<b>5,5%</b>	<b>(103,0)</b>	<b>(108,2)</b>	<b>5,1%</b>
<b>Custo de Construção</b>	<b>(102,3)</b>	<b>(132,5)</b>	<b>29,6%</b>	<b>(196,7)</b>	<b>(248,0)</b>	<b>26,1%</b>

\*Reclassificação contábil de receitas e despesas financeiras das variações cambiais decorrentes da compra de energia oriunda de Itaipu para a rubrica custo de compra de energia, conforme detalhado nas NEs 4.2 e 4.3 do ITR 2T19.

Desconsiderando a rubrica *Custo de Construção* (que tem efeito nulo no resultado) a redução no trimestre de custos e despesas operacionais foi de 9,5% (-R\$164,1 milhões), contabilizando R\$1.557,5 milhões no trimestre. A redução decorreu, principalmente, pela diminuição dos gastos não gerenciáveis, tendo contraído 15,5% (-R\$231,3 milhões), assinalando um total de R\$1.243,2 milhões. Por outro lado, as despesas gerenciáveis (PMSO) registraram alta de 41%, totalizando R\$240,1 milhões no trimestre, impactado especialmente pelas despesas com pessoal, conforme detalhado na respectiva sessão.

No acumulado de 2019, os custos e despesas operacionais, sem efeito do custo de construção, somaram R\$3.412,7 milhões, aumento de 4,9% (+R\$159,8 milhões) em relação a 2018, sendo que os custos não gerenciáveis ampliaram 2,4% (R\$66,9 milhões) e os gerenciáveis (PMSO) cresceram 25,9% (R\$91,3 milhões), conforme descrito no próximo tópico.

**2.1.2.5.1. Custos com Energia Elétrica – Não-Gerenciáveis**

A redução de 15,7% no trimestre nos custos não gerenciáveis (Parcela A), totalizando R\$1.243,2 milhões no trimestre (R\$2.819,6 milhões no ano), é explicada pelos seguintes motivos:

- Reflexo da redução de 34,4% na tarifa de energia de origem térmica (representando 33,3% do MIX);
- Leve aumento de 1,6% na tarifa do montante despachado de energia de origem hidro (representando 31,6% do MIX);
- Aumento de 6,9% na energia despachada da de ITAIPU (participação de 18,6% no MIX);
- Redução de 14,5% no trimestre com Energia Elétrica Comprada para Revenda totalizando R\$996,0 milhões (R\$2.310,3 milhões no ano), que acompanham os reajustes/revisões tarifários;
- Aumento de 17,8% (+R\$7,0 milhões), que somam R\$46,5 milhões, nas despesas com **PROINFRA** (Lei nº 10.438/2002).

A tabela abaixo apresenta o custo por modalidade e respectiva participação no mix de tarifas de compra de energia da Companhia:

**Celesc Distribuição S.A. | Custos com Energia Comprada por Modalidade de Contratação**

Tarifa Média de Energia Comprada por Modalidade (R\$/MWh)*	2T18	2T19	Var. de Preço %	Participação % no MIX 2T18	Participação % no MIX 2T19	Tarifa Média do Reajuste Tarifário* (R\$/MWh)
LEILÃO - CCEAR / Hidro	192,2	195,2	1,6%	30,7%	31,6%	196,5
LEILÃO - CCEAR / Térmica	203,0	133,1	-34,4%	32,7%	33,3%	289,5
ITAIPU	237,6	253,9	6,9%	20,3%	18,6%	242,2
CONTRATOS BILATERAIS	272,0	406,8	49,6%	0,1%	0,0%	350,3
OUTROS	91,1	106,8	17,2%	16,2%	16,6%	102,6
<b>Total - (R\$/MWh)</b>	<b>188,6</b>	<b>170,9</b>	<b>-9,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100%</b>	<b>211,3</b>

\* Os dados contêm previsões de despesas com compra de energia em função da metodologia utilizada na contabilização. A receita com bandeiras tarifárias não estão contempladas nos cálculos acima. Esta receita é tratada a parte, pois a sua cobertura depende das condições hidrológicas, que podem ser alteradas de um mês para o outro.

\* Resolução Homologatória 2.436/2018

**2.1.2.5.2. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais (Ativos e Passivos Regulatórios Parcela A)**

A tabela a seguir demonstra o saldo de Ativos e Passivos Regulatórios apurados pela Companhia e acumulados ao final de cada período. Os referidos saldos integram a base de reajustes tarifários da Companhia.

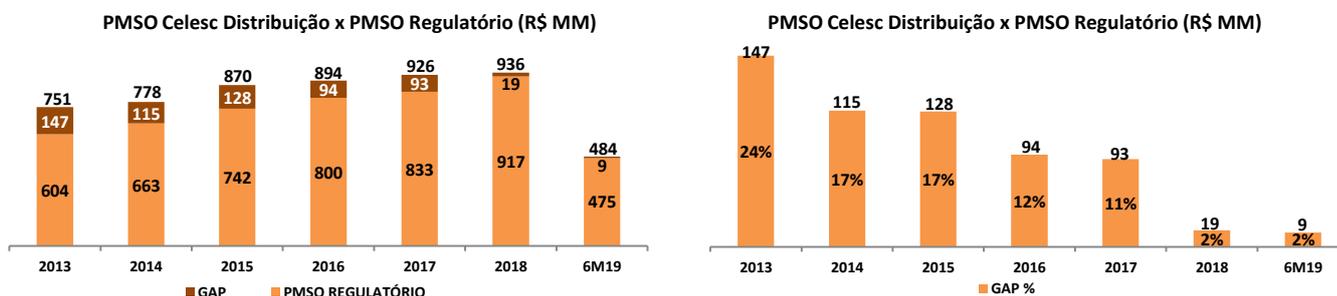
**Celesc Distribuição S.A. | Ativos e Passivos Regulatórios Acumulados**

R\$ Milhões	em 30/06/2017	em 30/09/2017	em 31/12/2017	em 31/03/2018	em 30/06/2018	em 30/09/2018	em 31/12/2018	em 31/03/2019	em 30/06/2019
Ativos Regulatórios	268,1	578,9	680,4	646,8	902,4	1.301	906,7	763,6	552,7
Passivos Regulatórios	(566,3)	(638,2)	(706,7)	(686,2)	(664,1)	(804,7)	(653,4)	(764,3)	(717,9)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(298,2)</b>	<b>(59,3)</b>	<b>(26,3)</b>	<b>(39,4)</b>	<b>238,3</b>	<b>496,1</b>	<b>253,3</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(165,24)</b>

Os ativos regulatórios totalizaram R\$552,7 milhões, dos quais R\$485,1 milhões são referentes à compra de energia, R\$43,4 milhões ao transporte de rede básica e de energia, R\$7,2 milhões à CDE e R\$17,0 milhões relativos ao Proinfa. Já os passivos regulatórios somaram R\$717,9 milhões, sendo que R\$268,3 milhões referem-se aos encargos do sistema, R\$162,9 milhões à CDE, R\$32,6 milhões à sobrecontratação de energia, R\$140,0 milhões correspondentes à neutralidade da Parcela A, R\$107,4 milhões de devolução tarifária e R\$6,8 milhões relativos a outros passivos.

**2.1.2.5.3. PMSO – Despesas Operacionais Gerenciáveis (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros)**

Abaixo evolução do PMSO da Celesc Distribuição<sup>7</sup> x PMSO Regulatório estimado pela Companhia. Até junho de 2019, foram contabilizados gastos de R\$8,6 milhões acima do regulatório, efeito decorrente das despesas com MSO, uma vez que a despesa com pessoal (desconsiderando os efeitos do benefício pós-emprego e custos com PDI) ficou dentro do regulatório.


**2.1.2.5.4. Pessoal**

A rubrica *Pessoal e Administradores* é composta pelas despesas incorridas com remuneração dos empregados (incluindo encargos) e com as contribuições regulares aos planos de pensão administrados pela Fundação CELOS (rubrica *Previdência Privada*).

**Celesc Distribuição S.A. | Despesas Totais com Pessoal**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Pessoal Total</b>	<b>(134,9)</b>	<b>(177,0)</b>	<b>31,3%</b>	<b>(279,5)</b>	<b>(334,5)</b>	<b>19,7%</b>
Pessoal e Administradores	(126,6)	(166,1)	31,2%	(264,7)	(310,6)	17,3%
<i>Pessoal e Encargos</i>	(119,6)	(159,4)	33,3%	(250,4)	(296,7)	18,5%
<i>Previdência Privada</i>	(7,0)	(6,7)	-3,9%	(14,3)	(13,9)	-2,5%
Despesa Atuarial	(8,3)	(10,9)	31,7%	(14,8)	(23,9)	61,3%

O aumento da despesa total de 31,3% (+42,1 milhões) no trimestre e 19,7% (+R\$55,0 milhões) no ano deveu-se tanto pelo aumento da *Despesa Atuarial* (31,7% no 2T19 e 61,3% no 6M19) quanto pela expansão da rubrica *Pessoal e Administradores* (31,2% no 2T19 e 17,3% no 6M19). O aumento dessa rubrica decorreu, essencialmente, de: (i) aumento de 9,1% (+R\$2,7 milhões) no trimestre e 8,4% (+R\$4,9 milhões) ano no *Salário Fixo* devido aos efeitos do reajuste anual previsto no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT e aplicação

<sup>7</sup> Gastos de PMSO excluídos os custos com PDI e benefícios pós-emprego.

do Plano de Cargos e Salários – PCS; (ii) acréscimo de 4,6% (+R\$1,9 milhão) no ano nos *Encargos Sociais*; (iii) acréscimo no *Auxílio Alimentação* de 15,3% no trimestre (+R\$1,2 milhão) e 15,5% no ano (+R\$2,3 milhões) devido ao aumento do número de funcionários. Destaca-se, ainda, a contabilização de R\$3,6 milhões no trimestre (R\$7,5 milhões no ano) referente ao *Plano de Saúde Celos* e o reconhecimento no segundo trimestre de 2019 de R\$22,7 milhões relativo ao desligamento nesse período de 63 empregados no PDI de 2018, conforme aprovação de orçamento complementar para o PDI de 2018 no ano de 2019 em Reunião do Conselho de Administração, realizada dia 04 de maio de 2019.

#### 2.1.2.5.5. Previdência Privada e Despesa Atuarial

A Celesc Distribuição é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, que administra os planos de benefícios previdenciários e o plano assistencial de saúde oferecido aos seus empregados. A *Despesa Atuarial* reconhecida na Demonstração de Resultado segue o definido na Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios Pós-Emprego realizada por atuários independentes. O valor estimado a ser reconhecido no ano como despesa atuarial no resultado considera tanto o valor a ser contabilizado na despesa de pessoal (despesa atuarial) quanto o valor contabilizado como despesa financeira (atualização da reserva matemática<sup>8</sup>). O valor a ser reconhecido em 2019 é de R\$90,9 milhões, sendo que no primeiro semestre (6M19) foram efetivamente reconhecidos R\$45,5 milhões, somando R\$23,9 milhões como despesa de pessoal (despesa atuarial) e R\$21,6 milhões como despesa financeira (atualização da reserva matemática).

**Celesc Distribuição S.A. | Despesa (Receita) Atuarial Reconhecida no Resultado**

R\$ Milhões	Valor estimado a ser reconhecido em 2019	Valor Reconhecido 1T19	Valor Reconhecido 2T19
Plano Transitório	16,8	4,2	8,4
Plano Misto	35,9	9,0	18,0
Plano de Saúde	33,4	8,4	16,7
Plano Pecúlio/Outros Benefícios	4,8	1,2	2,4
<b>Total</b>	<b>90,9</b>	<b>22,7</b>	<b>45,5</b>

O quadro a seguir apresenta saldo do Passivo Atuarial em 30 de junho de 2019 em comparação ao fechamento de 2018, demonstrando redução das obrigações estimadas da Celesc Distribuição.

**Celesc Distribuição S.A. | Passivo Atuarial**

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2018	em 30 de junho de 2019	Var. %
<b>Planos de Benefícios Previdenciários</b>	<b>1.024,3</b>	<b>985,1</b>	<b>-3,8%</b>
Plano Misto + Plano Transitório	1.024,3	985,1	-3,8%
<b>Outros Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>980,6</b>	<b>975,0</b>	<b>-0,6%</b>
Plano de Saúde	926,8	921,1	-0,6%
Outros Benefícios	53,8	53,9	0,3%
<b>Total</b>	<b>2.004,8</b>	<b>1.960,2</b>	<b>-2,2%</b>
<i>Curto Prazo</i>	<i>162,6</i>	<i>159,2</i>	<i>-2,1%</i>
<i>Longo Prazo</i>	<i>1.842,2</i>	<i>1.800,9</i>	<i>-2,2%</i>

#### 2.1.2.5.6. Materiais

A rubrica *Materiais* somou R\$4,2 milhões no trimestre, aumento de 22,7% (+R\$0,8 milhão) em relação ao segundo trimestre de 2018 e 19,7% (+R\$1,3 milhão) no acumulado do ano, tendo como principais destaques: (i) elevação de R\$0,7 milhão no trimestre e R\$1,0 milhão no ano em material de manutenção e conservação das unidades administrativas operacionais; (ii) aumento de R\$0,2 milhão no trimestre e R\$0,4 milhão no ano em material com segurança e medicina do trabalho; e (iii) crescimento de 55,8% no trimestre e 58,7% no ano em material com teleprocessamento (fibras ópticas, redes, cabos, etc.).

#### 2.1.2.5.7. Serviços de Terceiros

Os gastos com *Serviços de Terceiros* somaram R\$56,8 milhões (R\$111,6 milhões no ano) no segundo trimestre de 2019,

<sup>8</sup> Nota Explicativa 28a. ITR 2T19.

representando um crescimento de 20,0% (+R\$9,5 milhões) e 21,6% (+R\$19,46 milhões) no trimestre e no ano, respectivamente. O incremento deve-se, dentre outros fatores: (i) ao aumento de R\$4,7 milhões no trimestre e R\$10,9 milhões no ano em serviços de manutenção e conservação das linhas e redes de distribuição; (ii) à expansão de 5,3% (+R\$0,5 milhão) no trimestre e 5,4% (+R\$1,1 milhão) no ano em serviços com leitura de medidores; (iii) ao crescimento de 11,1% (+R\$0,4 milhão) no trimestre e 24,6% (+R\$1,5 milhão) no ano em serviços com corte e religamento; (iv) à elevação de R\$1,7 milhão no trimestre e R\$3,0 milhões no ano em serviços de fiscalização de unidades consumidoras.

#### 2.1.2.5.8. Outras Despesas Operacionais

Celesc Distribuição S.A.   Outras Despesas / Receitas Operacionais						
R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Outras Despesas / Receitas - Total</b>	<b>15,3</b>	<b>(2,1)</b>	<b>-113,7%</b>	<b>26,2</b>	<b>10,6</b>	<b>-59,4%</b>
Arrendamento e Aluguéis	(5,3)	(6,5)	22,5%	(9,6)	(11,1)	16,0%
Seguros	(1,3)	(1,3)	-0,6%	(1,3)	(1,3)	-1,4%
Tributos	(1,3)	(1,2)	-14,1%	(3,6)	(4,1)	14,2%
Provisões líquidas	(7,3)	(9,2)	26,3%	(14,4)	(19,4)	35,2%
Despesas Diversas*	30,6	16,1	-47,5%	55,0	46,5	-15,4%

\*Despesas Diversas: Consumo Próprio de Energia, Publicidade, Multas, Indenizações a Consumidores, Doações/Subvenções, etc.

O item *Outras Despesas/Receitas Operacionais* registrou o valor negativo de R\$2,1 milhões no trimestre e R\$10,6 milhões positivo no acumulado de 2019. Dentre os fatores que contribuíram para variação, destaca-se: (i) alta de 22,5% no trimestre (16% no ano) em aluguéis e arrendamentos; (ii) perdas líquidas com crédito tiveram acréscimo de 26,3% no trimestre (35,2% no ano), ressaltando-se que a maior parte destes créditos foram lançados como perda em trimestres anteriores; (iii) consumo próprio de energia assinalou alta de 8,1% (+R\$0,3 milhão) no trimestre e 30,9% (R\$1,4 milhão) no ano; (iv) taxa de arrecadação de convênios registrou crescimento da receita de R\$0,2 milhão no trimestre e R\$1,4 milhão no ano; (v) recuperação de gastos (efeito positivo) registrou R\$8,4 milhões no trimestre (R\$16,8 milhões no ano); e (vi) as indenizações totalizaram R\$15 milhões no trimestre e R\$19,5 milhões no ano.

#### 2.1.2.5.9. Provisões e Reversões de Provisões

Celesc Distribuição S.A.   Provisões						
R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Provisões Líquidas – Total</b>	<b>(25,1)</b>	<b>(11,3)</b>	<b>-54,8%</b>	<b>(45,3)</b>	<b>(33,4)</b>	<b>-26,2%</b>
<b>Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, líquidas</b>	<b>(10,4)</b>	<b>(9,7)</b>	<b>6,2%</b>	<b>(20,1)</b>	<b>(14,9)</b>	<b>-26,0%</b>
<i>Provisões de PECLD</i>	(13,4)	(12,0)	-10,5%	(23,4)	(18,0)	-23,3%
<i>Reversões de Provisões de PECLD</i>	3,0	2,2	-25,2%	3,3	3,1	-6,9%
<b>Outras Provisões, líquidas</b>	<b>(14,7)</b>	<b>(1,6)</b>	<b>-88,9%</b>	<b>(25,1)</b>	<b>(18,5)</b>	<b>26,5%</b>
<i>Outras Provisões</i>	(21,0)	(27,8)	32,6%	(35,5)	(51,0)	43,7%
<i>Reversões de Outras Provisões</i>	6,3	26,2	318,2%	10,4	32,5	214,1%

#### Principais variações das Provisões para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD:

- (i) As *Provisões de PECLD* somaram R\$12,0 milhões no trimestre (R\$18 milhões no ano), reflexo do faturamento da Companhia decorrente do reajuste nas tarifas de fornecimento de energia elétrica em agosto 2018;
- (ii) As *Reversões de Provisões de PECLD* totalizaram R\$2,2 milhões no trimestre (R\$3,1 milhões no ano).

#### Principais Variações de Outras Provisões para Perdas (Contingências Jurídicas Trabalhistas, Cíveis, Fiscais, Ambientais e Regulatórias):

- (i) A rubrica *Outras Provisões* totalizou R\$27,8 milhões no trimestre (R\$51,0 milhões no ano), segregando-se em: (i) trabalhistas no valor de R\$4,6 milhões no trimestre e R\$8,9 milhões no ano (ante R\$6,0 milhões no 2T18 e R\$8,5 milhões no 6M18); (ii) cíveis no valor de R\$23,2 milhões no trimestre e R\$42,1 milhões no ano (ante R\$15,0 milhões no 2T18 e R\$26,3 milhões no 6M18); regulatórias apenas no 6M18 no valor de R\$0,7 milhão;
- (ii) As *Reversões de Outras Provisões* somaram R\$26,2 milhões no trimestre (R\$32,5 milhões no ano), segregando-se em: (i) trabalhistas no valor de R\$3,6 milhões no trimestre e R\$6,5 milhões no ano (ante R\$4,1 milhões no 2T18 e R\$5,7 milhões no 6M18); (ii) cíveis no valor de R\$22,6 milhões no trimestre e R\$26,0 milhões no ano (ante R\$1,5 milhão no 2T18 e

R\$3,9 milhões no 6M18); regulatórias e ambientais apenas no ano de 2018 no valor de R\$0,6 milhão e R\$0,1 milhão, respectivamente.

### 2.1.2.6. EBITDA e EBITDA Ajustado (não auditado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação do EBITDA societário (ICVM n° 527/12) e também os ajustes de EBITDA (efeitos não-recorrentes).

#### Celesc Distribuição S.A. | EBITDA IFRS – Não-Recorrentes

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Lucro Líquido</b>	<b>62,2</b>	<b>19,6</b>	<b>-68,5%</b>	<b>119,6</b>	<b>71,9</b>	<b>-39,9%</b>
(+) IR e CSLL	39,4	11,4	-71,0%	79,7	54,5	-31,6%
(+) Resultado Financeiro	15,3	29,7	93,7%	33,4	55,3	65,3%
(+) Depreciação e Amortização	51,7	54,6	5,5%	103,0	108,2	5,1%
<b>EBITDA</b>	<b>168,7</b>	<b>115,3</b>	<b>-31,6%</b>	<b>335,8</b>	<b>289,9</b>	<b>-13,7%</b>
<b>(-) Efeitos Não-Recorrentes</b>	<b>-</b>	<b>10,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10,8</b>	<b>-</b>
Programa de Demissão Incentivada – PDI	-	(22,7)	-	-	(22,7)	-
Baixa Provisão Cível - EFLUL	-	11,9	-	-	11,9	-
<b>(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes</b>	<b>168,7</b>	<b>126,1</b>	<b>-25,3%</b>	<b>335,8</b>	<b>300,6</b>	<b>-10,5%</b>
Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)	9,2%	7,1%	-	9,6%	8,1%	-
Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)	9,2%	7,8%	-	9,6%	8,4%	-

Considerando o montante de R\$10,8 milhões de efeitos não recorrentes no trimestre, o EBITDA Ajustado registrou R\$126,1 milhões no trimestre e R\$300,6 milhões no ano, com Margem EBITDA Ajustada de 7,8% no trimestre e 8,4% no ano. A redução no EBITDA Ajustado de 25,3% no trimestre (10,5% no ano) decorreu, fundamentalmente: (i) pela redução da ROL em R\$190,1 milhões no segundo trimestre de 2019 em decorrência do efeito negativo do Ativo Regulatório (Passivo Regulatório) e crescimento no acumulado no ano de R\$160 milhões; (ii) pelo crescimento de custos com energia de 2,4% no acumulado de 2019 (+R\$66,9 milhões), por outro lado houve redução de 15,7% no segundo trimestre de 2019 (-R\$231,3 milhões); e (iii) pelo aumento de despesas operacionais gerenciáveis em R\$69,8 milhões (41,0%) no trimestre e R\$91,3 milhões (25,9%) no ano.

O EBITDA Regulatório (Valor da Parcela B menos o valor do Custo Operacional Regulatório – PMSO) da Celesc Distribuição registrou R\$336 milhões no primeiro semestre de 2019. A diferença de R\$35 milhões entre EBITDA Celesc e o Regulatório pode ser explicada por R\$48 milhões de perdas na distribuição acima do regulatório e R\$2 milhões de variação positiva na Parcela B.

### 2.1.2.7. Resultado Financeiro

#### Celesc Distribuição S.A. | Demonstrativo do Resultado Financeiro

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018*	2019	Δ	2018*	2019	Δ
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>40,4</b>	<b>54,1</b>	<b>33,7%</b>	<b>78,0</b>	<b>128,2</b>	<b>64,3%</b>
Renda de Aplicações Financeiras	2,9	8,1	180,2%	6,8	11,4	67,1%
Variações Monetárias	6,4	10,7	67,3%	10,1	49,9	391,7%
Juros e Acréscimos Moratórios sobre Faturas	22,2	31,4	41,5%	44,8	58,0	29,4%
Ativo Regulatório/ Taxas Regulamentares	9,1	5,4	-40,3%	17,0	11,9	-30,1%
Outras Receitas Financeiras	(0,1)	(1,5)	1145,5%	(0,7)	(2,9)	302,6%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(55,8)</b>	<b>(83,8)</b>	<b>50,2%</b>	<b>(111,5)</b>	<b>(183,4)</b>	<b>64,6%</b>
Encargos de Dívidas	(20,7)	(48,8)	136,1%	(40,2)	(93,9)	133,4%
Variações Monetárias	(0,4)	(6,5)	1762,7%	(0,6)	(28,2)	4957,7%
Atualização P&D e Eficiência Energética	(3,9)	(4,3)	9,1%	(7,7)	(8,3)	7,2%
Passivo Regulatório/ Taxas Regulamentares	(23,1)	(16,7)	-28,0%	(46,5)	(35,7)	-23,1%
Juros sobre Debêntures	(2,8)	(5,9)	110,5%	(6,7)	(12,8)	92,4%
Outras Despesas Financeiras	(4,9)	(1,7)	-66,5%	(9,8)	(4,5)	-54,5%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(15,3)</b>	<b>(29,7)</b>	<b>93,7%</b>	<b>(33,4)</b>	<b>(55,3)</b>	<b>65,3%</b>

\*Reclassificação contábil de receitas e despesas financeiras das variações cambiais decorrentes da compra de energia oriunda de Itaipu para a rubrica custo de compra de energia, conforme detalhado nas NEs 4.2 e 4.3 do ITR 2T19.

\*\*Atualização VNR foi reclassificada como item de Receita Bruta a partir do 4T16.

As *Receitas Financeiras* somaram R\$54,1 milhões no trimestre (R\$128,2 milhões no ano), aumento de 33,7% no trimestre em relação ao 2T18 e 64,3% no ano em relação ao 6M18, destacando-se:

- (i) Acréscimo de 180,2% no trimestre (67,1% no ano) de *Renda de Aplicações Financeiras*, totalizando R\$8,1 milhões no trimestre (R\$11,4 milhões no ano);
- (ii) Aumento de 67,3% no trimestre (391,7% no ano) na rubrica *Variações Monetárias*, que somou R\$10,7 milhões no trimestre (R\$49,9 milhões no ano), dos quais R\$4,5 milhões (R\$24,1 milhões no ano) são referentes ao ganho financeiro com a operação de financiamento em moeda estrangeira com o BID;
- (iii) Ampliação de 41,5% no 2T19 (29,4% no 6M19) de *Juros e Acréscimos sobre Faturas*, em decorrência da redução do faturamento e da inadimplência de curtíssimo prazo, registrando R\$31,4 milhões no 2T19 (R\$58,0 milhões no 6M19), incluindo tanto o acréscimo moratório sobre a fatura no valor de R\$22,2 milhões no trimestre e R\$39,4 milhões no ano, quanto outros encargos sobre a fatura (multa e juros *in mora*) no montante de R\$9,2 milhões no trimestre e R\$18,6 milhões no ano; e
- (iv) Redução de 40,3% no trimestre (30,1% no ano) de *Ativo Regulatório e Taxas Regulamentares*, assinalando R\$5,4 milhões trimestral (R\$11,9 milhões no ano), aos quais advêm da aplicação da SELIC sobre os ativos financeiros setoriais (ativo regulatório).

As *Despesas Financeiras* foram de R\$83,8 milhões no trimestre (R\$183,4 milhões no ano), expansão de 50,2% (+R\$28,0 milhões) no trimestre e 64,6% (+R\$71,9 milhões) no ano em relação ao período comparativo do 2T18 e 6M18, respectivamente. Essas variações são justificadas, principalmente, pelos fatores:

- (i) *Encargos de Dívidas* totalizou R\$48,8 milhões (R\$93,9 milhões no 6M19) em decorrência de: (a) juros pagos sobre o estoque de dívida e de seu principal indexador (taxa CDI), totalizando R\$37,0 milhões (R\$72,3 milhões no ano), e (b) reserva matemática, tendo impacto de R\$11,8 milhões no trimestre (R\$21,6 milhões no ano);
- (ii) *Juros sobre Debêntures* somou R\$5,9 milhões no trimestre (R\$12,8 milhões no ano);
- (iii) *Passivo Regulatório/Taxas Regulamentares* (SELIC) totalizou R\$16,7 milhões no trimestre (R\$35,7 milhões no ano), destacando: (a) R\$11,7 milhões no trimestre (R\$24,0 milhões no ano) referente à atualização monetária do passivo regulatório; e (b) R\$5,0 milhões no trimestre (R\$11,7 milhões no ano) referente à atualização da CDE; e
- (iv) A rubrica *Variações Monetárias* assinalou R\$6,5 milhões no trimestre (R\$28,2 milhões no ano), dos quais R\$5,9 milhões no trimestre (R\$25,7 milhões no ano) decorrem da operação de financiamento em moeda estrangeira com o BID.

### 2.1.2.8. Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

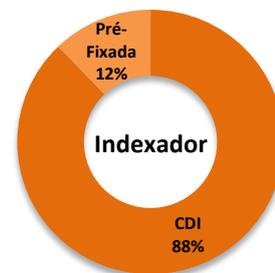
#### Celesc Distribuição S.A. | Lucro Líquido IFRS – Não-Recorrentes

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	6M18	6M19	Δ
<b>Lucro Líquido IFRS</b>	<b>62,2</b>	<b>19,6</b>	<b>-68,5%</b>	<b>119,6</b>	<b>71,9</b>	<b>-39,9%</b>
<b>(-) Efeitos Não-Recorrentes</b>	-	<b>(7,1)</b>		-	<b>(7,1)</b>	
Programa de Demissão Incentivada – PDI	-	(15,0)		-	(15,0)	
Baixa de Provisão Cível	-	7,9		-	7,9	
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes</b>	<b>62,2</b>	<b>26,7</b>	<b>-57,1%</b>	<b>119,6</b>	<b>79,0</b>	<b>-34,0%</b>
<i>Margem Líquida IFRS, exclui Receita de Construção (%)</i>	3,4%	1,2%		3,4%	2,0%	
<i>Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	3,4%	1,7%		3,4%	2,2%	

Considerando os efeitos não recorrentes no montante de R\$7,1 milhões, tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, já justificados na variação do EBITDA, assinala-se retração do Lucro Líquido Ajustado da Celesc Distribuição de 57,1% no trimestre e 34,0% no ano, fechando o primeiro semestre de 2019 no valor de R\$79,0 milhões.

**2.1.2.9. Endividamento**
**Celesc Distribuição S.A. | Posição Empréstimos e Financiamentos**

R\$ Milhões	Tx. Anual de Juros	em 31 de dezembro de 2018	em 30 de junho de 2019	
<b>Moeda Nacional</b>				
Empréstimos Bancários	CDI + 0,80% a.a.	-	336,6	
Empréstimos Bancários	7,40% a 7,67% a.a.	301,1	150,2	-50,1%
Empréstimos Bancários	CDI + 1,25% a 1,30% a.a.	301,7	301,8	0,0%
EletoBrás	5,00% + 2,00% a.a. Tx Adm	14,9	7,9	-47,0%
Debêntures	CDI + 1,30% a.a.	100,8	0,0	-100,0%
Debêntures	CDI + 1,90% a.a.	251,7	251,7	0,0%
Finame	2,50% a 9,50% a.a.	27,7	23,6	-14,8%
Mútuo Celesc D/G	CDI + 2,50% a.a.	92,4	96,4	4,3%
<b>Moeda Estrangeira</b>				
BID	CDI + 0,89% a.a.	273,5	322,9	18,1%
<b>Total</b>		<b>1.363,8</b>	<b>1.491,1</b>	<b>9,3%</b>
<i>Curto Prazo - Circulante</i>		<i>517,9</i>	<i>364,6</i>	
<i>Longo Prazo - Um a cinco anos</i>		<i>586,3</i>	<i>832,5</i>	
<i>Longo Prazo - Acima de cinco anos</i>		<i>259,6</i>	<i>294,0</i>	



O custo médio da dívida financeira total da Celesc é de 7,93% a.a., sendo 8,05% a.a. o custo médio da dívida atrelada ao CDI e 7,04% a.a. à dívida pré-fixada, estando em linha com as taxas cobradas no mercado. O prazo médio da dívida financeira total é de 8,7 anos, correspondendo 9,6 anos à parte da dívida indexada ao CDI e 2,6 anos à dívida pré-fixada. A Companhia vem estruturando o alongamento dos prazos médios da dívida financeira, objetivando novas captações de médio/longo prazo.

Em função das dificuldades enfrentadas pelo Setor Elétrico, a Companhia, como outras empresas do setor, vem recorrendo ao Mercado Financeiro via captação de recursos para atender a necessidade de capital de giro decorrente dos custos com compra de energia elétrica. Dessa forma, a dívida financeira bruta da Celesc Distribuição registrou R\$1.491,1 milhões, acréscimo de 9,3% em relação ao fechamento de 2018.

**2.1.2.9.1. Empréstimos Bancários**

A Celesc Distribuição contratou em abril de 2018 a operação de crédito junto ao Banco Safra, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, no valor de R\$150,0 milhões, com prazo de vencimento em 12 meses. Conforme [Comunicado ao Mercado - Renovação da Operação de Crédito com o Banco Safra](#), divulgado dia 23 de abril de 2019, a Celesc Distribuição realizou a renovação da operação de crédito por um prazo de mais 12 meses, nas mesmas condições estabelecidas: amortização no último mês (*bullet*), taxa de juros pré-fixada de 7,40% a.a. em pagamentos mensais, com garantia real e com prestação de garantia fidejussória (aval da Celesc Holding).

Em outubro de 2018, a Companhia contratou junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$100,0 milhões, um capital de giro (Cédula de Crédito Bancário – CCB), com prazo de vencimento de 24 meses, com carência de amortização de 12 meses. Posteriormente ao período de carência, o pagamento das amortizações se dará trimestralmente. Os pagamentos de juros são trimestrais, sem carência. A taxa de juros é pós-fixada e atrelada ao CDI (CDI + 1,25% a.a.).

Em novembro de 2018, a Celesc Distribuição contratou junto ao Banco Safra, no valor de R\$200,0 milhões, um capital de giro (Cédula de Crédito Bancário – CCB), por meio de Linha de Crédito Agroindustrial, com prazo de vencimento de 36 meses, com carência de amortização de 18 meses. Posteriormente ao período de carência, o pagamento das amortizações se dará mensalmente. Os pagamentos dos juros são mensais, sem carência. A taxa de juros é pós-fixada e atrelada ao CDI (CDI + 1,30% a.a.).

Ressalta-se que as operações supracitadas, de outubro e novembro de 2018, fazem parte de um mesmo processo de captação de recursos, sendo complementares ao montante total solicitado à época, no valor total de R\$300,0 milhões.

Em abril de 2019, a Celesc Distribuição contratou junto ao Banco Safra, no valor de R\$335,0 milhões, um capital de giro (Cédula de Crédito Bancário – CCB), por meio de Linha de Crédito Agroindustrial, com prazo de vencimento de 36 meses, com carência de amortização de 18 meses. Posteriormente ao período de carência, o pagamento das amortizações se dará mensalmente. Os pagamentos dos juros são mensais, sem carência. A taxa de juros é pós-fixada e atrelada ao CDI (CDI + 0,80% a.a.), com garantia real e com prestação de garantia fidejussória (aval da Celesc Holding).

### 2.1.2.9.2. Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, com amortização em 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, com taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

### 2.1.2.9.3. Debêntures

Em maio de 2013, a subsidiária Celesc Distribuição emitiu pela primeira vez 30.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória exercida pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, captando recursos para serem utilizados para reforço de capital de giro e realização de investimentos pela Companhia. As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários "DI", acrescidos de uma sobretaxa (*spread*) de 1,30% ao ano, tendo vencimento no prazo de 72 meses, contados da data da emissão. A Remuneração é paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão (15 de maio de 2013). A amortização é realizada em 3 parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês, contado da data de emissão. As Debêntures têm como compromisso contratual (*covenant*) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 e limite de distribuição de dividendos de no máximo 30%. A Companhia liquidou o saldo restante em maio de 2019.

### 2.1.2.9.4. Debêntures – 3ª Emissão Celesc Distribuição

A Celesc Distribuição, conforme [Comunicado ao Mercado - 3ª Emissão de Debêntures Simples pela Celesc Distribuição S.A.](#), emitiu no dia 13 de julho de 2018 a 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de instituição intermediária líder e do Banco BOCOM BBM S.A. A referida emissão tem como objeto a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme. O valor total de emissão é de R\$250 milhões, em série única e foram emitidas 250 mil Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc Distribuição e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures têm prazo de 5 anos, contados da data de emissão, com vencimento no dia 13 de julho de 2023. A remuneração de juros remuneratórios corresponde a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 1,9% a.a., calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 18º mês, contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, sendo o primeiro pagamento devido em 13 de janeiro de 2020 e o último, na data de vencimento, em 13 de julho de 2023, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, resgate antecipado em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, ou vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Os recursos oriundos desta captação ingressaram no caixa da Celesc Distribuição em 10 de agosto de 2018 e serão destinados ao reforço de caixa para gestão ordinária de seus negócios. O saldo devedor em 30 de junho 2019 é de R\$254,3 milhões.

### 2.1.2.9.4. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc Distribuição assinou o contrato de empréstimo (nº 4404/OC-BR (BR-L 1491)) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, referente à operação de crédito externo para financiamento parcial do Programa de

Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Companhia. Em 31 de outubro de 2018, foi realizada a assinatura do contrato, conforme divulgado em Fato Relevante [Captação de Recursos junto ao BID - Celesc Distribuição S.A.](#)

O valor total da operação foi de US\$276,05 milhões, com prazo total de 300 meses, com período de carência de amortização de 66 meses. A taxa de juros contratada está atrelada à *Libor* trimestral e sofrerá adição do *Funding Margin* e do *Lending Spread*, ambos do BID.

A Celesc Distribuição realizou, em maio de 2019, a conversão do saldo devedor da tranche já recebida, no valor de US\$80,1 milhões, alterando a taxa de juros para CDI + 0,89% a.a.. A partir dessa data, para essa parcela do empréstimo, não há a incidência de variação cambial. O saldo devedor em 30 de junho de 2019 é de R\$322,9 milhões.

Ressalta-se que o valor total da operação será desembolsado em tranches periódicas, conforme o avanço físico-financeiro do projeto. O referido empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, e destina-se ao financiamento parcial do Programa Investimentos em Infraestrutura Energética (Programa Celesc+Energia), destinado ampliar e qualificar a distribuição de energia elétrica na área de concessão da Celesc Distribuição.

#### 2.1.2.9.5. Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a compra de máquinas e equipamentos, com taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

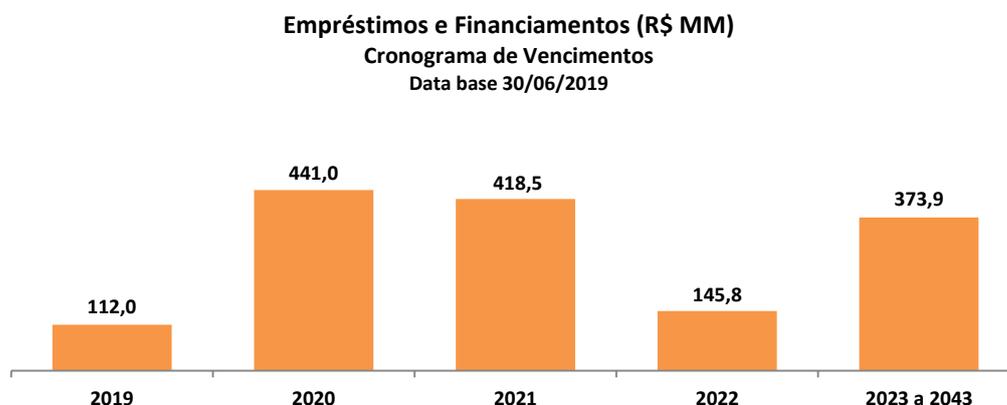
#### 2.1.2.9.6. Mútuo Celesc Distribuição S.A. com Celesc Geração S.A.

Em 16 de agosto de 2016, a Celesc Geração (Mutuante) e a Celesc Distribuição (Mutuária) firmaram contrato de mútuo, com anuência da ANEEL, pelo prazo de 24 meses e taxa de juros de 125% do CDI. Os pagamentos de juros e amortização do principal foram feitos no fim da operação, em agosto de 2018.

Em 10 de setembro de 2018, as empresas firmaram novo contrato de mútuo no montante de R\$90 milhões, com prazo de vigência de 12 meses. A taxa de juros contratual é de 100% do CDI acrescido de *spread* de 2,5% a.a. O saldo devedor em 30 de junho de 2019 é de R\$96,4 milhões (principal + juros).

#### 2.1.2.9.7. Cronograma Empréstimos e Financiamentos

O cronograma estimado de vencimento dos empréstimos e financiamentos está disposto no gráfico a seguir:



A Companhia registrou em 30 de junho de 2019 dívida financeira representando 1,7x o EBITDA dos últimos 12 meses (1,6x o EBITDA Ajustado) e 0,8x seu Patrimônio Líquido conforme a seguir:

**Celesc Distribuição S.A. | Endividamento**

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2018	em 30 de junho de 2019	Δ
Dívida de Curto Prazo	517,9	364,7	-29,6%
Dívida Longo Prazo	845,7	1.126,5	33,2%
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>1.363,6</b>	<b>1.491,2</b>	<b>9,4%</b>
( - ) Caixa e Equivalentes de Caixa	631,3	688,2	9,0%
<b>Dívida Financeira Líquida</b>	<b>732,4</b>	<b>803,0</b>	<b>-9,6%</b>
Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M	1,4x	1,7x	
Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M	1,3x	1,6x	
Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido	1,4x	1,4x	
Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido	0,7x	0,8x	

Importante destacar que, conforme [Comunicado ao Mercado - Parcelamento CDE](#), de 25 de julho de 2017, a Celesc Distribuição parcelou o saldo no montante de R\$1.166 milhões referente ao encargo CDE junto a CCEE em 30 parcelas, a partir de julho de 2017 (até dezembro de 2019). O saldo devedor em 30 de junho de 2019 é de R\$266,1 milhões (Nota Explicativa nº 26 do ITR 2T19).

Considerando as *obrigações com pensão*, que somam R\$985,1 milhões em 30 de junho de 2019, e *outros benefícios a empregados* (plano de saúde, PDVs, outros), no valor de R\$975,0 milhões, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia soma R\$2.199,2 milhões, o que representa 4,7x o Ebitda e 2,1x o Patrimônio Líquido da Empresa ao fim do segundo trimestre de 2019, conforme quadro abaixo:

**Celesc Distribuição S.A. | Endividamento + Passivo Atuarial**

R\$ Milhões	em 31 de Dezembro de 2018	em 30 de Junho de 2019	Δ
Dívida de Curto Prazo	517,9	364,7	
Dívida Longo Prazo	845,7	1.126,5	
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>1.363,6</b>	<b>1.491,2</b>	<b>9,4%</b>
<b>(+) Passivo Atuarial Líquido</b>	<b>1.431,4</b>	<b>1.396,2</b>	<b>-2,5%</b>
Obrigações com Pensão	1.024,3	985,1	-3,8%
Outros benefícios a empregados	980,6	975,0	-0,6%
( - ) IR/CSLL diferidos <sup>1</sup>	573,4	563,9	-1,6%
<b>( - ) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>631,3</b>	<b>688,2</b>	<b>9,0%</b>
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>2.163,8</b>	<b>2.199,2</b>	<b>1,6%</b>
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M	4,2x	4,7x	
Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M	3,9x	4,3x	
Dívida Total Ajust./ Patrimônio Líquido	2,8x	2,7x	
Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido	2,2x	2,1x	

<sup>1</sup> ITR 2T19, Nota Explicativa 20.a.

**2.1.2.9.8. Ratings da Celesc Distribuição e da Controladora**

A Moody's América Latina Ltda. (Moody's) atribuiu *ratings* de emissor Ba2 em escala global e Aa3.br em escala nacional à Celesc Distribuição S.A.. A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que as métricas de crédito da Celesc permanecerão adequadamente posicionadas para a categoria, impulsionado pelo crescimento da geração de caixa operacional junto à recuperação econômica no estado de Santa Catarina e as melhorias contínuas na redução de custos da Companhia, apesar da potencial volatilidade de curto prazo no capital de giro.

**2.1.2.10. Investimentos | CAPEX**

Os investimentos realizados pela Celesc Distribuição no segundo trimestre de 2019 somaram R\$136,2 milhões (sendo R\$102,0 milhões em materiais/serviços, R\$19,7 milhões em mão de obra própria e R\$14,5 milhões de participação financeira do consumidor). No ano os investimentos totalizam R\$258,1 milhões (sendo R\$181,8 milhões em materiais/serviços, R\$32,2 milhões em mão de obra própria e R\$44,1 milhões de participação financeira do consumidor). A tabela abaixo apresenta o investimento da distribuidora, indicando o que compõe a Base de Remuneração Regulatória - BRR (no inglês, RAB – Regulatory Assets Base):

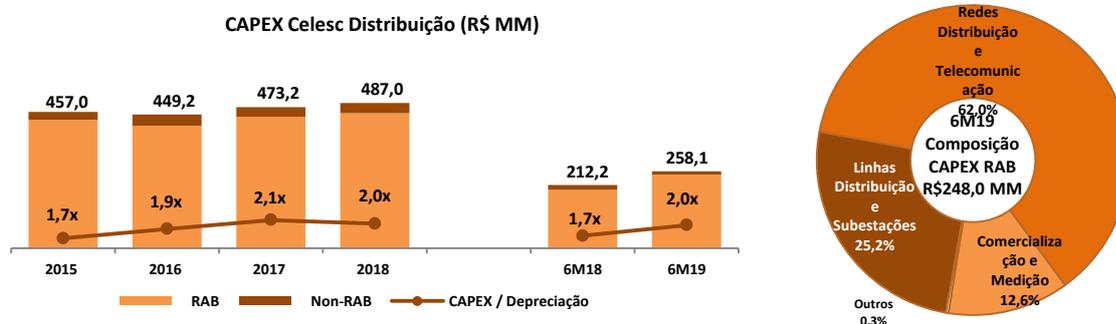
Celesc Distribuição S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
Investimentos Distribuição	111,7	136,2	22,0%	212,2	258,1	21,6%
RAB *	102,3	132,5	29,6%	196,7	248,0	26,1%
Non - RAB	9,4	3,7	-60,7%	15,5	10,1	-35,0%
Depreciação / Amortização	(51,7)	(54,6)	5,5%	(103,0)	(108,2)	5,1%
Relação CAPEX x Depreciação**	1,8x	2,2x		1,7x	2,0x	

\* RAB: Regulatory Assets Base

\*\* Exclui Participação Financeira do Consumidor

Os gráficos a seguir ilustram o CAPEX realizado pela empresa nos últimos anos (e sua relação com a depreciação), bem como a composição do CAPEX em ativos elétricos realizados no 6M19, os quais irão compor a Base de Remuneração Regulatória – BRR:



Os investimentos na rede de distribuição buscam atender a melhora contínua dos indicadores de qualidade (DEC e FEC) firmados no contrato de renovação da concessão. A demanda de CAPEX RAB no ciclo tarifário em vigor deverá seguir entre 1,6x e 1,9x da depreciação, em linha com a média do setor.

A Celesc Distribuição realizou no primeiro semestre de 2019 investimentos obrigatórios de R\$7,4 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)<sup>9</sup> e R\$9,7 milhões em Eficiência Energética<sup>10</sup>.

Para ano de 2019, conforme [Comunicado ao Mercado Orçamento de Investimento 2019](#), o orçamento aprovado para materiais e serviços, incluindo a participação financeira do consumidor, é de R\$531,7 milhões, sendo R\$404,7 milhões para Sistemas de Distribuição, R\$45,6 milhões para Instalações Gerais e TI e R\$81,4 milhões de Apropriação de Mão-de-Obra.

### 2.1.3. Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição S.A.

#### 2.1.3.1. Exposição contratual 2014 – Despachos ANEEL nº 2.642/15 e nº 2.078/16

Em 2015 a ANEEL apurou as exposições contratuais das distribuidoras referentes ao ano de 2014, divulgando os montantes de exposição involuntária por meio do Despacho nº 2.642/2015. Para a Companhia, foi apurado o montante de 117,2 MW de exposição contratual, dos quais 64,36 MW reconhecidos como involuntários. Em face de tal despacho, foi apresentado recurso à ANEEL pautado em três pontos: (i) 2 MW decorrentes de consumidores que a ANEEL entendeu terem retornado ao mercado cativo por ato voluntário da Celesc Distribuição, o que não ocorreu, pois retornaram por ordem judicial ou foram apenas desligados; (ii) 15,818 MW relativos a erro material no preenchimento de formulário de declaração no leilão A-1 de 2013, posto que referido montante de energia havia sido declarado em campo diverso do formulário, além de já terem sido declarado em outros dois leilões (A-0 de 2013 e A-0 de 2014), os quais foram frustrados; e (iii) 35,02 MW decorrentes de variação extraordinária de mercado relacionada à intensa onda de calor que atingiu o estado no 1º Trimestre de 2014 e se traduziu num crescimento anual do mercado da ordem de 6,7%, comparado a um

<sup>9</sup> O programa de P&D da ANEEL atualmente é regido pela Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, sendo regulamentado pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas.

<sup>10</sup> O Programa de Eficiência Energética regulada pela ANEEL – PEE foi criado pela Lei nº 9.991 de 2000.

histórico de aproximadamente 2,5%. Diante da inoperância de mecanismos de ajuste contratual em 2013 e 2014, o referido crescimento extraordinário não pôde ser ajustado, tendo gerado uma exposição contratual de aproximadamente 1,5% do mercado.

Pelo Despacho nº 2.078/2016, a Companhia teve reconhecido parcial provimento no mérito, de modo a: a) considerar mais 2 MW médios como exposição involuntária relativa à cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais; e b) considerar mais 15,818 MW médios como exposição involuntária, em razão do reconhecimento de erro material no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013. Diante do despacho, a exposição considerada pelo Órgão Regulador como voluntária passou de 52,84 MW médios para 35,02 MW médios. Sendo assim, a Companhia reconheceu, no resultado do 2º trimestre de 2016, o valor de R\$256 milhões referente a exposição voluntária em 2014, com a contabilização do montante de R\$225 milhões na conta de Ativos/Passivos Financeiros da Receita Operacional Bruta, cujo efeito é negativo, e R\$31 milhões como despesa financeira (atualização da sobrecontratação).

A Celesc Distribuição ingressou com Ação Judicial em 2016 objetivando questionar o Despacho nº 2078/2016, a fim de obter o reconhecimento integral das exposições contratuais como involuntárias, ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário de R\$256 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto daquele ano.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária. Ademais, a companhia permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária, e assim eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

No decorrer de 2017, a juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc Distribuição, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida, constituindo uma condição de estabilização ao processo.

Mais recentemente, houve publicação de sentença de mérito, e o processo se encontra atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

### **2.1.3.2. Exposição contratual 2014 – Penalidades CCEE**

Em 14 de outubro de 2016, a CCEE emitiu o Termo de Notificação nº 1.438/2015, dada a não apresentação pela Companhia de garantia física ou cobertura contratual para atender a cem por cento de seu mercado, tendo como referência a contabilização realizada em janeiro de 2015, referente ao ano de 2014, indicando a penalidade técnica aplicável no valor de R\$77 milhões.

Em face desse termo de notificação, a empresa apresentou contestação, requerendo: (i) a sustação da aplicação da penalidade apurada até as decisões finais de mérito das ações judiciais em que a Celesc Distribuição discute com a ANEEL as exposições contratuais de 2014; e (ii) a revisão da penalidade após o estabelecimento em caráter definitivo dos montantes de exposição contratual involuntária, assim como os montantes de energia a serem considerados para a rodada do MCSD *ex-post* de 2014, caso seja mantida alguma falta de lastro contratual para o ano de 2014.

Em 22 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da CCEE – CAD decidiu, em sua 903ª reunião, indeferir os argumentos de defesa apresentados na contestação do TN nº 1438/2015.

Em 4 de janeiro de 2017, a Celesc Distribuição apresentou impugnação a tal decisão e, em 10 de janeiro de 2017, na sua 905ª reunião, o CAD enfrentou as alegações apresentadas pela Companhia e decidiu, na deliberação nº 0036, pelo encaminhamento à ANEEL do pedido de impugnação apresentado.

Face aos fatos apresentados, a ANEEL, através do Despacho nº 180/2017, decidiu não conceder efeito suspensivo ao edido de impugnação interposto pela Celesc Distribuição em face da decisão emitida pela CCEE em sua 903ª Reunião, tendo indeferido os argumentos de defesa apresentados na contestação ao Termo de Notificação nº 1.438/2015.

Na 7ª reunião pública da diretoria da ANEEL, realizada em 07 de março de 2017, considerando o exposto e o que consta no Processo nº 48500.000391/2017-12, votou-se por conhecer do pedido de impugnação, com efeito suspensivo, interposto pela Celesc

Distribuição, em face de decisão emitida pela CCEE na 903ª Reunião, referente ao Termo de Notificação nº 1.438, de 2015, e, no mérito, negar-lhe provimento. Porém, houve pedido de vistas do relator, postergando a decisão.

Após o pedido de vistas, o pedido de impugnação foi novamente apreciado pela Diretoria da ANEEL na 19ª Reunião Pública Ordinária. Foi negado provimento, conforme consta no Despacho nº 1.489/2017.

Em seguida, a Companhia ingressou com ação judicial (autos nº 1005589-77.2017.4.01.3400) contra a CCEE e a ANEEL, pleiteando a concessão de medida liminar para suspender a exigibilidade da penalidade imputada à Celesc Distribuição até que o processo judicial que discute a exposição contratual de 2014 tenha seus desdobramentos; assim como o processo judicial que a UHE Jirau move em face da ANEEL também alcance sua apreciação definitiva de mérito, sendo esses os dois fatores que impactam diretamente na manutenção da penalidade aplicada.

Após apreciação do pedido formulado, a juíza titular do processo proferiu decisão “suspendendo a cobrança, pelas Requeridas, da importância retro mencionada, como de qualquer outra importância (de caráter punitivo ou não), por força de exposição (reputada voluntária) da parte requerente em 2014”. Desse modo, encontra-se suspensa a cobrança da penalidade aplicada pela CCEE.

### 2.1.3.3. Bandeiras tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT. Estabeleceu-se que as bandeiras deveriam ser acionadas sempre que as variações dos custos da geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo afetassem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. O mecanismo também serve para o consumidor estar atento ao consumo durante períodos de estiagem, quando a geração se torna mais cara.

Para o ano de 2017, por meio da Audiência Pública nº 091/2016, foram definidas pela ANEEL novas faixas de acionamento e os respectivos adicionais, considerando a atualização dos dados e a distribuição dos custos entre os patamares.

No dia 24 de outubro de 2017, durante Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi aprovada a abertura de audiência pública nº 61/2017, para discutir a revisão da metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. Excepcionalmente para o mês de novembro, já vigorou o valor adicional proposto para a audiência, de R\$50,00/MWh, considerando a bandeira vermelha patamar 2. Conforme a proposta, o valor do adicional da bandeira amarela caiu de R\$20,00 para R\$10,00/MWh e o adicional de R\$30,00/MWh foi especificado como bandeira vermelha patamar 1.

Após o período de contribuições recebidas na primeira fase da Audiência Pública nº 61/2017, ocorrido de 26 de outubro a 27 de dezembro de 2017, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.392/2018, de 24 de abril de 2018, ratificou as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias. As definições, metodologias e procedimentos de aplicação são tratados no submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de maio de 2018. Havia sido propostos na abertura daquela audiência em 24 de outubro de 2017, durante Reunião Pública da Diretoria da ANEEL.

Adicionalmente, em outra etapa da mesma Reunião Pública Ordinária da Diretoria, de 24 de abril de 2018, quando as faixas e os adicionais propostos foram ratificados, estabeleceu-se uma nova fase para a mesma audiência pública. O período para envio de contribuições foi de 25 de abril de 2018 a 11 de junho de 2018, por intercâmbio documental, com a finalidade de obter subsídios para tratar, exclusivamente, da metodologia de repasse da Conta Bandeiras.

Neste ano, a ANEEL promoveu a Audiência Pública nº 08/2019, realizada no período de 27 de fevereiro de a 1º de abril. Após o período de envio de contribuições e a consequente avaliação por parte do órgão regulador, foi estabelecido pela Resolução Homologatória nº 2.551 que, a partir de 1º de junho de 2019, os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de R\$15,00/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, R\$40,00/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de R\$60,00/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.

Foi desenvolvida uma modelagem estatística que harmonizou o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e o risco hidrológico (GSF) ligados à geração de energia para estabelecer os gatilhos de acionamento das bandeiras tarifárias. O resultado é exibido na tabela a seguir:

Patamar da Bandeira	PLD de referência (R\$/MWh)
Verde	149,00
Amarelo	303,00
Vermelho 1	343,00
Vermelho 2	366,00

Segue quadro resumo com histórico das bandeiras tarifárias praticadas na área de concessão da Celesc Distribuição:

Histórico Bandeiras Tarifárias	
Mês	Bandeira
jan/17	Verde
fev/17	Verde
mar/17	Amarela
abr/17	Vermelha-Patamar 1
maio/17	Vermelha-Patamar 1
jun/17	Verde
jul/17	Amarela
ago/17	Vermelha-Patamar 1
set/17	Amarela
out/17	Vermelha-Patamar 2
nov/17	Vermelha-Patamar 2
dez/17	Vermelha-Patamar 1
jan/18	Verde
fev/18	Verde
mar/18	Verde
abr/18	Verde
maio/18	Amarela
jun/18	Vermelha-Patamar 2
jul/18	Vermelha-Patamar 2
ago/18	Vermelha-Patamar 2
set/18	Vermelha-Patamar 2
out/18	Vermelha-Patamar 2
nov/18	Amarela
dez/18	Verde
jan/19	Verde
fev/19	Verde
mar/19	Verde
abr/19	Verde
maio/19	Amarela
jun/19	Verde

Para a contabilização na Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A – CVA, no tocante ao valor arrecadado para as Bandeiras Tarifárias a partir de janeiro de 2018, observa-se a metodologia definida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF por meio do Despacho nº 4.356/2017.

#### 2.1.3.4. Prorrogação da Concessão – Medida Provisória – MP nº 579/12, Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 8.461/15

No ano de 2016 iniciou-se o acompanhamento das condicionantes para a manutenção da concessão, conforme estabelecido no Termo Aditivo assinado.

O novo aditivo, que prorroga prazo de concessão por 30 anos, impôs à distribuidora condicionantes de eficiência relacionados à qualidade do serviço e à sustentabilidade da gestão econômico-financeira. Durante os primeiros cinco anos do novo contrato, o descumprimento das condições por dois anos consecutivos, ou de quaisquer dos limites ao final do período dos primeiros cinco anos, acarretará a extinção da concessão. A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, implicará na abertura do processo de caducidade. Adicionalmente, ao longo de todo o período contratual, o descumprimento das metas globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos, ou três vezes em cinco anos, ocasionará a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio ao mínimo legal ([Resolução Normativa nº 747 de 2016](#)), e o descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira provocará a necessidade de aporte de capital dos acionistas controladores.

Em relação ao desempenho da Companhia, a Celesc Distribuição cumpriu a exigência de LAJIDA ajustado maior ou igual a zero para o ano de 2017. A divulgação mais atualizada feita pela 3ª Edição do Relatório de Sustentabilidade das Distribuidoras apurada pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira da ANEEL no período de outubro de 2017 a setembro de 2018, o LAJIDA ajustado acumulado apurado até o terceiro trimestre de 2018 é de R\$587 milhões.

Abaixo são exibidas as metas a serem seguidas pela Celesc Distribuição nos primeiros 5 anos da prorrogação:

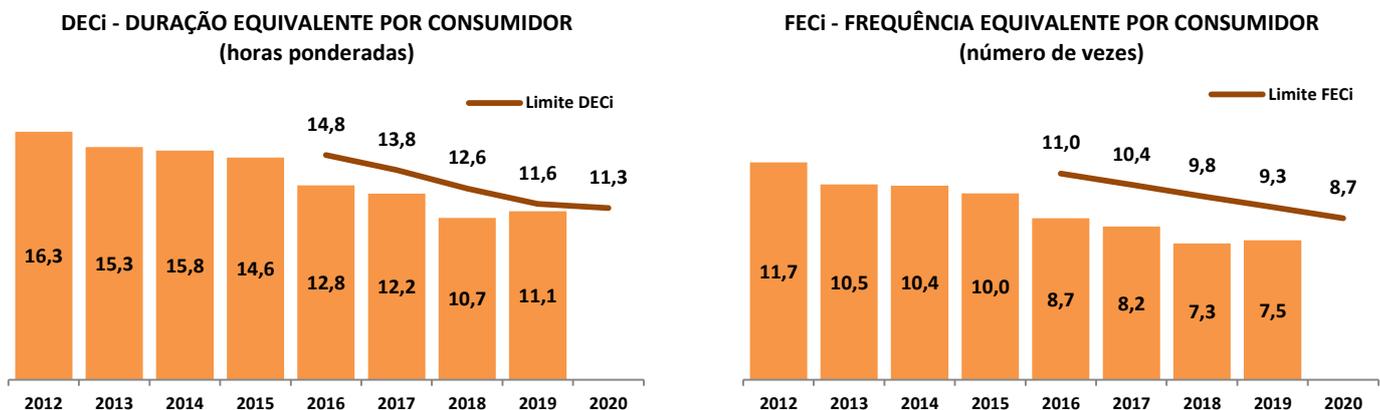
ANO	GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DEC <sub>i</sub>	FEC <sub>i</sub>	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA ≥ 0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA(-)QRR} ≥ 0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DÍVIDA LÍQUIDA/[LAJIDA(-)QRR]} ≤ 1/0,8*SELIC	11,56	9,25	
2020	{DÍVIDA LÍQUIDA/[LAJIDA(-)QRR]} < 1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

<sup>1</sup> DEC<sub>i</sub> – Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FEC<sub>i</sub> – Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

<sup>2</sup> QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescido do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 (doze) meses a aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

<sup>3</sup> Selic: limitada a 12,87% a. a.

O gráfico abaixo apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o final do segundo trimestre de 2019 (acumulados nos últimos 12 meses):



Para o ano de 2017, como informado no Desempenho Operacional, embora a Companhia tenha cumprido as metas de DEC<sub>i</sub> e FEC<sub>i</sub> do Contrato de Concessão, não foram atendidas as metas globais (metas do ciclo) do DEC nos anos de 2016 e 2017, de modo que está limitada a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio ao mínimo legal, 25%, permanecendo até que os parâmetros regulatórios sejam atingidos.

Os indicadores de continuidade para o ano civil de 2018 situaram-se dentro dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL e estão sob análise para a efetiva ratificação e divulgação pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição na ANEEL.

### 2.1.3.5. Plano de Resultados

A Celesc Distribuição foi convocada pela ANEEL a participar da segunda tranche das distribuidoras a apresentarem um Plano de Resultados, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços sob os aspectos técnico e comercial, além dos aspectos de segurança dos empregados e da população, assim como o monitoramento do indicador de sustentabilidade econômico-financeira, e consequentemente garantir o alcance dos indicadores estabelecidos no Contrato de Concessão.

O Plano de Resultados está associado ao novo modelo de fiscalização estratégica adotado pela ANEEL, tendo como objetivos primordiais a educação e orientação dos agentes do setor de energia elétrica e a prevenção de condutas violadoras da legislação e

dos contratos de concessão. Durante esse processo, a Celesc Distribuição passou inicialmente por uma fase de fiscalização dos serviços técnico e comercial de distribuição de energia elétrica ao longo do ano de 2016, com a análise dos resultados de 2014 e 2015. Para o atendimento desses requisitos, a Companhia apresentou à ANEEL o Plano de Melhorias, voltado a Duração das Interrupções, Quantidade de Interrupções, Prazos de Atendimento aos Serviços, Qualidade do Atendimento Telefônico e Demandas Internas e Externas.

O Plano de Resultados foi apresentado à ANEEL no final de setembro de 2017, tendo como objetivo definir e apresentar as ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias. Além de promover a melhoria dos serviços prestados aos consumidores, elenca ações necessárias ao cumprimento do contrato de concessão, prorrogado em 2015. É, portanto, uma importante ferramenta complementar de gestão. O prazo de vigência do Plano de Resultados é de 24 meses, a partir de 10 de setembro de 2017, com controle periódico quadrimestral por parte do órgão regulador.

Já foram encaminhados cinco relatórios de acompanhamento, referentes aos primeiros cinco quadrimestres do Plano de Resultados. O 5º Relatório de Acompanhamento tem previsão de ser apresentado à ANEEL na sede da Celesc no mês de agosto. Em setembro de 2019 deverá ser enviado o 6º Relatório de Acompanhamento, o último do Plano.

### 2.1.3.6. Revisão Tarifária 2016 – [Resolução Homologatória nº 2.120/2016](#), [Nota Técnica nº 258/2016-SRE/ANEEL](#) e [Nota Técnica nº 287/2016-SGT/ANEEL](#)

A Revisão Tarifária da Celesc Distribuição, aplicada a partir do dia 22 de agosto de 2016, resultou em um efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da ordem de -4,16%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de -1,54% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de -0,47% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -2,15%.

A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

Participação na Revisão Tarifária 2016 (Resolução Homologatória ANEEL 2.120/2016)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-1,73%
	Custos de Transmissão	0,71%
	Compra de Energia	-1,18%
	<b>Total Parcela A</b>	<b>-2,20%</b>
Parcela B		0,66%
<b>Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE</b>		<b>-1,54%</b>
Componentes Financeiros do Processo Atual		-0,47%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-2,15%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores</b>		<b>-4,16%</b>

Quanto à remuneração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida para o 4º ciclo tarifário em R\$3,0 bilhões líquido (Despacho nº 1.920/16), ficou definido 8,09% referente ao WACC Regulatório real, e taxa de depreciação média em 3,78% ao ano.

### 2.1.3.7. Reajuste Tarifário Anual 2017 – [Resolução Homologatória nº 2.286/2017](#) e [Nota Técnica nº 236/2017 - SGT/ANEEL](#)

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2017, resultou em um efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da ordem de 7,85%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 3,80% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 2,83% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de 1,22%. Na composição do IRT para o período 2017-2018, a Parcela A (custos não gerenciáveis) sofreu variação de 3,67% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro e a Parcela B (custos gerenciáveis) apresentou variação de 0,13%.

**Participação no Reajuste Tarifário 2017 (Resolução Homologatória ANEEL 2.286/2017)**

Parcela A	Encargos Setoriais	-3,17%
	Custos de Transmissão	6,61%
	Compra de Energia	0,21%
	<b>Total Parcela A</b>	<b>3,67%</b>
Parcela B		0,13%
<b>Reajuste Econômico (IRT), considerando a variação tarifária da RTE</b>		<b>3,80%</b>
Componentes Financeiros do Processo Atual		2,83%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		1,22%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores</b>		<b>7,85%</b>

**2.1.3.8. Reajuste Tarifário Anual 2018 – [Resolução Homologatória nº 2.436/2018](#) e [Nota Técnica nº 190/2018-SGT/ANEEL](#)**

A ANEEL, no âmbito da Reunião Pública de Diretoria realizada em 13 de agosto de 2018, autorizou o valor do reajuste das tarifas a serem praticadas pela Celesc Distribuição a partir de 22 de agosto de 2018. Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a ANEEL considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais. O efeito tarifário médio percebido pelos consumidores, da ordem de 13,86%, teve a participação de 4,77% de Encargos Setoriais, -1,42% de Custos com Transmissão, 5,08% com Despesas de Energia, 0,06% de Receitas Irrecuperáveis, 0,37% com os Custos da Distribuidora, 7,48% relativo aos Componentes Financeiros do processo atual, e -2,48% relativo à retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior. Na composição da Receita Líquida para o período 2018-2019, a Parcela A (custos não gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,4%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,6%, definida no valor de R\$1,5 bilhão. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

**Participação no Reajuste Tarifário 2018 (Resolução Homologatória ANEEL 2.436/2018)**

Parcela A	Encargos Setoriais	4,77%
	Custos de Transmissão	-1,42%
	Compra de Energia	5,08%
	Receitas Irrecuperáveis	0,06%
	<b>Total Parcela A</b>	<b>8,49%</b>
Parcela B		0,37%
<b>Reajuste Econômico (IRT), considerando a variação tarifária da RTE</b>		<b>8,86%</b>
Componentes Financeiros do Processo Atual		7,48%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-2,48%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores</b>		<b>13,86%</b>

**2.1.3.9. Consulta Pública MME nº 33/2017 – Aprimoramento do Marco Legal do Setor Elétrico**

Em julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia – MME lançou a Consulta Pública nº 33 com o objetivo de consultar a sociedade e os agentes do setor elétrico quanto à proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico, cujas diretrizes partiram de novos paradigmas tecnológicos e ambientais que vêm impactando o setor e a regulamentação vigente. Foram abordadas distorções regulatórias verificadas ao longo dos últimos anos que demandavam uma revisão estrutural do arcabouço legal, em busca de aprimorar o equilíbrio regulatório entre agentes, consumidores e os interesses públicos governamentais, além de reduzir no nível de judicialização enfrentado pelo setor elétrico atualmente.

Após diversas contribuições recebidas pelo MME, a Consulta Pública foi encerrada no final do ano de 2017, com a posterior divulgação das diretrizes a serem observadas pelos novos marcos legais a serem estabelecidos, cujos direcionamentos concentram-se em proporcionar mecanismos de incentivo à eficiência nas decisões empresariais dos agentes do setor, especialmente quanto à segurança do suprimento, investimentos e sustentabilidade socioambiental.

Uma proposta é o fim do regime de cotas para as usinas prorrogadas, com a destinação de parte do benefício econômico para a CDE. A remoção de barreiras à participação de agentes, expandindo o mercado livre, é outro direcionamento traçado no novo marco legal. O aprimoramento dos critérios de formação do preço de curto prazo também é um desafio a ser enfrentado na nova regulamentação.

No âmbito da distribuição, há um direcionamento para a separação entre lastro e energia, com a criação de outros mecanismos de transição que mitiguem os efeitos da migração de consumidores ao mercado livre, racionalizando subsídios e corrigindo incentivos inadequados a esse deslocamento. . Outro ponto abordado é a destinação de recursos da Reserva Global de Reversão - RGR para a indenização dos ativos de transmissão. Há uma revisão nas diretrizes de utilização dos recursos de P&D e incentivos às fontes alternativas de energia. Há ainda uma rediscussão da estrutura do mercado regulado de distribuição, buscando uma modernização e criação de incentivos, e as bases de cálculo para a apuração de penalidades às distribuidoras também deverão ser revistas. Por fim, há uma preocupação em buscar a reduzir o volume de disputas judiciais em torno do risco hidrológico, o que contribuiria para restabelecer o equilíbrio nas liquidações do mercado de curto prazo.

Todas essas diretrizes foram traduzidas numa minuta de Projeto de Lei divulgada pelo MME, cujo conteúdo foi parcialmente contemplado pela Medida Provisória nº 814/2018 e pelo Projeto de Lei nº 1.917/2015. A Medida Provisória citada perdeu sua eficácia, não tendo sido convertida em lei. Já o PL nº 1.917/2015 ainda tramita na Câmara dos Deputados e não chegou ao plenário da Casa.

#### **2.1.3.10. Pagamento à Celesc Distribuição pela Eletrosul – Indenização Instalações de Transmissão**

Em 22 de maio de 2018, por meio do Despacho nº 1.139/2018, a Diretoria da ANEEL ratificou entendimento da área técnica da Agência Reguladora, confirmando a necessidade de pagamento à Celesc Distribuição, pela Eletrosul, do valor de R\$ 46,3 milhões referentes à dupla indenização recebida pela transmissora afeta às instalações de conexão do consumidor ArcelorMittal, atendido em 230kV.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor ArcelorMittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra essa contratada pela Celesc Distribuição junto à Eletrosul. Restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc Distribuição, que se creditou a um recebível regulatório dividido em 30 anos.

Numa avaliação da legislação do setor, a partir da publicação da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, foi constatado e ratificado pela ANEEL, após atuação da Celesc Distribuição, que, havendo a Eletrosul optado pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, ocorreu a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor ArcelorMittal.

As atuações da Companhia junto à ANEEL para debater o tema iniciaram-se no ano de 2014, estendendo-se até 2017, quando então houve manifestação formal da agência. Foi reconhecido o equívoco no procedimento adotado por ANEEL/União em indenizar os ativos não amortizados à Eletrosul e não à Celesc Distribuição, sendo a última a titular do direito, tendo em vista já ter remunerado as instalações antecipadamente à Eletrosul entre 2002 e 2007.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, formalizou-se entre as empresas um Termo de Confissão de Dívida que definiu o pagamento pela Eletrosul de R\$9,6 milhões em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

#### **2.1.3.11. Termo de Acordo Encargo de Capacidade Emergencial – ECE**

A Celesc Distribuição firmou juntamente com a União, em 19 de julho de 2019, um Termo de Acordo de quitação de dívida relacionada ao Encargo de Capacidade Emergencial – ECE no valor de R\$72,4 milhões. O montante total já havia sido provisionado no resultado da Celesc Distribuição, classificado como contingência regulatória. O pagamento será efetuado em 60 parcelas, com desembolso da primeira parcela no dia 31 de julho desse ano. As demais parcelas serão acrescidas de juros de 1% e atualizadas pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

#### **2.1.3.12. Processo Judicial Tributário**

A Celesc Distribuição obteve, em 1º de abril de 2019, trânsito em julgado de decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS e COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. Os valores recolhidos a serem creditados em favor da Celesc D correspondem ao período de abril de 2007 a dezembro

de 2014. A Celesc Distribuição reconheceu o montante de R\$1.075 milhões na rubrica de *tributos a recuperar*, atualizado monetariamente em conformidade com a solução de consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018, em contrapartida da rubrica *PIS/COFINS a restituir a consumidores*, no passivo não circulante. A Companhia aguarda habilitação dos créditos pela Receita Federal para compensação com os tributos a vencer e aguarda, ainda, definição da ANEEL acerca do modelo de repasse aos consumidores.

Além disso, destaca-se que a Celesc Distribuição ingressou com outra ação judicial pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante, aguardando julgamento de mérito. Em paralelo, ressalta-se que tramita no Supremo Tribunal Federal – STF o recurso extraordinário nº 574706/PR que trata da matéria em âmbito de repercussão geral, cuja definição da modulação dos efeitos da decisão de mérito é aguardada pela Companhia.

## 2.2. Celesc Geração

### 2.2.1. Desempenho Operacional

#### 2.2.1.1. Produção

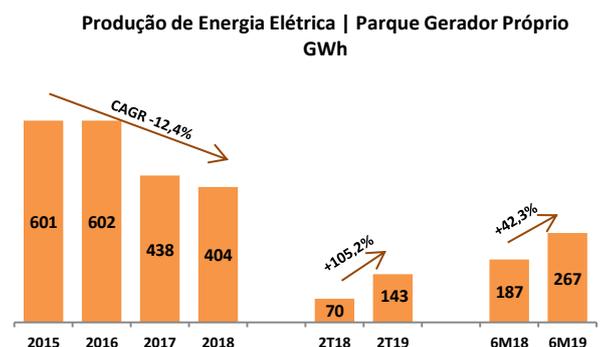
No segundo trimestre de 2019 foram gerados pelas usinas da Celesc Geração 65,44MW médios de energia elétrica, totalizando uma produção líquida de 142,9 GWh, com incremento na performance de 105,2% se comparado ao segundo trimestre de 2018, quando registrou produção de 69,7 GWh. O volume total de energia acumulada nos 6 primeiros meses de 2019 foi de 266,7 GWh, alcançando um índice 42,3% superior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Dentre os fatores que influenciaram a variação, enfatiza-se: (i) bons índices pluviométricos nas bacias de captação das usinas Palmeiras, Bracinho e Pery; e (ii) desligamento das usinas Cedros e Garcia para realização de investimentos no ano de 2018.

O fator de capacidade global no segundo trimestre de 2019 foi de 61,2%, representando 31,4 p.p. (pontos percentuais) acima do verificado no segundo trimestre de 2018.

#### Celesc Geração S.A. | Produção de Energia Elétrica

Desempenho Operacional (GWh)	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Parque Gerador Próprio</b>	<b>69,7</b>	<b>142,9</b>	<b>105,2%</b>	<b>187,5</b>	<b>266,7</b>	<b>42,3%</b>
UHE Palmeiras	23,5	35,0	49,0%	64,3	72,4	12,7%
UHE Bracinho	12,9	23,4	80,8%	33,2	39,8	20,1%
UHE Garcia	2,3	14,9	546,5%	9,1	31,3	243,1%
UHE Cedros	0,0	13,0	-	0,0	17,4	-
UHE Salto	3,8	3,4	-10,4%	5,9	3,4	-43,0%
PCH Celso Ramos	7,1	10,8	51,8%	16,5	17,2	4,0%
UHE Pery	12,7	29,9	136,1%	39,0	59,0	51,0%
CGH Caveiras	3,2	5,8	82,1%	8,8	12,1	37,9%
CGH Ivo Silveira	3,3	4,3	29,4%	8,3	9,8	17,5%
CGH Pirai	0,1	0,9	1493,8%	0,1	1,6	2565,1%
CGH Rio do Peixe	0,6	1,0	80,8%	1,4	2,0	42,1%
CGH São Lourenço	0,3	0,6	101,9%	0,8	0,8	-6,3%
<b>Fator de Capacidade Global</b>	<b>29,8%</b>	<b>61,2%</b>	<b>31,4 p.p.</b>	<b>40,3%</b>	<b>57,4%</b>	<b>17,1 p.p.</b>



Todas as usinas do parque gerador próprio participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos, no qual as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo. Desta forma, a queda na produção verificada no ano não impacta a energia faturada da Companhia.

**2.2.2. Desempenho Financeiro**
**Celesc Geração S.A. | Principais Indicadores Financeiros**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>41,3</b>	<b>36,5</b>	<b>-11,8%</b>	<b>79,6</b>	<b>82,5</b>	<b>3,7%</b>
Deduções da Receita Operacional	(3,8)	(3,7)	-3,8%	(7,7)	(8,0)	3,7%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>37,5</b>	<b>32,8</b>	<b>-12,6%</b>	<b>71,9</b>	<b>74,6</b>	<b>3,7%</b>
Custos e Despesas Operacionais	(16,4)	(11,5)	-29,9%	(27,0)	(21,4)	-20,9%
<i>Custos com Energia Elétrica</i>	(8,2)	(5,2)	-36,6%	(13,6)	(10,5)	-23,0%
<i>Despesas Operacionais</i>	(8,2)	(6,3)	-23,3%	(13,4)	(10,9)	-18,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,4	1,0	132,7%	0,5	0,6	26,3%
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>21,5</b>	<b>22,3</b>	<b>3,6%</b>	<b>45,4</b>	<b>53,8</b>	<b>18,5%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>23,0</b>	<b>23,7</b>	<b>3,0%</b>	<b>48,2</b>	<b>56,5</b>	<b>17,0%</b>
<i>Margem EBITDA (%)</i>	61,3%	72,2%		67,0%	75,7%	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1,5)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>-73,9%</b>	<b>(3,1)</b>	<b>(1,3)</b>	<b>57,1%</b>
<b>LAIR</b>	<b>20,0</b>	<b>21,9</b>	<b>9,3%</b>	<b>42,3</b>	<b>52,5</b>	<b>24,1%</b>
IR/CSLL	(6,6)	(7,1)		(14,1)	(17,7)	
<b>Lucro/ Prejuízo Líquido</b>	<b>13,5</b>	<b>14,8</b>	<b>9,8%</b>	<b>28,2</b>	<b>34,8</b>	<b>23,6%</b>
<i>Margem Líquida (%)</i>	35,9%	45,2%		39,1%	46,7%	

**2.2.2.1. Destaques do Resultado**

A Receita Operacional Líquida – ROL da Celesc Geração apresentou redução de 12,6% (-R\$4,7 milhões) no segundo trimestre de 2019, registrando R\$32,8 milhões, devido à redução do PLD – Preço de Liquidação de Diferenças e ao decréscimo de 3,4% no volume de energia faturada, que decorre da redução da quantidade de energia adquirida (-14,7 GWh). Já os custos e as despesas operacionais reduziram 29,9% e 20,9% no trimestre e no ano, respectivamente.

O EBITDA e o Lucro cresceram no trimestre 3,0% (17,0% no ano) e 9,8% (23,6% no ano), respectivamente, totalizando R\$23,7 milhões de EBITDA (R\$56,5 milhões no ano) e R\$14,8 milhões de lucro (R\$34,8 milhões ano), sendo influenciado positivamente pela redução dos custos e despesas operacionais aliado ao decréscimo das despesas financeiras.

**Celesc Geração S.A. | Resultado Ajustado (IFRS – Não-Recorrentes)**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
EBITDA Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	23,0	23,7	3,0%	48,2	56,5	17,0%
<i>Margem EBITDA Ajustada (%)</i>	61,3%	72,2%		67,0%	75,7%	
Lucro Líquido Ajustado (IFRS - Não-Recorrentes)	13,5	14,8	9,8%	28,2	34,8	23,6%
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	35,9%	45,2%		39,1%	46,7%	

Como não tivemos efeitos não recorrentes no trimestre, o EBITDA e Lucro ajustados foram similares ao EBITDA e Lucro IFRS.

**2.2.2.2. Receita Operacional Bruta**
**Celesc Geração S.A. | Receita Operacional Bruta**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>41,3</b>	<b>36,5</b>	<b>-11,8%</b>	<b>79,6</b>	<b>82,5</b>	<b>3,7%</b>
Fornecimento de Energia	9,7	7,6	-21,2%	18,8	14,7	-21,5%
Suprimento de Energia	18,1	15,6	-13,8%	33,8	37,0	9,5%
Energia de Curto Prazo	0,5	3,0	485,6%	4,5	8,5	89,2%
Receita Financeira - Juros e Atualização BO	13,0	10,2	-21,7%	22,6	22,3	-1,1%

A redução no trimestre de 11,8% (-R\$4,8 milhões) decorre, fundamentalmente, das variações na receita de suprimento e fornecimento de energia (-R\$4,6 milhões) e receita financeira do retorno de bonificação de outorga (-R\$2,8 milhões), apesar do crescimento da liquidação de energia no curto prazo (+R\$2,5 milhões), detalhados a seguir:

- i. Redução do PLD, que média foi inferior a R\$150,00 no trimestre (submercados Sudeste e Sul);

- ii. Redução da quantidade de energia adquirida em 27,5% (-14,7 GWh);
- iii. Redução da receita financeira decorrente do Retorno da Bonificação de Outorga de 21,7% em decorrência da decréscimo do IPCA, índice de atualização estabelecido em contrato de concessão, que atingiu 0,7% no primeiro trimestre de 2019 (0,1,9% no 2T18).

Por outro lado, a ROB no acumulado do ano apresenta desempenho positivo (+3,7%), justificado pela alta do PLD no primeiro trimestre de 2019 e do *GSF – Generation Scaling Factor*, alcançando um fator superior a 130% em cada um dos três primeiros meses do ano.

A tabela a seguir apresenta as quantidades físicas de energia faturada no segundo trimestre de 2019 para cada um dos segmentos.

**Celesc Geração S.A. | Energia Faturada**

QUANTIDADE ENERGIA FATURADA (GWh)	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>	<b>176,4</b>	<b>170,3</b>	<b>-3,4%</b>	<b>360,8</b>	<b>364,1</b>	<b>0,9%</b>
Industrial	36,8	25,9	-29,7%	71,9	52,3	-27,3%
Comercial, Serviços e Outros	14,4	14,1	-2,5%	27,0	24,5	-9,5%
Suprimento de Energia	123,1	112,9	-8,2%	245,6	247,6	0,8%
Energia de Curto Prazo (CCEE)	2,1	17,4	744,8%	16,3	39,7	143,6%
<b>Preço Médio de Venda SEM CCEE (R\$/MWh)</b>	<b>205,27</b>	<b>207,14</b>	<b>0,9%</b>	<b>198,70</b>	<b>211,01</b>	<b>6,2%</b>
<b>Preço Médio de Venda COM CCEE (R\$/MWh)</b>	<b>225,00</b>	<b>207,28</b>	<b>-7,9%</b>	<b>208,44</b>	<b>212,95</b>	<b>2,2%</b>

A energia faturada apresentou redução de 3,4% no trimestre (-6,1 GWh). Esse movimento decorreu devido ao menor volume de energia comprada.

Conforme o quadro abaixo, a RAG (Receita Anual de Geração) das Usinas da Celesc Geração é cobrada mensalmente, de acordo com o especificado na Resolução Homologatória.

**Celesc Geração S.A. | RAG Usinas - Cotas**

Usinas	RAG - Cota Mensal	RAG - Cota Anual	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	0,8	9,8	100%
UHE Palmeiras	1,6	18,7	70%
UHE Bracinho	1,1	13,1	70%
UHE Garcia	0,8	10,1	70%
UHE Cedros	0,8	9,6	70%
UHE Salto	0,6	6,8	70%

Resolução Homologatória nº 2.587 de 23/07/2019.

**2.2.2.3. Receita Operacional Líquida**

A Receita Operacional Líquida – ROL teve o reflexo das variações da ROB entre os períodos.



**2.2.2.4. Custos e Despesas Operacionais**
**Celesc Geração S.A. | Custos e Despesas Operacionais**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(16,4)</b>	<b>(11,5)</b>	<b>-29,9%</b>	<b>(27,0)</b>	<b>(21,4)</b>	<b>-20,9%</b>
<b>Custos com Energia Elétrica</b>	<b>(8,2)</b>	<b>(5,2)</b>	<b>-36,6%</b>	<b>(13,6)</b>	<b>(10,5)</b>	<b>-23,0%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7,6)	(4,6)	-39,0%	(12,5)	(9,3)	-25,1%
Encargos do Uso do Sistema	(0,6)	(0,6)	-5,3%	(1,2)	(1,2)	-0,3%
<b>PMSO</b>	<b>(6,8)</b>	<b>(5,0)</b>	<b>-26,9%</b>	<b>(10,5)</b>	<b>(8,2)</b>	<b>-22,0%</b>
Pessoal e Administradores	(3,1)	(3,4)	10,5%	(6,0)	(6,2)	3,9%
Material	(0,2)	(0,1)	-35,9%	(0,3)	(0,2)	-15,8%
Serviços de Terceiros	(2,3)	(1,9)	-17,3%	(4,2)	(4,0)	-2,9%
Provisões, Líquidas	(1,0)	0,8	179,8%	0,2	2,6	1487,9%
Outras Receitas / Despesas	(0,2)	(0,2)	28,9%	(0,3)	(0,4)	23,5%
<b>Depreciação / Amortização</b>	<b>(1,4)</b>	<b>(1,4)</b>	<b>-5,8%</b>	<b>(2,9)</b>	<b>(2,7)</b>	<b>-7,0%</b>

Os custos e despesas operacionais reduziram 29,9% no trimestre (20,9% no ano), assinalando R\$11,5 milhões (R\$21,4 milhões no ano). Destaca-se a redução de 36,6% no custo de aquisição de energia no trimestre (23% no ano) pelo volume menor de comercialização de energia (+1,8GWh). Além disso, as despesas com PMSO tiveram queda de 26,9% no trimestre (22,0% no ano), reflexo da redução de gastos com material e serviços de terceiros (-R\$0,5 milhão) e da reversão do provisionamento das liminares do GSF (R\$0,9 milhão) em decorrência da redução do nível de inadimplência.

**2.2.2.5. Resultado de Equivalência Patrimonial**

A tabela abaixo reflete a Equivalência Patrimonial da Celesc Geração no 2T19 (6M19). Destaca-se que, em 2019, todas as usinas em operação participam do MRE. Maiores detalhes destes negócios estão disponíveis na Visão Geral da Celesc Geração.

**Celesc Geração | Equivalência Patrimonial**

R\$ mil	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
Rondinha Energética S.A.	320	98	-69,4%	205	(313)	-252,9%
Painel Energética S.A.	(2)	-	-	(3)	-	-100,0%
Campo Belo Energética S.A.	(2)	-	-	(4)	-	-100,0%
Companhia Energética Rio das Flores	406	588	44,7%	800	865	8,1%
Xavantina Energética S.A.	(22)	(94)	322,5%	168	(80)	-147,5%
Garça Branca	(253)	(165)	-34,8%	(718)	(580)	-19,2%
EDP Transmissão Aliança SC S.A.	(1)	611	43184,9%	5	680	14019,0%
<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	<b>446</b>	<b>1.038</b>	<b>132,7%</b>	<b>453</b>	<b>572</b>	<b>26,3%</b>

**2.2.2.6. EBITDA e Lucro Líquido**

O EBITDA IFRS da Celesc Geração registrou R\$23,7 milhões no segundo trimestre de 2019 (R\$56,5 milhões no ano), representando aumento de 3,0% no trimestre (17% no ano) em relação ao mesmo período de 2018, com Margem EBITDA de 72,2% no trimestre (75,7% no ano). O acréscimo do EBITDA deve-se aos motivos já expostos anteriormente: (i) redução do volume de energia adquirido, com redução no custo da compra; (ii) redução de gastos com PMSO, com destaque para despesas com materiais e serviços de terceiros; e (iii) impacto da reversão do provisionamento referente à liminar do GSF. Considerando que não tivemos efeitos não recorrentes no período, o EBITDA Ajustado foi correspondente ao EBITDA IFRS.

**Celesc Geração S.A. | Conciliação do EBITDA IFRS**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Lucro Líquido</b>	<b>13,5</b>	<b>14,8</b>	<b>9,8%</b>	<b>28,2</b>	<b>34,8</b>	<b>23,6%</b>
(+) IR e CSLL	6,6	7,1		14,1	17,7	
(+) Resultado Financeiro	1,5	0,4		3,1	1,3	
(+) Depreciação e Amortização	1,4	1,4		2,9	2,7	
<b>EBITDA</b>	<b>23,0</b>	<b>23,7</b>	<b>3,0%</b>	<b>48,2</b>	<b>56,5</b>	<b>17,0%</b>
<i>Margem EBITDA IFRS (%)</i>	<i>61,3%</i>	<i>72,2%</i>		<i>67,0%</i>	<i>75,7%</i>	
<i>Margem EBITDA Ajustada (%)</i>	<i>61,3%</i>	<i>72,2%</i>		<i>67,0%</i>	<i>75,7%</i>	

Semelhante ao EBITDA, o Lucro Ajustado foi correspondente ao Lucro Líquido IFRS, com Margem Líquida de 45,2% no trimestre e 46,7% no ano.

**Celesc Geração S.A. | Ajustes do Lucro Líquido**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Lucro Líquido IFRS e Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes</b>	<b>13,5</b>	<b>14,8</b>	<b>9,8%</b>	<b>28,2</b>	<b>34,8</b>	<b>23,6%</b>
<i>Margem Líquida IFRS (%)</i>	<i>35,9%</i>	<i>45,2%</i>		<i>39,1%</i>	<i>46,7%</i>	
<i>Margem Líquida Ajustada (%)</i>	<i>35,9%</i>	<i>45,2%</i>		<i>39,1%</i>	<i>46,7%</i>	

**2.2.2.7. Endividamento**
**Celesc Geração S.A. | Endividamento**

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2018	em 30 de junho de 2019	Δ
Dívida de Curto Prazo	27,0	35,7	32,37%
Dívida Longo Prazo	121,9	104,5	-14,28%
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>148,8</b>	<b>140,1</b>	<b>-5,83%</b>
( - ) Caixa e Equivalentes de Caixa	50,0	52,3	4,61%
<b>Dívida Financeira Líquida</b>	<b>98,8</b>	<b>87,8</b>	<b>-11,12%</b>
<b>Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M</b>	<b>1,1x</b>	<b>0,9x</b>	
<b>Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M</b>	<b>1,1x</b>	<b>0,9x</b>	
<b>Dívida Fin. Total / Patrimônio Líquido</b>	<b>0,3x</b>	<b>0,3x</b>	
<b>Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido</b>	<b>0,2x</b>	<b>0,2x</b>	

**2.2.2.7.1. Debêntures – 2ª Emissão**

Conforme [Comunicado ao Mercado - 2ª Emissão de Debêntures Simples pela Celesc Geração S.A.](#), a Celesc Geração emitiu no dia 1º de junho de 2018 a 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao BB – Banco de Investimentos S.A.. A referida emissão tem como objeto a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme, com valor total de emissão de R\$150 milhões, em série única. Foram emitidas 15 mil debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10 mil, sendo que o valor nominal unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc Geração e a garantia fidejussória é fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. As Debêntures têm prazo de 5 anos, contados da data de emissão, vencendo no dia 1º de junho de 2023. Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 2,50% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização das Debêntures ou a data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, resgate antecipado em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, ou vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento previstos na Escritura de Emissão. Semestralmente, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. Além disso, a distribuição de dividendos da fiadora, a Centrais Elétricas de Santa

Catarina, está limitada ao mínimo legal estabelecido pela Lei 6.404/76, conforme compromisso definido em contrato (*covenant*). O não cumprimento dos *covenants* pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida.

#### 2.2.2.7.2. Ratings da Celesc Geração e da Controladora

A Fitch Ratings atribuiu *ratings* 'AA(bra)' à Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc) e à sua subsidiária integral, Celesc Geração S.A. Além disso, a agência atribuiu *Rating* Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à proposta da segunda emissão de debêntures da Celesc Geração, no montante de até BRL150 milhões e prazo de cinco anos. A perspectiva dos *ratings* corporativos é estável.

#### 2.2.2.8. Investimentos | CAPEX

Os investimentos totalizaram R\$0,9 milhão no ano (R\$0,5 milhão no trimestre), sendo R\$0,7 milhão no parque gerador próprio, destacando-se R\$0,2 milhão na Usina Cedros, R\$0,2 milhão na Usina Salto e R\$0,1 milhão na Usina São Lourenço. Já os investimentos em SPEs foram realizados na Garça Branca, totalizando R\$0,2 milhão.

##### Celesc Geração S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Investimentos Celesc Geração</b>	<b>5,2</b>	<b>0,5</b>	<b>-91,1%</b>	<b>11,0</b>	<b>0,9</b>	<b>-91,9%</b>
Investimentos em SPEs	3,2	0,2	-93,2%	7,6	0,2	-97,1%
Usinas Parque Gerador Próprio	2,0	0,2	-87,8%	3,4	0,7	-80,4%

Para o ano de 2019, conforme [Comunicado ao Mercado divulgado em 14 de dezembro de 2018](#), o orçamento de investimento é de R\$55,6 milhões, dos quais serão investidos R\$23,0 milhões em novos negócios, R\$26,1 milhões em ampliações e melhorias, R\$5,5 milhões em participações societárias já existentes e R\$1,0 milhão em veículos, TI e outros equipamentos.

#### 2.2.3. Aspectos Regulatórios da Celesc Geração S.A.

##### 2.2.3.1. Portaria MME nº 218 de 15 de maio de 2015

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218/2015, determinou que a ANEEL promovesse Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas, dentre as quais 05 de propriedade 100% da Celesc Geração, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões, diante dos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina é licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga - RBO em taxa de 9,04% real ao ano. Em contrapartida, foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração.

A Celesc Geração arrematou o Lote C, ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc Geração assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016, na data de 05 de janeiro de 2016. As usinas Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, possuíam concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 07 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data se iniciou a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Segue a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc Geração:

**Parque Gerador Próprio | Usinas objeto do Leilão nº 012/2015**

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
UHE Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	3,99
<b>Total – MW</b>			<b>63,20</b>	<b>43,34</b>

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

### 2.2.3.2. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

#### 2.2.3.2.1. Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015, autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2MW (de 5,62MW para 12,82MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão da obra até novembro de 2021.

Em 2018, o projeto básico de ampliação da usina foi revisto e consolidado, sendo que essa nova configuração prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3MW no aproveitamento (passando de 7,2MW para 8,3MW e totalizando 13,92 MW de capacidade instalada).

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do projeto básico da ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a garantia física do empreendimento. Com a inscrição no 29º Leilão de Energia Nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE definiu a garantia física do projeto. As obras foram iniciadas em julho de 2019.

Destaca-se também que a Celesc G participou do Leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência a ser iniciada em janeiro de 2023.

#### 2.2.3.2.2. Ampliação da Usina Salto Weissbach

Foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na usina, que atingirá 29,28MW.

Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação junto ao Instituto de Meio Ambiente de SC – IMA/SC, e em análise pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Após a conclusão das referidas etapas, a ANEEL deverá calcular a remuneração do projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

#### 2.2.3.2.3. Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras

Em 2018, a ANEEL dispensou o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio para os projetos de ampliação das usinas Cedros e Palmeiras, conforme solicitado em 2016. Desse modo, a próxima etapa prevista pela Empresa é a de realizar a consolidação dos projetos básicos de ampliação das referidas usinas, para posterior encaminhamento à ANEEL.

#### 2.2.3.2.4. Ampliação CGH Caveiras – Registro e Estudo de Inventário

Foi protocolado na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

Em 12 de dezembro de 2018, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG emitiu a Nota Técnica nº 565/2018, a fim de conceder à Celesc G o registro para revisão do inventário do rio Caveiras.

Em 14 de dezembro de 2018, foi publicado o Despacho nº 3.005/2018, conferindo o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

O estudo de inventário do rio, o qual está em fase de contratação, é fundamental para o encaminhamento do projeto básico de ampliação para aprovação da ANEEL.

#### 2.2.3.3. Concessões Prorrogadas

##### 2.2.3.3.1. Concessão Usina Pery

Havia discussão judicial quanto à possibilidade de prorrogação da concessão da Usina Pery, nos moldes anteriores à MP nº 579/12, isto é, a fim de comercializar a sua energia totalmente no mercado livre, tendo em vista a usina ter sido ampliada recentemente. Em julho de 2017, após diversas análises e discussões, e considerando a mudança do cenário de rentabilidade, a Celesc Geração decidiu por prorrogar a concessão da usina nos termos da Lei nº 12.783/13, no regime de cotas, de modo que foram autorizadas as medidas necessárias para a extinção do processo judicial existente, incluindo os recursos relativos.

A Concessão, dessa forma, foi prorrogada por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas de garantia física de energia e de potência. A indenização dos ativos não amortizados referente à ampliação, concluída em 2013, será paga à Celesc Geração ao longo do novo prazo de concessão, cujo regramento está em definição pela ANEEL.

#### 2.2.3.4. Aspectos Regulatórios das Empresas com Participação Acionária pela Celesc

##### 2.2.3.4.1. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

A Usina Cubatão é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. O empreendimento está localizado em Joinville/SC e tem potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e conseqüente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia extinguiu a concessão para o aproveitamento de energia hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL.

A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, a Inepar S.A. tem 40% e a Statkraft Energias Renováveis S.A. os demais 20%. O investimento na referida usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A sociedade vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.

##### 2.2.3.4.2. Projetos PCH Paineis e PCH Campo Belo

A Celesc G possuía participação societária na SPE Painéis Energética e SPE Campo Belo Energética, cujos projetos encontram-se em estágio de desenvolvimento, totalizando 19,15MW de potência instalada.

Em 15 de agosto de 2018, a Celesc Geração recebeu notificação de alienação da participação do sócio majoritário nas SPEs Campo Belo e Painéis, disponibilizando a possibilidade de exercer o direito de *Tag-Along* (venda conjunta) ou o direito de preferência na

compra das ações, conforme especificado no Acordo de Acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de setembro de 2018, foi aprovado o *Tag-Along* da SPE Campo Belo, com anuência prévia da ANEEL estabelecida conforme Despacho nº 220, de 25 de janeiro de 2019. O *Tag-Along* da SPE Painei foi deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de outubro de 2018 e anuído previamente pela ANEEL no Despacho nº 045, de 08 de janeiro de 2019.

O processo de transferência das sociedades foi finalizado com a emissão pela ANEEL do Despacho nº 1.225, de 29 de abril de 2019, e do Despacho nº 1.552, de 31 de maio de 2019, para as empresas Painei e Campo Belo, respectivamente.

### 2.2.3.5. Fator de ajuste da garantia física – GSF

A Celesc Geração entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra União e ANEEL, em agosto de 2015, requerendo que essa determinasse à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, bem como que lhe fosse garantido o aporte de energia equivalente à Garantia Física – GF.

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc Geração solicitou:

- i) que a ANEEL determinasse a CCEE a alocar à autora, mensalmente, o montante de energia equivalente aos 100% da GF;
- ii) caso o item i) não fosse deferido, que garantisse à autora o equivalente de energia a 95% da GF;
- iii) ou, subsidiariamente, o montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física.

Requeru ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, fossem antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação.

Em resumo, a Celesc Geração busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos de 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, esse cenário se alterou e os percentuais mantiveram-se sistematicamente abaixo de 100%: 90,6% em 2014, 84,7% em 2015, 86,8% em 2016, 79,5% em 2017 e 96,7% em 2018. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual pode ficar aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e obrigá-los a adquirir ao preço do mercado livre a energia faltante.

O Governo Federal tem buscado alternativas para resolver essa complexa situação, que tem provocado significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico e inúmeras disputas judiciais. Nesse contexto, a Companhia está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

## 2.3. SCGÁS

### 2.3.1. Desempenho Operacional

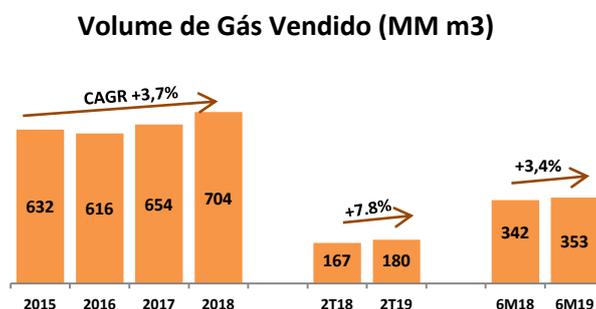
A expansão de 7,8% no trimestre (3,4% no ano) no volume do gás vendido foi decorrente, principalmente:

- i. Aumento de 7,1% (+9.808 mil m<sup>3</sup>) na classe industrial, visto que a classe concentra 81,8% do gás consumido;
- ii. Ampliação de 11,3% (+2.927 mil m<sup>3</sup>) no segmento automotivo, no qual essa classe representa 16,0% do total de gás consumido e também é severamente influenciada pelo contexto econômico e preço da gasolina/etanol;
- iii. Elevação de 52,1% (+154 mil m<sup>3</sup>) no segmento residencial.

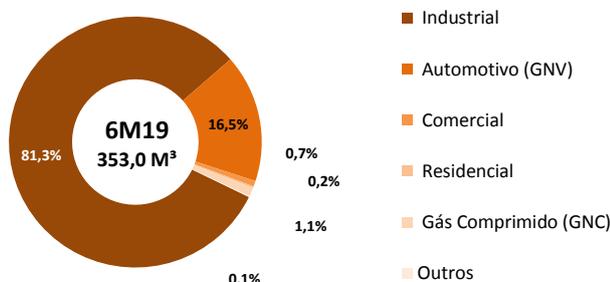
O aumento no consumo está sendo influenciado pela retomada da atividade econômica no Estado (crescimento médio acima do Nacional) e da estabilidade do preço gasolina/etanol nesse trimestre.

**SCGÁS S.A. | Venda de Gás por Segmento**

Volume (mil m <sup>3</sup> )	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
Industrial	137.229	147.037	7,1%	280.530	287.362	2,4%
Automotivo (GNV)	25.919	28.846	11,3%	53.963	58.279	8,0%
Comercial	1.182	1.382	17,0%	2.524	2.585	2,4%
Residencial	295	449	52,1%	730	749	2,7%
Gás Comprimido (GNC)	2.021	1.820	-10,0%	3.748	3.931	4,9%
Cogeração Industrial	74	67	-9,7%	166	134	-19,2%
Cogeração Comercial	9	20	135,2%	17	30	74,3%
Matéria Prima	-	138	-	-	295	-
<b>Total</b>	<b>166.729</b>	<b>179.760</b>	<b>7,8%</b>	<b>341.677</b>	<b>353.365</b>	<b>3,4%</b>



A seguir, no gráfico, a representação de cada segmento de consumo no volume de vendas no trimestre:

**Volume de Gás por Segmento**

**2.3.2. Desempenho Econômico-Financeiro**
**SCGÁS S.A. | Principais Indicadores Financeiros**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>203,5</b>	<b>316,5</b>	<b>55,6%</b>	<b>384,5</b>	<b>621,9</b>	<b>61,7%</b>
Deduções da Receita Operacional	(45,2)	(69,8)	54,4%	(85,6)	(137,4)	60,5%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>158,3</b>	<b>246,7</b>	<b>55,9%</b>	<b>298,9</b>	<b>484,5</b>	<b>62,1%</b>
Custos e Despesas Operacionais	(181,6)	(197,9)	9,0%	(320,5)	(396,7)	23,8%
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(23,3)</b>	<b>48,8</b>	<b>309,3%</b>	<b>(21,7)</b>	<b>87,7</b>	<b>504,9%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(25,2)</b>	<b>49,0</b>	<b>294,0%</b>	<b>(24,6)</b>	<b>87,0</b>	<b>453,4%</b>
Margem EBITDA Ajustada* (%)	-15,9%	19,9%	-8,2%	18,0%		
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1,0)</b>	<b>0,1</b>	<b>107,8%</b>	<b>(1,5)</b>	<b>(0,4)</b>	<b>75,1%</b>
IR/CSLL	(10,8)	14,2	12,2	(24,8)		
<b>Lucro/ Prejuízo Líquido</b>	<b>(21,0)</b>	<b>27,5</b>	<b>231,1%</b>	<b>(26,0)</b>	<b>48,1</b>	<b>284,8%</b>
Margem Líquida Ajustada* (%)	-13,3%	11,2%	-8,7%	9,9%		

\*Margens Ajustadas, pois excluem Receita de Construção.

A Receita Operacional Bruta – ROB da SCGÁS no segundo trimestre de 2019 somou R\$316,5 milhões: R\$251,1 milhões de industrial, R\$57,5 milhões de veicular, R\$3,8 milhões de comercial, R\$2,2 milhões de gás comprimido, R\$1,5 milhão de residencial e R\$0,4 milhão de outros segmentos. Performou crescimento de 55,6% (+R\$113 milhões) no comparativo com o 2T18 e 61,7% no acumulado do ano (+R\$237,4 milhões). O aumento da ROB deve-se a: (i) melhora da conjuntura econômica, impactando diretamente nos segmentos: industrial, veicular e comercial; (ii) Resolução ARESC nº 113/2018, que atualizou o preço do gás e do transporte, que passou a vigorar em setembro de 2018; (iii) Resolução ARESC nº 120/2018, que autorizou a recuperação e atualização do gás conforme a evolução da conta gráfica e passou a vigorar em janeiro de 2019, com efeito médio de 6,73% na classe industrial, 4,5% na classe comercial, 3,56% na classe residencial e 6,96% na classe veicular; (iv) Resolução ARESC nº 133/2019, que reajustou a margem bruta em 7,66%, que passou a vigorar em junho de 2019, sem impacto significativo no resultado da empresa.

O ROL (Receita Operacional Líquida) apresentou variação positiva de 55,9% (+R\$88,4 milhões) no trimestre, resultado do maior volume de gás comercializado e das constantes atualizações de preço que ocorreram ao longo de 2018 e primeiro semestre de 2019. Os custos e despesas operacionais apresentaram aumento de 9% no trimestre (+R\$16,3 milhões) e 23,8% no ano (+R\$76,2 milhões), decorrente, principalmente, do aumento nos custos variáveis (+R\$29 milhões no trimestre e R\$89 milhões no ano).

O EBITDA e o Lucro Líquido apresentaram aumento expressivo no trimestre, assinalando, respectivamente, R\$49,0 milhões (R\$87 milhões no ano) e R\$27,5 milhões (R\$48,1 milhões no ano), influenciado pelo aumento no consumo decorrente dos motivos especificados acima.

Ressalta-se que a Companhia contraiu em 2018 empréstimos na ordem de R\$60 milhões junto ao Banco do Brasil e BBM para capital de giro.

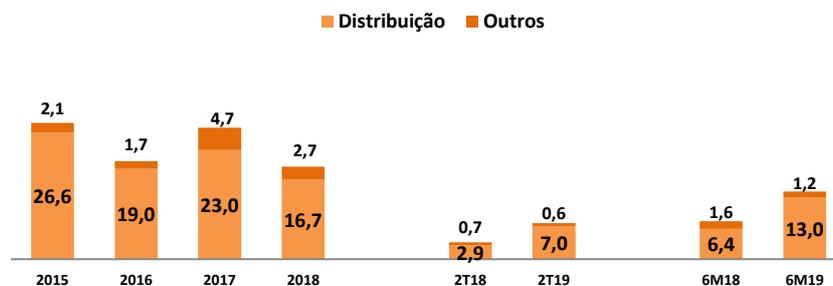
### 2.3.2.1. Investimentos

Os Investimentos realizados no segundo trimestre de 2019 (6M19) foram majoritariamente destinados à expansão da rede de distribuição de gás natural, conforme demonstram a tabela e o gráfico a seguir:

#### SCGÁS S.A. | CAPEX

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Rede de Distribuição</b>	<b>2,9</b>	<b>7,0</b>	<b>142,4%</b>	<b>6,4</b>	<b>13,0</b>	<b>103,7%</b>
Expansão	1,5	5,4	259,5%	3,5	9,8	180,8%
Gastos Adm. Obras Diretos	1,2	1,6	26,2%	2,5	3,0	19,8%
Estudos e Projetos	0,2	0,1	-53,9%	0,4	0,2	-44,2%
<b>Outros</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>	<b>-10,4%</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>-23,0%</b>
<b>Total</b>	<b>3,5</b>	<b>7,6</b>	<b>114,0%</b>	<b>8,0</b>	<b>14,2</b>	<b>78,0%</b>

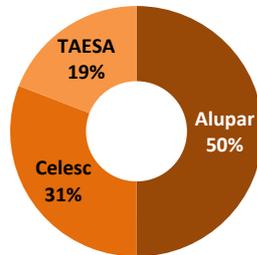
#### CAPEX SCGÁS (R\$ MM)



2.4. Demais Participações (dados financeiros equivalentes a 100% do resultado de cada participada)

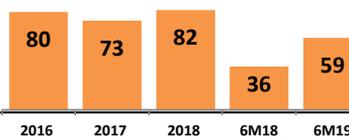


<b>Ativo</b>	<b>Pat. Liq.</b>	<b>Dív. Liq.</b>
• R\$ 680MM	• R\$ 135MM	• R\$ 145MM

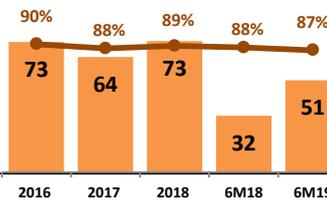


Constituída em 2000, detém 30 anos de concessão para explorar a Linha de Transmissão SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. Criou a subsidiária integral ETSE para gerir novas linhas de transmissão, com concessão de 30 anos (leilão conquistado em Dez/2011).

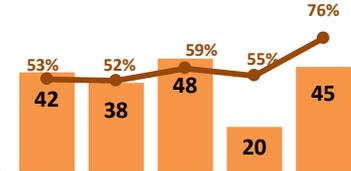
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)  
Exclui Receita de Construção



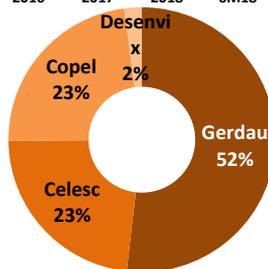
EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)

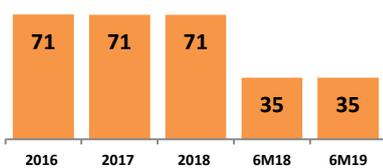


<b>Ativo</b>	<b>Pat. Liq.</b>	<b>Dív. Liq.</b>
• R\$ 142 MM	• R\$ 135 MM	• R\$ 0 MM * caixa líquido

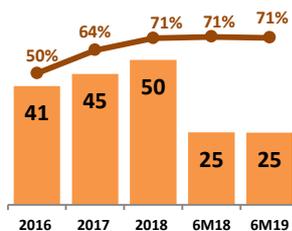


Produtora independente de energia elétrica, constituída em 1998, detém concessão de 35 anos da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Está localizada no Rio Jacuí (RS) com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80 MW.

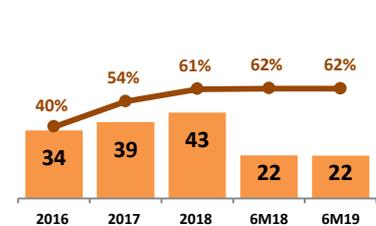
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



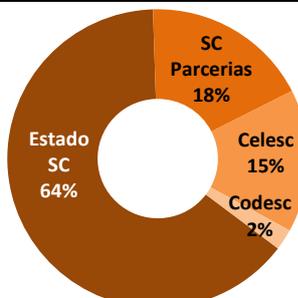
EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)

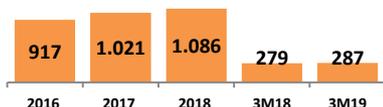


<b>Ativo</b>	<b>Pat. Liq.</b>	<b>Dív Liq.</b>
• R\$ 3.327 MM	• R\$ 1.246 MM	• R\$ 1.154 MM

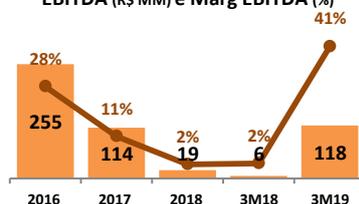


Opera serviços de água e esgoto para uma população de 2,7 milhões de habitantes mediante contratos de concessão firmados com 194 municípios no Estado de Santa Catarina e 01 município no Estado do Paraná.

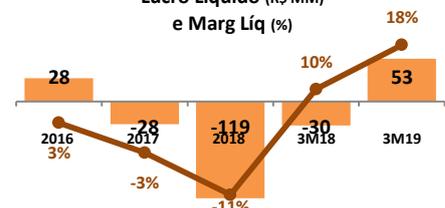
Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



EBITDA (R\$ MM) e Marg EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ MM) e Marg Líq (%)



## 2.5. Holding

### 2.5.1. Resultado das Participações Societárias na Controladora

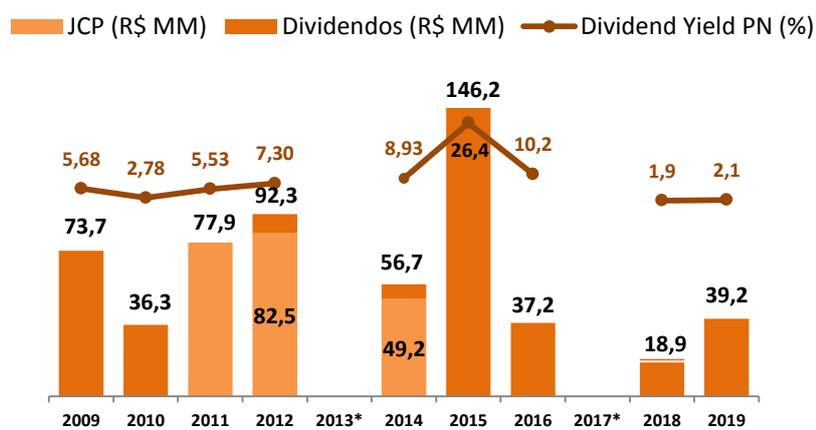
Celesc Geração   Equivalência Patrimonial						
R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
Celesc Distribuição (100%)	62,2	19,6	-68,5%	119,6	71,9	-39,9%
Celesc Geração (100%)	13,5	14,8	9,8%	28,2	34,8	23,6%
SCGÁS (17%)	(3,6)	4,7	231,1	(4,4)	8,2	-128,4%
ECTE (30,9%)	3,1	13,2	324,4%	6,0	13,8	129,1%
DFESA (23%)	2,5	2,5	-2,6%	5,0	5,0	-0,3%
<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	<b>77,7</b>	<b>54,7</b>	<b>-29,7%</b>	<b>154,4</b>	<b>133,7</b>	<b>13,4%</b>

### 2.5.2. Dividendos

Conforme aprovado em [Assembleia Geral Ordinária](#) realizada no dia 30 de abril de 2019, os dividendos referentes ao exercício de 2018, no montante de R\$39,2 milhões, serão pagos em duas parcelas: 1) a primeira parcela, no valor de R\$19,6 milhões, foi paga no dia 28 de junho de 2019, com a distribuição de dividendos de R\$0,47943994 por ação ordinária e R\$0,527383935 por ação preferencial; 2) a segunda parcela, também, no montante de R\$19,6 milhões, será paga no dia 27 de dezembro de 2019, com a distribuição de dividendos de R\$0,47943994 por ação ordinária e R\$0,527383935 por ação preferencial. Fazem jus aos dividendos os acionistas da Companhia que detinham posição acionária na data de 30 de abril de 2019.

Desde 2009, a Companhia pratica um *pay-out* (percentual de distribuição de lucro líquido) igual a 30%, 5 pontos percentuais acima do mínimo obrigatório e estatutário, seguindo a atual política de distribuição de dividendos aprovada no Plano Diretor. Com a 2ª Emissão de Debêntures da Celesc Geração, a distribuição de dividendos passa a ter o limitador de 25%, uma vez que um dos *covenants* estabelecidos no contrato determina que a Fiadora, a Celesc Holding, fique limitada a distribuir conforme estabelecido nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O gráfico abaixo apresenta o histórico de proventos, bem como o *dividend-yield* (retorno do dividendo) propiciado aos detentores de ações preferenciais CLSC4 da Companhia.



\*Não houve distribuição em 2013 e 2017 em função do prejuízo apurado em 2012 de R\$225 milhões e 2016 de R\$9 milhões.

**2.6. Consolidado**
**2.6.1. Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado**
**Consolidado | Principais Indicadores Financeiros**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018*	2019	Δ	2018*	2019	Δ
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.168,2</b>	<b>2.979,1</b>	<b>-6,0%</b>	<b>6.105,8</b>	<b>6.451,3</b>	<b>5,7%</b>
Deduções da Receita Operacional	(1.191,1)	(1.196,9)	0,5%	(2.353,9)	(2.537,0)	7,8%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.977,1</b>	<b>1.782,2</b>	<b>-9,9%</b>	<b>3.752,0</b>	<b>3.914,3</b>	<b>4,3%</b>
Custos e Despesas Operacionais	(1.847,9)	(1.699,2)	-8,0%	(3.489,1)	(3.691,8)	5,8%
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>2,5</b>	<b>18,7</b>	<b>646,6%</b>	<b>7,0</b>	<b>24,8</b>	<b>252,5%</b>
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>131,7</b>	<b>101,6</b>	<b>-22,8%</b>	<b>269,9</b>	<b>247,4</b>	<b>-8,3%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>185,3</b>	<b>158,0</b>	<b>-14,7%</b>	<b>376,8</b>	<b>359,3</b>	<b>-4,6%</b>
Margem EBITDA IFRS, ex-Receita de Construção (%)	9,9%	9,6%		10,6%	9,8%	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(16,5)</b>	<b>(29,9)</b>	<b>-81,2%</b>	<b>(35,9)</b>	<b>(56,1)</b>	<b>56,5%</b>
<b>LAIR</b>	<b>115,2</b>	<b>71,7</b>	<b>-37,7%</b>	<b>234,1</b>	<b>191,3</b>	<b>-18,3%</b>
IR/CSLL	(46,0)	(18,5)	-59,7%	(93,9)	(72,2)	23,1%
<b>Lucro/ Prejuízo Líquido</b>	<b>69,2</b>	<b>53,2</b>	<b>-23,2%</b>	<b>140,2</b>	<b>119,1</b>	<b>-15,0%</b>
Margem Líquida IFRS, ex-Receita de Construção (%)	3,7%	3,2%		3,9%	3,2%	
<b>Depreciação/Amortização</b>	<b>(53,6)</b>	<b>(56,4)</b>	<b>5,2%</b>	<b>(106,8)</b>	<b>(111,9)</b>	<b>4,7%</b>
<b>Receita de Construção</b>	<b>102,3</b>	<b>132,5</b>	<b>29,6%</b>	<b>196,7</b>	<b>248,0</b>	<b>26,1%</b>

\*Reclassificação contábil de receitas e despesas financeiras das variações cambiais decorrentes da compra de energia oriunda de Itaipu para a rubrica custo de compra de energia, conforme detalhado nas NEs 4.2 e 4.3 do ITR 2T19.

Dentre os fatores que contribuíram para redução do Lucro Líquido de 23,2% no trimestre, destacam-se:

- Redução da ROL em R\$189,1 milhões em decorrência da queda no fornecimento de energia de 1,2% no trimestre decréscimo na receita com bandeiras tarifárias comparativamente ao 2T18 e variação negativa no ativo regulatório na subsidiária Celesc Distribuição, impactada pelas variações da CVA;
- Contração nos custos e despesas operacionais em 8,0% no trimestre, decorrente predominantemente da redução de 15,8% (-R\$234,4 milhões) dos gastos não gerenciáveis (custo de energia), contudo, os gastos gerenciáveis (PMSO) assinalaram alta de 38,2% no período (+R\$70,5 milhões);
- Desempenho positivo da subsidiária Celesc Geração, assinalando alta de 3% no EBITDA e 9,8% no lucro, com redução de 23,3% nos custos e despesas operacionais;
- Aumento de R\$18,8 milhões no resultado das participações (SCGÁS, DFESA, ECTE e SPes da Celesc Geração), com destaque para o desempenho das empresas ECTE (aumento de R\$10,1 milhões) e SCGÁS (crescimento de R\$8,3 milhões).

Considerando os itens não recorrentes na subsidiária Celesc Distribuição (R\$10,8 milhões no EBITDA e R\$7,1 milhões no Lucro) no trimestre, verifica-se redução de 8,9% no trimestre (1,8% no 6M19) no EBITDA Ajustado e 12,9% no trimestre (10% no 6M19) no Lucro Ajustado.

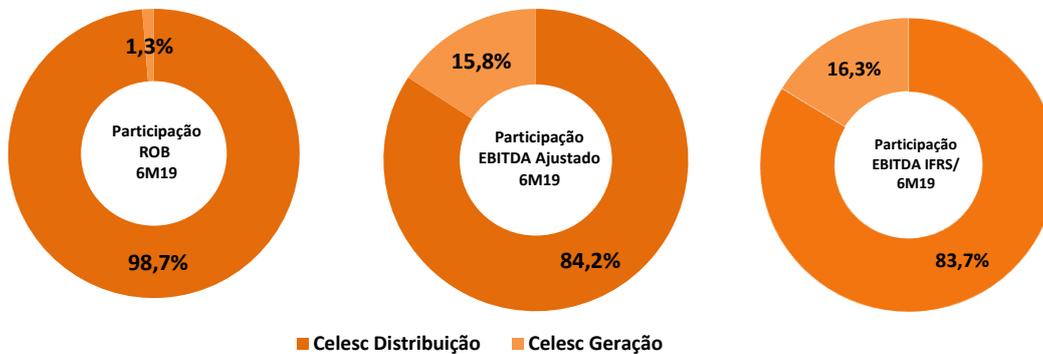
**Consolidado | Resultado Ajustado\***

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>EBITDA Ajustado*</b>	<b>185,3</b>	<b>168,8</b>	<b>-8,9%</b>	<b>376,8</b>	<b>370,0</b>	<b>-1,8%</b>
Margem EBITDA Ajustada, ex-Receita de Construção (%)	9,9%	10,2%		10,6%	10,1%	
<b>Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado*</b>	<b>69,2</b>	<b>60,3</b>	<b>-12,9%</b>	<b>140,2</b>	<b>126,2</b>	<b>-10,0%</b>
Margem Líquida Ajustada, ex-Receita de Construção (%)	3,7%	3,7%		3,9%	3,4%	

\* IFRS - Itens Não-Recorrente

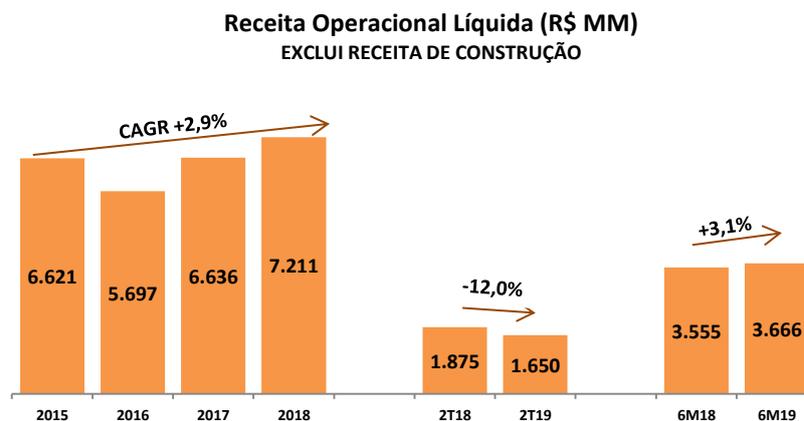
### 2.6.1.1. Receita Operacional Bruta – ROB e Participação no EBITDA Consolidado

A ROB é composta majoritariamente pela receita advinda da atividade de distribuição de energia elétrica. Os gráficos abaixo indicam respectivamente a participação na Receita Bruta, no EBITDA IFRS e no EBITDA ajustado.



### 2.6.1.2. Receita Operacional Líquida Consolidada

O gráfico abaixo apresenta a evolução da ROL desconsiderando os efeitos da receita de construção.



### 2.6.1.3. Custos e Despesas Operacionais Consolidados

#### Consolidado | Custos e Despesas Operacionais

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.847,9)</b>	<b>(1.699,2)</b>	<b>-8,0%</b>	<b>(3.489,1)</b>	<b>(3.691,8)</b>	<b>5,8%</b>
<b>Custos com Energia Elétrica - Não-Gerenciáveis</b>	<b>(1.481,5)</b>	<b>(1.247,1)</b>	<b>-15,8%</b>	<b>(2.764,0)</b>	<b>(2.827,5)</b>	<b>2,3%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.481,5)	(1.247,1)	-15,8%	(2.764,0)	(2.827,5)	2,3%
<b>PMSO - Despesas Operacionais Gerenciáveis</b>	<b>(184,4)</b>	<b>(254,9)</b>	<b>38,2%</b>	<b>(376,4)</b>	<b>(469,2)</b>	<b>24,7%</b>
Pessoal e Administradores	(144,4)	(185,9)	28,7%	(296,8)	(351,4)	18,4%
Material	(3,6)	(4,3)	19,2%	(6,8)	(8,0)	18,3%
Serviços de Terceiros	(51,2)	(60,3)	17,8%	(98,4)	(117,8)	19,7%
Outras Receitas / Despesas	14,9	(4,3)	-129,0%	25,4	8,0	-68,6%
<b>Provisões, líquidas</b>	<b>(26,1)</b>	<b>(8,3)</b>	<b>-68,2%</b>	<b>(45,2)</b>	<b>(35,2)</b>	<b>-22,0%</b>
<b>Depreciação / Amortização</b>	<b>(53,6)</b>	<b>(56,4)</b>	<b>5,2%</b>	<b>(106,8)</b>	<b>(111,9)</b>	<b>4,7%</b>
<b>Custo de Construção</b>	<b>(102,3)</b>	<b>(132,5)</b>	<b>29,6%</b>	<b>(196,7)</b>	<b>(248,0)</b>	<b>26,1%</b>

Os detalhes das principais variações encontram-se nos tópicos da Celesc Distribuição e Celesc Geração. A tabela a seguir apresenta a despesa total com pessoal em termos consolidados, também detalhados nos tópicos das companhias de Distribuição e Geração.

**Consolidado | Despesas com Pessoal**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Pessoal Total</b>	<b>(144,4)</b>	<b>(185,9)</b>	<b>31,3%</b>	<b>(296,8)</b>	<b>(351,4)</b>	<b>18,4%</b>
Pessoal e Administradores	(136,2)	(175,0)	28,5%	(281,9)	(327,5)	16,2%
<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>(129,2)</i>	<i>(168,3)</i>	<i>30,3%</i>	<i>(267,7)</i>	<i>(313,6)</i>	<i>17,2%</i>
<i>Previdência Privada</i>	<i>(7,0)</i>	<i>(6,7)</i>	<i>-3,9%</i>	<i>(14,3)</i>	<i>(13,9)</i>	<i>-2,5%</i>
Despesa Atuarial	(8,3)	(10,9)	31,7%	(14,8)	(23,9)	61,3%

**2.6.1.4. Resultado de Equivalência Patrimonial**

O quadro abaixo apresenta o reflexo no resultado consolidado do Grupo Celesc referente aos resultados da SCGÁS, ECTE, Dona Francisca Energética - DFESA e das SPes na qual a Celesc Geração detém participação minoritária, comentadas anteriormente. As principais informações quanto às variações apresentadas podem ser consultadas nos tópicos específicos.

**Consolidado | Equivalência Patrimonial**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
SCGÁS (17%)	(3,6)	4,7	231,1%	(4,4)	8,2	284,8%
ECTE (30,9%)	3,1	13,2	324,4%	6,0	13,8	129,1%
DFESA (23%)	2,5	2,5	-2,6%	5,0	5,0	-0,3%
SPes - Celesc Geração	0,4	1,0	132,7%	0,5	0,6	26,3%
<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	<b>2,5</b>	<b>21,3</b>	<b>754,3%</b>	<b>7,0</b>	<b>27,5</b>	<b>290,7%</b>

**2.6.1.5. EBITDA e EBITDA Ajustado**
**EBITDA Consolidado IFRS – Não-Recorrentes**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Lucro/ Prejuízo Líquido</b>	<b>69,2</b>	<b>53,2</b>	<b>23,2%</b>	<b>140,2</b>	<b>119,1</b>	<b>-15,0%</b>
(+) IR e CSLL	(46,0)	(18,5)	-59,7%	(93,9)	(72,2)	-23,1%
(+) Resultado Financeiro	(16,5)	(29,9)	-81,2%	(35,9)	(56,1)	56,5%
(+) Depreciação e Amortização	(53,6)	(56,4)	-5,2%	(106,8)	(111,9)	4,7%
<b>EBITDA</b>	<b>185,3</b>	<b>158,0</b>	<b>-14,7%</b>	<b>376,8</b>	<b>359,3</b>	<b>-4,6%</b>
(-) Ajustes Celesc Distribuição	-	(10,8)	-	-	(10,8)	-
<b>(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes</b>	<b>185,3</b>	<b>168,8</b>	<b>-8,9%</b>	<b>376,8</b>	<b>370,0</b>	<b>-1,8%</b>
<i>Margem EBITDA IFRS, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>9,9%</i>	<i>9,6%</i>		<i>10,6%</i>	<i>9,8%</i>	
<i>Margem EBITDA Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	<i>9,9%</i>	<i>10,2%</i>		<i>10,6%</i>	<i>10,1%</i>	

Considerando o montante de R\$10,8 milhões de efeitos não recorrentes no trimestre na Celesc Distribuição, o EBITDA Ajustado Consolidado registrou R\$168,8 milhões no trimestre e R\$370,0 milhões no ano, com Margem EBITDA Ajustada de 10,2% no trimestre e 10,1% no ano.

**2.6.1.6. Resultado Financeiro**
**Consolidado | Demonstrativo do Resultado Financeiro**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018*	2019	Δ	2018*	2019	Δ
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>41,6</b>	<b>55,2</b>	<b>32,7%</b>	<b>80,6</b>	<b>130,0</b>	<b>61,2%</b>
Renda de Aplicações Financeiras	4,1	9,2	121,9%	9,5	13,2	39,2%
Variações Monetárias	6,4	10,7	66,3%	10,2	49,9	388,6%
Juros e Acréscimos Moratórios sobre Faturas	22,2	31,4	41,4%	44,8	58,0	29,4%
Ativo Regulatório/ Taxas Regulamentares	9,1	5,4	-40,3%	17,0	11,9	-30,1%
Outras Receitas Financeiras	(0,3)	(1,5)	-470,3%	(1,0)	(3,0)	212,8%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(58,1)</b>	<b>(85,1)</b>	<b>46,4%</b>	<b>(116,4)</b>	<b>(186,2)</b>	<b>59,9%</b>
Encargos de Dívidas	(19,5)	(46,7)	140,1%	(38,1)	(89,9)	135,7%
Variações Monetárias	(0,4)	(6,5)	1762,7%	(0,6)	(28,2)	4930,7%
Passivo Regulatório/Taxas Regulamentares	(23,1)	(16,7)	-28,0%	(46,5)	(35,7)	-23,1%
Atualização P&D e Eficiência Energética	(3,9)	(4,3)	9,2%	(7,8)	(8,4)	7,4%
Juros e custos sobre Debêntures	(6,3)	(9,2)	46,4%	(13,5)	(19,5)	44,2%
Outras Despesas Financeiras	(5,0)	(1,7)	-66,1%	(10,0)	(4,5)	-54,9%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(16,5)</b>	<b>(29,9)</b>	<b>81,1%</b>	<b>(35,9)</b>	<b>(56,2)</b>	<b>56,8%</b>

\*Reclassificação contábil de *receitas e despesas financeiras* das variações cambiais decorrentes da compra de energia oriunda de Itaipu para a rubrica *custo de compra de energia*, conforme detalhado nas NEs 4.2 e 4.3 do ITR 2T19.

\*\* Receita de VNR foi reclassificada na Receita Bruta como item de Outras Receitas a partir do 4T16.

**2.6.1.7. Lucro Líquido Consolidado**
**LUCRO LÍQUIDO Consolidado IFRS – Não-Recorrentes**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
<b>Lucro/Prejuízo Líquido - Reportado IFRS</b>	<b>69,2</b>	<b>53,2</b>	<b>-23,2%</b>	<b>140,2</b>	<b>119,1</b>	<b>-15,0%</b>
(-) Celesc Distribuição   Efeitos Não-Recorrentes	-	(7,1)	-	-	(7,1)	-
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>69,2</b>	<b>60,3</b>	<b>-12,9%</b>	<b>140,2</b>	<b>126,2</b>	<b>-10,0%</b>
<i>Margem Líquida sem Ajustes (IFRS)</i>	3,7%	3,2%		3,9%	3,2%	
<i>Margem Líquida Ajustada, exclui Receita de Construção (%)</i>	3,7%	3,7%		3,9%	3,4%	

Considerando os efeitos não recorrentes no montante de R\$7,1 milhões na subsidiária Celesc Distribuição, tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, já justificados na variação do EBITDA Consolidado, assinala-se retração do Lucro Líquido Ajustado Consolidado de 12,9% no trimestre e 10,0% no ano, fechando o primeiro semestre de 2019 no valor de R\$126,2 milhões.

**2.6.1.8. Endividamento**

Reflete os movimentos já apresentados para as subsidiárias Celesc Distribuição e Celesc Geração.

**Consolidado | Endividamento**

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2018	em 30 de junho de 2019	Δ
Dívida de Curto Prazo	452,5	304,0	-32,8%
Dívida Longo Prazo	967,6	1.230,9	27,2%
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>1.420,1</b>	<b>1.534,9</b>	<b>8,1%</b>
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	698,1	756,4	8,4%
<b>Dívida Financeira Líquida</b>	<b>722,0</b>	<b>778,5</b>	<b>7,8%</b>
<b>Dívida Fin. Líquida / EBITDA 12M</b>	<b>1,2x</b>	<b>1,3x</b>	
<b>Dívida Fin. Líquida / EBITDA Ajust. 12M</b>	<b>1,1x</b>	<b>1,2x</b>	
<b>Dívida Fin. Líquida / Patrimônio Líquido</b>	<b>0,4x</b>	<b>0,4x</b>	

A seguir, tabela considerando as Obrigações com Pensão (Passivo Atuarial).

**Consolidado | Endividamento + Passivo Atuarial**

R\$ Milhões	em 31 de dezembro de 2018	em 30 de junho de 2019	Δ
Dívida de Curto Prazo	452,5	304,0	-32,8%
Dívida Longo Prazo	967,6	1.230,9	27,2%
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>1.420,1</b>	<b>1.534,9</b>	<b>8,1%</b>
<b>(+) Passivo Atuarial Líquido</b>	<b>1.431,4</b>	<b>1.396,2</b>	<b>-2,5%</b>
Obrigações com Pensão	1.024,3	985,1	-3,8%
Outros benefícios a empregados	980,6	975,0	-0,6%
( - ) IR/CSLL diferidos <sup>1</sup>	573,4	563,9	-1,6%
( - ) Caixa e Equivalentes de Caixa	698,1	756,4	8,4%
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>2.153,4</b>	<b>2.174,7</b>	<b>1,0%</b>
<b>Dívida Líquida Ajust. / EBITDA 12M</b>	<b>3,5x</b>	<b>3,7x</b>	
<b>Dívida Líquida Ajust. / EBITDA Ajust. 12M</b>	<b>3,4x</b>	<b>3,5x</b>	
<b>Dívida Total Ajust. / Patrimônio Líquido</b>	<b>1,6x</b>	<b>1,5x</b>	
<b>Dívida Líquida Ajust. / Patrimônio Líquido</b>	<b>1,2x</b>	<b>1,1x</b>	

<sup>1</sup>ITR 2T19, Nota Explicativa 20.a.

**2.6.1.8.1. Ratings da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC**

A Moody's atribuiu *ratings* de emissor Ba2 em escala global e Aa3.br em escala nacional à controladora do Grupo Celesc.

A Fitch Ratings, em 26 de dezembro de 2018, atribuiu o *rating* nacional de longo prazo 'AA(bra)' da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**2.6.1.9. Investimentos do Grupo**
**Grupo Celesc | Investimentos Realizados no Período**

R\$ Milhões	2º Trimestre			Acumulado 6 meses		
	2018	2019	Δ	2018	2019	Δ
Geração de Energia Elétrica	5,2	0,5	-91,1%	11,0	0,9	-91,9%
Distribuição de Energia Elétrica	111,7	136,2	22,0%	212,2	258,1	21,6%
<b>Total</b>	<b>116,9</b>	<b>136,7</b>	<b>16,9%</b>	<b>223,2</b>	<b>259,0</b>	<b>16,1%</b>

Para o ano de 2019, o orçamento de investimento consolidado totaliza R\$595,3 milhões, sendo R\$531,7 milhões em Distribuição de Energia Elétrica, R\$55,6 milhões em Geração de Energia Elétrica e R\$8 milhões em Novos Negócios.

**3. Desempenho no Mercado de Capitais**

As ações da Celesc são negociadas na B3 sob os códigos CLSC3 (15.527.137 ações ordinárias – ON, 40,26%) e CLSC4 (23.044.454 ações preferenciais – PN, 59,74%). Desde que adentrou ao Nível 2 de Governança Corporativa em 2002, a Companhia passou a integrar o IGC e o ITAG, índices compostos por empresas que oferecem transparência e proteção aos acionistas minoritários.

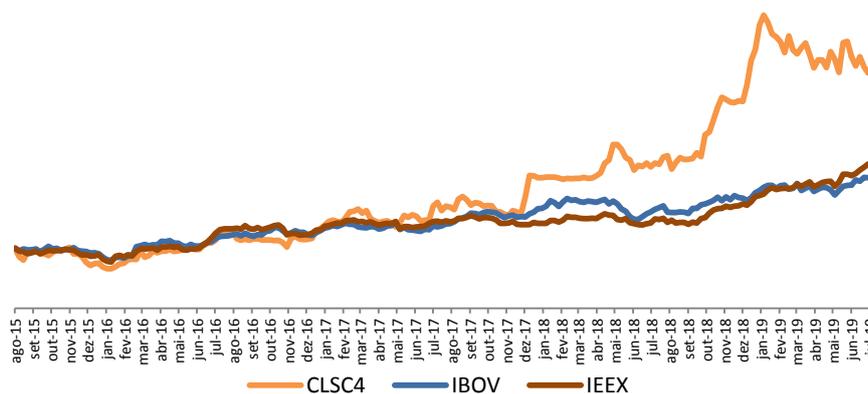
O principal índice da Bolsa de Valores brasileira, o Ibovespa, apresentou retorno positivo de 5,82% no segundo trimestre e 38,76% no acumulado de doze meses. O Índice de Energia Elétrica - IEE, que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico, apresentou valorização de 11,1% no trimestre e 65,53% nos últimos doze meses. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram desempenho negativo de 5,23% no trimestre e desempenho positivo de 77,67% nos últimos doze meses.

Acompanhamento CLSC4	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19
Cotação de fechamento ajustado a proventos (R\$/ação)	28,50	31,30	49,87	53,43	49,50
Preço / Lucro	5,3x	6,4x	11,7x	12,4x	12,8x
Preço / Valor Patrimonial	0,5x	0,6x	1,1x	1,1x	1,0x
Volume médio negociado (Mil ações)	13	4	40	7	4
Volume médio negociado (R\$ Mil)	379	125	1659	386	208
Valor de Mercado (R\$ Milhões)	1099	1176	1.863	2.061	1.909
Valor de Mercado (US\$ Milhões)	285	290	482	529	498
Rentabilidade (%)	8,90	9,79	59,38	7,14	-5,23
Rentabilidade nos últimos 12 meses (%)	61,11	48,15	87,2	104,32	77,67
Rentabilidade Ibovespa (%)	-14,76	9,04	10,77	8,53	5,82
Rentabilidade Ibovespa últimos 12 meses (%)	15,68	6,79	15,03	11,77	38,76
Rentabilidade IEE (%)	-6,96	2,3	25,2	16,6	11,1
Rentabilidade IEE últimos 12 meses (%)	1,22	-4,73	24	38,61	65,53

Fonte: Economática/DPRI

O gráfico abaixo apresenta desempenho da CLSC4 comparativamente ao Ibovespa e IEE nos últimos anos:

CLSC4 - IBOV - IEE - EVOLUÇÃO AGOSTO DE 2015 - JULHO DE 2019



## 4. Reconhecimento

### 4.1. Prêmio IASC/ANEEL – Avaliação da Qualidade Percebida pelos Consumidores

A ANEEL divulgou, em 1º de fevereiro de 2018, as distribuidoras vencedoras do Prêmio IASC 2017, o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, que reconhece as distribuidoras mais bem avaliadas com base na percepção do consumidor residencial. O índice é aferido por meio de pesquisa de opinião realizada com consumidores de todo o Brasil. As variáveis analisadas são: Qualidade percebida, valor percebido (relação custo-benefício), satisfação total, confiança no fornecedor e fidelidade.

A Celesc Distribuição foi eleita a 2ª melhor distribuidora do Brasil na avaliação dos consumidores, ficando atrás apenas da Copel D, tendo um índice de qualidade percebida de 74,43%, frente a uma média nacional de 63,66%. No quesito satisfação, a Celesc Distribuição alcançou 73,90%, contra 63,16% da média Brasil. No tocante à confiança a Celesc alcançou 71,63%, frente a 62,27 da média nacional e 43,21% de fidelidade, em contrapartida de 37,20% da média nacional.

### 4.2. Prêmio CIER de Qualidade

A Celesc Distribuição conquistou a categoria Prata do Prêmio CIER de Qualidade que mediu a satisfação dos clientes entre 53 empresas de 14 países da América Latina, com mais de 500 mil consumidores, sendo o terceiro ano consecutivo que a Companhia figurou entre as três melhores companhias do setor, na avaliação anual realizada pela Comissão de Integração Energética Regional – CIER.

#### 4.3. Prêmio ABRADÉE

A Celesc Distribuição atingiu 84,3% de satisfação do consumidor (contra média nacional de 76%) entre as empresas com mais de 500 mil clientes e ficou em 5º lugar. Nos demais indicadores do Prêmio, conquistou o 5º lugar em Perdas Técnicas e Inadimplência (categoria Gestão Operacional), 1º lugar no indicador Cobertura da Dívida (categoria Gestão Econômico-financeira), o 7º lugar na categoria Responsabilidade Social e, além disso, evoluiu cinco posições na categoria Qualidade da Gestão, ficando em 13º lugar. No cômputo geral, foi classificada como a 11ª melhor entre 32 empresas participantes na categoria acima de 500 mil consumidores.

#### 4.4. Qualidade do Atendimento Telefônico ANEEL

A Qualidade do Atendimento Telefônico é regulamentada pela ANEEL por meio dos artigos 183 a 191 das Condições Gerais de Fornecimento (Resolução Normativa nº 414/2010), observando o disposto no Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, e pela Portaria nº 2.014, de 13 de outubro de 2008, que fixaram normas para o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

Pelo segundo ano consecutivo a Celesc Distribuição figurou o 1º lugar no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em qualidade do atendimento telefônico, entre as distribuidoras que atendem mais de 500 mil unidades consumidoras. Com Indicador de Nível de Serviço (INS) — que é o percentual de chamadas atendidas em até 30 segundos em relação ao total de chamadas recebidas nos períodos típicos — de 97,80%, em relação à meta estabelecida pela agência reguladora, que é de no mínimo 85%.

#### 4.5. Prêmio Expressão de Ecologia

Na área de responsabilidade socioambiental, o projeto Banho de Energia, desenvolvido na região serrana pelo Programa de Eficiência Energética, foi um dos vencedores do 25º Prêmio Expressão de Ecologia, entregue durante o Fórum de Gestão Sustentável de 2018, realizado em Florianópolis.

#### 4.6. Prêmio Fritz Müller

No dia 6 de novembro de 2018, a Empresa conquistou a categoria Controle da Poluição Atmosférica do 20º Prêmio Fritz Müller, pela instalação de um dos maiores corredores elétricos em operação no Brasil (300 km de extensão), projeto que desenvolve em parceria com a Fundação Certi.

#### 4.7. Prêmio ECO Brasil

A marca Celesc esteve em evidência na edição de 16 de fevereiro do jornal Estado de São Paulo como uma das 11 empresas que se destacaram nacionalmente por promover inovação com tecnologias sustentáveis, sendo agraciada com o Prêmio ECO Brasil - uma iniciativa da Câmara de Comércio Americana (Amcham), com apoio do Grupo Estadão e patrocínio da Bayer Brasil.

#### 4.8. Energia Campeã

A Celesc conquistou três categorias do Prêmio OSE, que abriu o 34º Circuito Nacional do Setor Elétrico (CINASE), promovido pela Revista O Setor Elétrico, em Florianópolis. A Companhia levou o 1º lugar geral e as categorias Pesquisa & Desenvolvimento, com o projeto Eletropostos — que já dá mais de 300 km de autonomia para que veículos elétricos circulem pelo estado —, e Energias Renováveis, com o Bônus Eficiente Linha Fotovoltaica — que promove a micro geração de energia com a instalação de painéis solares a um custo mais acessível ao consumidor.

#### 4.9. Assembleia de SC homenageia Celesc

Em virtude das ações desenvolvidas para erradicar o trabalho infantil, a Celesc foi homenageada em sessão especial da Assembleia Legislativa, no dia 12 junho de 2019, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Também foram contempladas instituições como Tribunal Superior do Trabalho, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, FIESC, entre outras.

**ANEXOS**

<b>CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.</b>					
<b>BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO</b>			<b>Em R\$ Mil</b>		
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.060	756.409	Fornecedores	1.006.854	872.884
Contas a Receber	1.592.693	1.510.628	Empréstimos	321.089	231.392
Estoques	8.636	12.906	Debêntures	131.389	72.607
Tributos a Recuperar	63.264	112.489	Salários e Encargos Sociais	208.503	188.813
Dividendos	89	3.669	Tributos e Contribuições Sociais	223.897	257.399
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	258.170	32.357	Dividendos Propostos	39.524	19.929
Outros Créditos	1.732.508	1.789.623	Taxas Regulamentares	2.269.327	1.995.825
			Partes Relacionadas	15.763	9.645
			Passivo Atuarial	162.776	159.291
			Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	-	101.564
			Outros Passivos	59.856	59.185
	<b>4.353.420</b>	<b>4.218.081</b>		<b>4.438.978</b>	<b>3.968.534</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Aplicações Financeiras	137.478	137.478	Empréstimos	597.712	911.699
Contas a Receber	51.634	44.894	Debêntures	369.873	319.233
Partes Relacionadas	3.092	488	Salários e Encargos Sociais	46.988	50.412
Tributos Diferidos	712.532	715.182	Tributos Diferidos	10.144	14.737
Tributos a Recuperar	21.092	1.111.010	Taxas Regulamentares	105.948	120.456
Depósitos Judiciais	170.350	206.163	Provisão para Contingências	639.573	668.195
Ativo Indenizatório - Concessão	441.030	450.159	Passivo Atuarial	1.842.197	1.800.932
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	276.107	254.387	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	-	63.700
Outros Créditos	2.725	3.562	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	1.075.627
Investimentos	228.663	251.502	Outros Passivos	2.476	2.476
Imobilizado	160.066	158.291			
Intangível	3.296.556	3.371.070		<b>3.614.911</b>	<b>5.027.467</b>
	<b>5.501.325</b>	<b>6.704.186</b>		<b>8.053.889</b>	<b>8.996.001</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social	1.340.000	1.340.000
			Reservas de Capital	316	316
			Reservas de Lucro	1.302.766	1.309.052
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(842.226)	(842.508)
			Lucros Acumulados	-	119.406
				<b>1.800.856</b>	<b>1.926.266</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.854.745</b>	<b>10.922.267</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>9.854.745</b>	<b>10.922.267</b>

<b>CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.</b>						
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CONSOLIDADO</b>						
	<b>Em R\$ Mil</b>					
	<b>2T18</b>	<b>2T19</b>	<b>Var %</b>	<b>6M18</b>	<b>6M19</b>	<b>Var %</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.168.209</b>	<b>2.979.143</b>	<b>-6,0%</b>	<b>6.105.849</b>	<b>6.451.339</b>	<b>5,7%</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	1.613.427	1.591.695	-1,3%	3.310.297	3.551.222	7,3%
Suprimento de Energia Elétrica	92.054	110.869	20,4%	185.808	244.307	31,5%
Ativo Regulatório	286.882	(163.540)	-157,0%	282.459	(416.673)	-247,5%
Energia de Curto Prazo	101.610	86.992	-14,4%	143.112	299.180	109,1%
Disponibilização de Rede Elétrica	758.297	985.760	30,0%	1.572.383	2.095.451	33,3%
Doações e Subvenções	194.709	217.837	11,9%	382.221	394.826	3,3%
Renda de Prestação de Serviços	645	793	22,9%	1.243	1.435	15,4%
Serviço Taxado	3.595	4.749	32,1%	6.735	8.632	28,2%
Receita Financeira	13.007	10.179	-21,7%	22.574	22.331	-1,1%
Outras Receitas	1.732	1.294	-25,3%	2.328	2.603	11,8%
<b>Receita de Construção</b>	<b>102.251</b>	<b>132.515</b>	<b>29,6%</b>	<b>196.689</b>	<b>248.025</b>	<b>26,1%</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(1.191.081)</b>	<b>(1.196.938)</b>	<b>0,5%</b>	<b>(2.353.893)</b>	<b>(2.536.997)</b>	<b>7,8%</b>
ICMS	(506.134)	(541.244)	6,9%	(1.041.327)	(1.211.608)	16,4%
PIS/COFINS	(282.861)	(262.744)	-7,1%	(545.582)	(572.310)	4,9%
CDE	(351.678)	(367.962)	4,6%	(696.215)	(712.934)	2,4%
P&D	(9.421)	(8.321)	-11,7%	(17.861)	(18.482)	3,5%
PEE	(9.223)	(8.108)	-12,1%	(17.456)	(18.024)	3,3%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.725)	(1.811)	5,0%	(3.450)	(3.621)	5,0%
Outros Encargos	(30.039)	(6.748)	-77,5%	(32.002)	(18)	-99,9%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.977.128</b>	<b>1.782.205</b>	<b>-9,9%</b>	<b>3.751.956</b>	<b>3.914.342</b>	<b>4,3%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(1.847.923)</b>	<b>(1.699.224)</b>	<b>-8,0%</b>	<b>(3.489.074)</b>	<b>(3.691.783)</b>	<b>5,8%</b>
Energia Comprada para Revenda e Encargos	(1.481.523)	(1.247.081)	-15,8%	(2.763.952)	(2.827.466)	2,3%
Pessoal e Administradores	(136.150)	(174.994)	28,5%	(281.946)	(327.542)	16,2%
Despesa Atuarial	(8.290)	(10.919)	31,7%	(14.807)	(23.881)	61,3%
Material	(3.641)	(4.339)	19,2%	(6.763)	(8.000)	18,3%
Serviço de Terceiros	(51.203)	(60.338)	17,8%	(98.364)	(117.779)	19,7%
Depreciação e Amortização	(53.624)	(56.418)	5,2%	(106.838)	(111.859)	4,7%
Provisão de PECLD	(14.334)	(22.135)	54,4%	(24.385)	(28.138)	15,4%
Reversão de Provisão de PECLD	3.011	4.956	64,6%	4.433	7.841	76,9%
Outras Provisões	(21.043)	(21.161)	0,6%	(35.572)	(51.374)	44,4%
Reversão de Outras Provisões	6.258	30.033	379,9%	10.361	36.462	251,9%
Outras Receitas/Despesas	14.867	(4.313)	-129,0%	25.448	7.978	-68,6%
<b>Custo de Construção</b>	<b>(102.251)</b>	<b>(132.515)</b>	<b>29,6%</b>	<b>(196.689)</b>	<b>(248.025)</b>	<b>26,1%</b>
<b>Resultado Equivalência Patrimonial</b>	<b>2.498</b>	<b>18.650</b>	<b>646,6%</b>	<b>7.048</b>	<b>24.844</b>	<b>252,5%</b>
<b>Resultado das Atividades - EBIT</b>	<b>131.703</b>	<b>101.631</b>	<b>-22,8%</b>	<b>269.930</b>	<b>247.403</b>	<b>-8,3%</b>
Margem das Atividades (%)	6,7%	5,7%		7,2%	6,3%	
<b>EBITDA (R\$ mil)</b>	<b>185.327</b>	<b>158.049</b>	<b>-14,7%</b>	<b>376.768</b>	<b>359.262</b>	<b>-4,6%</b>
Margem EBITDA (%)	9,4%	8,9%		10,0%	9,2%	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(16.515)</b>	<b>(29.920)</b>	<b>-81,2%</b>	<b>(35.851)</b>	<b>(56.110)</b>	<b>56,5%</b>
Receita Financeira	41.596	55.183	32,7%	80.598	130.051	61,4%
Despesa Financeira	(58.111)	(85.103)	46,4%	(116.449)	(186.161)	59,9%
<b>LAIR</b>	<b>115.188</b>	<b>71.711</b>	<b>-37,7%</b>	<b>234.079</b>	<b>191.293</b>	<b>-18,3%</b>
IR e CSLL	(34.940)	(20.942)	-40,1%	(80.694)	(70.226)	-13,0%
IR e CSLL Diferidos	(11.031)	2.402	121,8%	(13.174)	(1.943)	-85,3%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>69.217</b>	<b>53.171</b>	<b>-23,2%</b>	<b>140.211</b>	<b>119.124</b>	<b>-15,0%</b>

<b>CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.</b>		
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) - CONSOLIDADO</b>	<b>Em R\$ Mil</b>	
	<b>12M18</b>	<b>6M19</b>
<b>Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>287.187</b>	<b>191.293</b>
<b>Ajustes</b>	<b>472.296</b>	<b>259.803</b>
Depreciação e Amortização	214.916	111.859
Baixa de Ativo Indenizatório	899	49
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	45.655	24.250
Resultado da Equivalência Patrimonial	(19.697)	(24.844)
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(3.392)	(2.603)
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de <i>Impairment</i>	(4.406)	-
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	5.217	-
Juros e Variações Monetárias	180.332	100.623
Atualização Monetária Bonificação Outorga	(41.366)	(22.331)
Provisão para Passivo Atuarial	27.067	23.881
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	46.432	20.297
Contingências	20.639	28.622
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>	<b>(962.115)</b>	<b>(130.691)</b>
Contas a Receber	(271.972)	68.508
Estoques	1.096	(4.270)
Tributos a Recuperar	10.915	(1.139.143)
Outros Ativos	9.348	(49.101)
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	21.909	-
Ativos Financeiro	(193.817)	370.559
Depósitos Judiciais	(8.920)	(35.813)
Fornecedores	175.272	(133.970)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13.808	(16.266)
Tributos a Pagar	23.389	32.821
Taxas Regulamentares	(521.467)	(279.021)
Passivos Financeiro	(53.258)	1.140.196
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	1.075.627
Outros Passivos	8.231	(6.789)
Passivo Atuarial	(176.649)	(78.402)
<b>Caixa Proveniente das Operações</b>	<b>(202.632)</b>	<b>320.405</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(116.042)	(69.545)
Juros Pagos	(65.111)	(57.711)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(383.785)</b>	<b>193.149</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>	<b>(396.653)</b>	<b>(219.590)</b>
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(406.439)	(223.540)
Aumento de Capital	(9.926)	(220)
Dividendos Recebidos	19.712	4.170
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>913.904</b>	<b>84.790</b>
Amortização de Empréstimos	(254.268)	(160.984)
Ingressos de Empréstimos	1.039.179	371.562
Ingressos de Debêntures	394.292	-
Pagamento de Debêntures	(249.990)	(108.843)
Dividendos Pagos	(15.309)	(16.945)
<b>Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>133.466</b>	<b>58.349</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>564.594</b>	<b>698.060</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>698.060</b>	<b>756.409</b>

**CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Em R\$ Mil**

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	631.262	688.185	Fornecedores	1.003.457	870.931
Contas a Receber de Clientes	1.575.606	1.494.441	Empréstimos e Financiamentos	321.089	231.392
Estoques	8.488	12.775	Debêntures	104.425	36.916
Tributos a Recuperar	61.160	105.883	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	207.892	188.093
Subsídio Decreto nº 7.891/13	1.511.003	1.511.003	Tributos e Contribuições Sociais	207.393	242.824
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	226.737	-	Dividendos Propostos	28.859	14.429
Outros Créditos	223.040	280.161	Mútuo - Coligada e Controlada	92.385	96.413
			Taxas Regulamentares	2.269.081	1.995.469
			Passivo Atuarial	162.638	159.240
			Passivo financeiro - "Parcela A" - CVA	-	101.564
			Partes Relacionadas	15.763	9.645
			Outros Passivos	59.505	58.900
	<b>4.237.296</b>	<b>4.092.448</b>		<b>4.472.487</b>	<b>4.005.816</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Contas a Receber de Clientes	51.634	44.894	Empréstimos e Financiamentos	597.712	911.699
Tributos Diferidos	712.532	715.182	Debêntures	248.018	214.780
Tributos a recuperar ou compensar	19.319	1.109.220	Taxas Regulamentares	103.411	117.656
Depósitos Judiciais	150.318	183.055	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	46.988	50.412
Ativo Indenizatório - Concessão	438.609	447.738	Passivo Atuarial	1.842.197	1.800.932
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA	26.522	-	Provisão para Contingências	631.959	662.487
Outros Créditos	2.725	3.562	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	-	63.700
Intangível	3.287.592	3.362.674	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	1.075.627
			Outros Passivos	2.476	2.476
	<b>4.689.251</b>	<b>5.866.325</b>		<b>3.472.761</b>	<b>4.899.769</b>
				<b>7.945.248</b>	<b>8.905.585</b>
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
			Reservas de Lucro	785.641	785.641
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	(857.932)	(857.932)
			Lucros Acumulados	-	71.889
				<b>981.299</b>	<b>1.053.188</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.926.547</b>	<b>9.958.773</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>8.926.547</b>	<b>9.958.773</b>

<b>CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.</b>						
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
	<b>Em R\$ Mil</b>					
	<b>2T18</b>	<b>2T19</b>	<b>Var %</b>	<b>6M18</b>	<b>6M19</b>	<b>Var %</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.128.017</b>	<b>2.943.974</b>	<b>-5,9%</b>	<b>6.028.634</b>	<b>6.371.428</b>	<b>5,7%</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	1.603.733	1.584.055	-1,2%	3.291.506	3.536.478	7,4%
Suprimento de Energia Elétrica	73.978	92.965	25,7%	148.793	200.309	34,6%
Ativo Regulatório	286.882	(163.540)	-157,0%	282.459	(416.673)	-247,5%
Energia de Curto Prazo	101.610	86.992	-14,4%	143.112	299.180	109,1%
Disponibilização de Rede Elétrica	758.882	986.314	30,0%	1.573.548	2.096.613	33,2%
Doações e Subvenções	194.709	217.837	11,9%	382.221	394.826	3,3%
Renda de Prestação de Serviços	645	793	22,9%	1.243	1.435	15,4%
Serviço Taxado	3.595	4.749	32,1%	6.735	8.632	28,2%
Outras Receitas	1.732	1.294	-25,3%	2.328	2.603	11,8%
<b>Receita de Construção</b>	<b>102.251</b>	<b>132.515</b>	<b>29,6%</b>	<b>196.689</b>	<b>248.025</b>	<b>26,1%</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(1.187.246)</b>	<b>(1.193.248)</b>	<b>0,5%</b>	<b>(2.346.225)</b>	<b>(2.529.045)</b>	<b>7,8%</b>
ICMS	(506.134)	(541.244)	6,9%	(1.041.327)	(1.211.608)	16,4%
PIS/COFINS	(279.490)	(259.660)	-7,1%	(538.967)	(565.542)	4,9%
CDE	(351.678)	(367.962)	4,6%	(696.215)	(712.934)	2,4%
P&D	(9.223)	(8.108)	-12,1%	(17.456)	(18.024)	3,3%
PEE	(9.223)	(8.108)	-12,1%	(17.456)	(18.024)	3,3%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(1.659)	(1.743)	5,1%	(3.318)	(3.485)	5,0%
Outros Encargos	(29.839)	(6.423)	-78,5%	(31.486)	572	101,8%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.940.771</b>	<b>1.750.726</b>	<b>-9,8%</b>	<b>3.682.409</b>	<b>3.842.383</b>	<b>4,3%</b>
<b>Custos com Energia Elétrica</b>	<b>(1.474.507)</b>	<b>(1.243.200)</b>	<b>-15,7%</b>	<b>(2.752.726)</b>	<b>(2.819.603)</b>	<b>2,4%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.178.989)	(996.045)	-15,5%	(2.178.401)	(2.310.300)	6,1%
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão	(255.992)	(200.607)	-21,6%	(495.272)	(416.207)	-16,0%
PROINFA	(39.526)	(46.548)	17,8%	(79.053)	(93.096)	17,8%
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(349.303)</b>	<b>(446.789)</b>	<b>27,9%</b>	<b>(696.904)</b>	<b>(841.125)</b>	<b>20,7%</b>
Pessoal e Administradores	(126.600)	(166.130)	31,2%	(264.710)	(310.637)	17,3%
Despesa Atuarial	(8.290)	(10.919)	31,7%	(14.807)	(23.881)	61,3%
Material	(3.424)	(4.200)	22,7%	(6.503)	(7.781)	19,7%
Serviço de Terceiros	(47.294)	(56.766)	20,0%	(92.151)	(111.600)	21,1%
Depreciação e Amortização	(51.693)	(54.555)	5,5%	(102.996)	(108.201)	5,1%
Provisão de PECLD	(13.362)	(22.076)	65,2%	(23.414)	(28.079)	19,9%
Reversão de Provisão de PECLD	3.005	4.110	36,8%	3.298	4.933	49,6%
Outras Provisões	(20.973)	(27.804)	32,6%	(35.502)	(51.028)	43,7%
Outras Reversões de Provisões	6.257	26.171	318,2%	10.361	32.540	214,1%
Outras Receitas/Despesas	15.322	(2.105)	-113,7%	26.210	10.634	-59,4%
<b>Custo de Construção</b>	<b>(102.251)</b>	<b>(132.515)</b>	<b>29,6%</b>	<b>(196.689)</b>	<b>(248.025)</b>	<b>26,1%</b>
<b>Resultado das Atividades- EBIT</b>	<b>116.961</b>	<b>60.737</b>	<b>-48,1%</b>	<b>232.779</b>	<b>181.655</b>	<b>-22,0%</b>
Margem das Atividades (%)	6,0%	3,5%		6,3%	4,7%	
<b>EBITDA</b>	<b>168.654</b>	<b>115.292</b>	<b>-31,6%</b>	<b>335.775</b>	<b>289.856</b>	<b>-13,7%</b>
Margem EBITDA (%)	8,7%	6,6%		9,1%	7,5%	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(15.341)</b>	<b>(29.723)</b>	<b>93,7%</b>	<b>(33.420)</b>	<b>(55.255)</b>	<b>65,3%</b>
Receita Financeira	40.448	54.088	33,7%	78.030	128.182	64,3%
Despesa Financeira	(55.789)	(83.811)	50,2%	(111.450)	(183.437)	64,6%
<b>LAIR</b>	<b>101.620</b>	<b>31.014</b>	<b>-69,5%</b>	<b>199.359</b>	<b>126.400</b>	<b>-36,6%</b>
IR e CSLL	(30.320)	(15.900)		(70.078)	(57.162)	
IR e CSLL Diferidos	(9.078)	4.479		(9.664)	2.651	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>62.222</b>	<b>19.593</b>	<b>-68,5%</b>	<b>119.617</b>	<b>71.889</b>	<b>-39,9%</b>

<b>CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.</b>		
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)</b>		
	Em R\$ Mil	
	<b>12M18</b>	<b>6M19</b>
<b>Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>217.888</b>	<b>126.400</b>
<b>Itens que não afetam o caixa:</b>	<b>504.910</b>	<b>317.232</b>
Amortização	207.338	108.201
Atualização Ativo Financeiro - VNR	(3.392)	(2.603)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	32.778	23.146
Contingências	20.526	30.528
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	173.159	108.952
Custo de Debêntures	894	915
Provisão para Plano de Benefícios Pós-Emprego	27.067	23.881
Baixa de Ativos	46.540	24.212
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(428.844)</b>	<b>(810.893)</b>
Contas a Receber de Clientes	(259.372)	64.759
Estoques	1.061	(4.287)
Tributos a Recuperar	11.048	(1.134.624)
Depósitos Judiciais	(6.853)	(32.737)
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	21.909	-
Ativos Financeiros	(226.328)	353.954
Outros Créditos	29.691	(57.958)
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(528.624)</b>	<b>643.845</b>
Fornecedores	174.820	(132.526)
Salários e Encargos Sociais	14.190	(16.375)
Tributos e Contribuições Sociais	26.191	28.796
Taxas Regulamentares	(521.989)	(279.394)
Previdência Privada	(3.969)	(6.118)
Passivo Atuarial	(176.729)	(90.130)
Passivos Financeiros	(53.258)	64.569
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores		1.075.627
Outros Passivos	12.120	(604)
<b>Caixa Proveniente das Operações</b>	<b>(234.670)</b>	<b>276.584</b>
Juros Pagos	(52.152)	(51.241)
Juros e Encargos Pagos a Partes Relacionadas	(12.743)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(90.740)	(50.527)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>(390.305)</b>	<b>174.816</b>
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(417.134)</b>	<b>(214.021)</b>
Aquisição de Bens da Concessão	(417.134)	(214.021)
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>976.235</b>	<b>96.128</b>
Ingressos de Recursos	1.286.412	371.562
Ingressos de Partes Relacionadas	150.000	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(354.258)	(261.004)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - JCP	(7.919)	(14.430)
Amortização com Partes Relacionadas	(98.000)	-
<b>Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>168.796</b>	<b>56.923</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>462.466</b>	<b>631.262</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>631.262</b>	<b>688.185</b>

<b>CELESC GERAÇÃO S.A.</b>					
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			<b>Em R\$ Mil</b>		
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.035	52.340	Fornecedores	3.544	2.116
Contas a Receber	17.301	16.398	Tributos e Contribuições Sociais	16.418	14.480
Ativo Financeiro	31.433	32.357	Dividendos Propostos	19.147	7.302
Tributos a Recuperar	179	4.574	Taxas Regulamentares	246	356
Dividendos e JCP	89	267	Debêntures	26.964	35.691
Estoques	148	131	Outros Passivos	957	1.303
Despesas Antecipadas	134	19			
Outros Créditos	25	28			
	<b>99.344</b>	<b>106.114</b>		<b>67.276</b>	<b>61.248</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Partes Relacionadas	92.873	96.900	Tributos Diferidos	10.144	14.737
Tributos a Recuperar	1.773	1.790	Taxas Regulamentares	2.537	2.800
Depósitos Judiciais	354	359	Provisão para Contingências	989	1.218
Ativo Financeiro	249.585	254.387	Debêntures	121.855	104.453
Outros Créditos	2.421	2.421			
Investimentos	56.033	56.516			
Imobilizado	160.029	158.271		<b>135.525</b>	<b>123.208</b>
Intangível	3.015	2.698			
	<b>566.083</b>	<b>573.342</b>	<b>Total Passivo</b>	<b>202.801</b>	<b>184.456</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital Social	250.000	250.000
			Reservas de Lucro	196.920	194.486
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.706	15.424
			Lucros Acumulados	-	35.090
				<b>462.626</b>	<b>495.000</b>
<b>Total Do Ativo</b>	<b>665.427</b>	<b>679.456</b>	<b>Total Do Passivo E Patrimônio Líquido</b>	<b>665.427</b>	<b>679.456</b>

<b>CELESC GERAÇÃO S.A.</b>						
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>Em R\$ Mil</b>					
	<b>2T18</b>	<b>2T19</b>	<b>Var %</b>	<b>6M18</b>	<b>6M19</b>	<b>Var %</b>
<b>Receita Operacional Bruta (R\$ mil)</b>	<b>41.331</b>	<b>36.461</b>	<b>-11,8%</b>	<b>79.616</b>	<b>82.538</b>	<b>3,7%</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	9.694	7.640	-21,2%	18.791	14.744	-21,5%
Suprimento de Energia Elétrica	18.112	15.609	-13,8%	33.766	36.979	9,5%
Energia de Curto Prazo	518	3.033	485,6%	4.485	8.484	89,2%
Receita Financeira - Juros e Atualização BO	13.007	10.179	-21,7%	22.574	22.331	-1,1%
<b>Deduções da Receita Operacional (R\$ mil)</b>	<b>(3.835)</b>	<b>(3.690)</b>	<b>-3,8%</b>	<b>(7.668)</b>	<b>(7.952)</b>	<b>3,7%</b>
PIS/COFINS	(3.371)	(3.084)	-8,5%	(6.615)	(6.768)	2,3%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(200)	(325)	62,5%	(516)	(590)	14,3%
RGR e P&D	(198)	(213)	7,6%	(405)	(458)	13,1%
Taxa de Fiscalização Regulatória ANEEL	(66)	(68)	3,0%	(132)	(136)	3,0%
<b>Receita Operacional Líquida (R\$ mil)</b>	<b>37.496</b>	<b>32.771</b>	<b>-12,6%</b>	<b>71.948</b>	<b>74.586</b>	<b>3,7%</b>
<b>Custos com Energia Elétrica (R\$ mil)</b>	<b>(8.155)</b>	<b>(5.173)</b>	<b>-36,6%</b>	<b>(13.627)</b>	<b>(10.490)</b>	<b>-23,0%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.570)	(4.619)	-39%	(12.462)	(9.328)	-25%
Encargos do Uso do Sistema	(585)	(554)	-5,3%	(1.165)	(1.162)	-0,3%
<b>Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>(8.247)</b>	<b>(6.329)</b>	<b>-23,3%</b>	<b>(13.388)</b>	<b>(10.874)</b>	<b>-18,8%</b>
Pessoal, Administradores	(3.106)	(3.432)	10,5%	(5.994)	(6.227)	3,9%
Material	(217)	(139)	-35,9%	(260)	(219)	-15,8%
Serviço de Terceiros	(2.331)	(1.928)	-17,3%	(4.159)	(4.040)	-2,9%
Depreciação / Amortização	(1.438)	(1.355)	-5,8%	(2.855)	(2.656)	-7,0%
Provisões, Líquidas	(965)	770	179,8%	165	2.620	1487,9%
Outras Receitas / Despesas	(190)	(245)	28,9%	(285)	(352)	23,5%
<b>Resultado Equivalência Patrimonial (R\$ mil)</b>	<b>446</b>	<b>1.038</b>	<b>132,7%</b>	<b>453</b>	<b>572</b>	<b>26,3%</b>
<b>Resultado das Atividades - EBIT (R\$ mil)</b>	<b>21.540</b>	<b>22.307</b>	<b>3,6%</b>	<b>45.386</b>	<b>53.794</b>	<b>18,5%</b>
Margem das Atividades (%)	57,4%	68,1%		63,1%	72,1%	
<b>EBITDA (R\$ mil)</b>	<b>22.978</b>	<b>23.662</b>	<b>3,0%</b>	<b>48.241</b>	<b>56.450</b>	<b>17,0%</b>
Margem EBITDA (%)	61,3%	72,2%		67,0%	75,7%	
<b>Resultado Financeiro (R\$ mil)</b>	<b>(1.492)</b>	<b>(389)</b>	<b>73,9%</b>	<b>(3.099)</b>	<b>(1.328)</b>	<b>57,1%</b>
Receita Financeira	2.017	2.917	44,6%	3.977	5.386	35,4%
Despesa Financeira	(3.509)	(3.306)	-5,8%	(7.076)	(6.714)	-5,1%
<b>LAIR (R\$ mil)</b>	<b>20.048</b>	<b>21.918</b>	<b>9,3%</b>	<b>42.287</b>	<b>52.466</b>	<b>24,1%</b>
IR e CSLL	(4.620)	(5.042)	9,1%	(10.616)	(13.064)	23,1%
IR e CSLL Diferidos	(1.953)	(2.077)	6,3%	(3.510)	(4.594)	30,9%
<b>Lucro Líquido (R\$ mil)</b>	<b>13.475</b>	<b>14.799</b>	<b>9,8%</b>	<b>28.161</b>	<b>34.808</b>	<b>23,6%</b>

<b>CELESC GERAÇÃO S.A.</b>		
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)</b>		
	<b>Em R\$ Mil</b>	
	<b>12M18</b>	<b>6M19</b>
<b>Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>77.019</b>	<b>52.466</b>
<b>Ajustes</b>	<b>(13.205)</b>	<b>(20.190)</b>
Depreciação e Amortização	5.603	2.656
Baixa de ativo imobilizado/intangível	14	87
Equivalência Patrimonial	(355)	(572)
Provisões/Reversões para Contingências	(13)	229
Reversão/Provisão para Perdas Ativo Imobilizado	(4.406)	-
Reversão/Provisão para Perdas de Investimentos	5.217	-
Variações Monetárias	14.034	6.618
Receita Financeira Mútuo	(5.587)	(4.028)
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	13.654	(2.849)
Ativo Financeiro Atualização	(41.366)	(22.331)
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>17.106</b>	<b>20.186</b>
Contas a Receber de Clientes	(12.597)	3.752
Tributos a Compensar ou Recuperar	(2.923)	(294)
Estoques	35	17
Depósitos Judiciais	(12)	(5)
Ativo Financeiro	32.511	16.605
Outros Ativos	92	111
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>756</b>	<b>(810)</b>
Fornecedores	613	(1.428)
Taxas Regulamentares	508	373
Tributos e Contribuições Sociais	(152)	(101)
Outros Passivos	(213)	346
<b>Caixa Proveniente das Operações</b>	<b>81.676</b>	<b>51.652</b>
Juros pagos e recebidos	(12.959)	(6.470)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(25.302)	(19.018)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>43.415</b>	<b>26.164</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>(9.918)</b>	<b>(23.102)</b>
Ingressos de Debêntures	147.059	-
Dividendos pagos e Juros sobre Capital Próprio - JCP	(6.977)	(14.279)
Amortização de Empréstimos/Debêntures	(150.000)	(8.823)
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(60.542)</b>	<b>(757)</b>
Aquisição de Investimentos	(9.926)	(220)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(8.701)	(607)
Aquisição de Intangível	(571)	(61)
Partes Relacionadas - Contrato Mútuo	(150.000)	-
Partes Relacionadas - Contrato Mútuo	98.000	-
Juros Recebidos Mútuo	10.656	131
<b>Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(27.045)</b>	<b>2.305</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>77.080</b>	<b>50.035</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>50.035</b>	<b>52.340</b>

**COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Em R\$ Mil**

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.957	743	Fornecedores	160.087	160.179
Aplicações Financeiras	45.161	46.497	Tributos e Contribuições	6.113	24.184
Fornecimento de Gás	59.775	73.392	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.608	9.583
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.470)	(4.987)	Financiamentos e Encargos	5.540	5.469
Tributos a Recuperar	2.136	17.095	Provisões para Contingências	5.327	5.261
Estoques	2.725	3.526	Outras Obrigações	29.883	739
Outros Créditos	809	883			
Pagamento Antecipado	403	2.631			
	<b>113.496</b>	<b>139.781</b>		<b>215.557</b>	<b>205.415</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Aplicações Financeiras	1.827	1.872	Tributos Diferidos	-	110
Crédito SOP/TOP	5.232	13.598	Empréstimos e Financiamentos	13.196	10.482
Tributos	62.821	55.505	Outras Obrigações	339	316
Depósito Judicial	3.951	3.557			
Contas a Receber/Clientes	129.243	140.136		<b>13.535</b>	<b>10.907</b>
Intangível em Serviço/ Rede de Distribuição	161.589	146.432			
Intangível em Formação	12.622	25.489			
Despesas pagas Antecipadamente	-	88			
Intangível Bens de Uso	6.984	6.613			
	<b>384.269</b>	<b>393.291</b>		<b>229.093</b>	<b>216.322</b>
			<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social	167.968	167.968
			Reserva de Lucros	100.704	100.704
			Lucros Acumulados	-	48.078
				<b>268.672</b>	<b>316.750</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>497.765</b>	<b>533.072</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>497.765</b>	<b>533.072</b>

<b>COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS</b>						
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
	<b>Em R\$ Mil</b>					
	<b>2T18</b>	<b>2T19</b>	<b>Var %</b>	<b>6M18</b>	<b>6M19</b>	<b>Var %</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>203.478</b>	<b>316.519</b>	<b>55,6%</b>	<b>384.483</b>	<b>621.901</b>	<b>61,7%</b>
Deduções da Receita Operacional	45.219	69.824	54,4%	85.633	137.448	60,5%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>158.259</b>	<b>246.694</b>	<b>55,9%</b>	<b>298.850</b>	<b>484.452</b>	<b>62,1%</b>
Custo Variável	161.730	191.039	18,1%	276.284	365.165	32,2%
Custos Fixos	4.764	4.906	3,0%	9.411	10.010	6,4%
Despesas com Vendas	2.185	1.887	-13,6%	4.060	3.779	-6,9%
Despesas Administrativas	7.474	8.432	12,8%	14.478	15.741	8,7%
Outras Despesas/Receitas Operacionais	5.437	(8.391)	-254,3%	16.282	2.041	-87,5%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(23.331)</b>	<b>48.822</b>	<b>309,3%</b>	<b>(21.666)</b>	<b>87.716</b>	<b>504,9%</b>
Depreciação e Amortização	7.525	7.186	-4,5%	15.061	14.508	-3,7%
<b>EBITDA</b>	<b>(25.241)</b>	<b>48.971</b>	<b>294,0%</b>	<b>(24.611)</b>	<b>86.982</b>	<b>453,4%</b>
Margem EBITDA	-15,95%	19,85%		-8,24%	17,95%	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(955)</b>	<b>74</b>	<b>107,8%</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(367)</b>	<b>-75,1%</b>
Receita Financeira	436	782	79,3%	765	1.385	81,0%
Despesas Financeiras	1.391	(707)	-150,8%	2.238	(1.752)	-178,3%
<b>LAIR (R\$ mil)</b>	<b>(31.811)</b>	<b>41.710</b>	<b>231,1%</b>	<b>(38.199)</b>	<b>72.841</b>	<b>290,7%</b>
IR e CSLL	-	7.658		1.208	17.446	
IR e CSLL Diferido	(10.815)	6.520		(13.398)	7.318	
<b>Lucro Líquido</b>	<b>(20.996)</b>	<b>27.533</b>	<b>231,1%</b>	<b>(26.010)</b>	<b>48.078</b>	<b>284,8%</b>

<b>COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATÁRIA - SCGÁS</b>		
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)</b>		
	<b>Em R\$ Mil</b>	
	<b>12M18</b>	<b>6M19</b>
<b>Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(32.097)</b>	<b>48.078</b>
<b>Ajustes</b>	<b>48.621</b>	<b>1.309</b>
Depreciação e Amortização	31.535	14.790
Constituição de Provisão para Contingências Passivas	2.526	(65)
Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	181	517
Constituição Provisão <i>Impairment</i>	14.234	(59)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	145	(21.651)
Imposto de Renda Diferido	-	7.318
Baixa Bens Intangível	-	459
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>	<b>26.308</b>	<b>(9.059)</b>
Contas a Receber de Clientes	(40.048)	(24.510)
Tributos a Recuperar	(681)	1.213
Estoques	(516)	(801)
Tributos e Valores Mobiliários	120	-
Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás	(9.701)	3.235
Outras Contas do Ativo	(727)	(1.997)
Fornecedores	76.121	10.201
Obrigações Tributárias	2.230	2.006
Obrigações Sociais e Trabalhistas	385	975
Cauções em Garantia	(875)	619
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>42.832</b>	<b>40.328</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>	<b>(17.183)</b>	<b>(12.633)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	-	(44)
Adições ao Intangível	(17.183)	(12.589)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>24.417</b>	<b>(32.572)</b>
Amortização de Empréstimos	(5.450)	(32.572)
Obtenção de Empréstimos	29.867	-
<b>Total dos Efeitos de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>50.066</b>	<b>(4.877)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>2.052</b>	<b>52.118</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>52.118</b>	<b>47.241</b>